

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CULTURA E SOCIEDADE  
MESTRADO INTERDISCIPLINAR

**GERSINO DOS SANTOS MARTINS**

**ESTÉTICA VISUAL DO ESPAÇO URBANO:** percepção ambiental da área entre a  
Praia Grande e a Madre Deus São Luís-MA

São Luís  
2012

**GERSINO DOS SANTOS MARTINS**

**ESTÉTICA VISUAL DO ESPAÇO URBANO:** percepção ambiental da área entre a Praia Grande e a Madre Deus, São Luís-MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação/Mestrado Interdisciplinar Cultura e Sociedade, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Cordeiro Feitosa

São Luís

2012

Martins, Gersino dos Santos

Estética visual do espaço urbano: percepção ambiental da área entre a Praia Grande e a Madre Deus, São Luís-MA/ Gersino dos Santos Martins.\_\_\_\_2012.  
54f.

Impresso por computador (fotocópia)

Orientador: Antônio Cordeiro Feitosa.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, 2012.

1. Espaço urbano – São Luís – MA 2. Ordem estética 3. Percepção ambiental

I Título

CDU 911.375.5(812.1)

**GERSINO DOS SANTOS MARTINS**

**ESTÉTICA VISUAL DO ESPAÇO URBANO:**

percepção ambiental da área entre a Praia Grande e a Madre Deus em São Luís-MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação/Mestrado Interdisciplinar Cultura e Sociedade, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Antônio Cordeiro Feitosa (Orientador)  
Departamento de Geociências - UFMA

---

Prof. Dr. José Odval Alcântara Júnior  
Departamento de Sociologia e Antropologia - UFMA

---

Prof. Dr. Érico de Oliveira Junqueira Ayres  
Departamento de Design - UFMA

As cidades, tal como os continentes, são simplesmente enormes factos da natureza, aos quais temos que nos adaptar.

Estudamos a sua origem e função porque esses aspectos são tão interessantes e também porque se tornam úteis para se fazerem previsões.

Kevin Lynnnch

## Reflexão

O artista: (e o professor) nem servidor submisso, nem mestre absoluto, mas simplesmente intermediário. (KLEE)

Enquanto os homens são “novos”, não há lugar para o “novo”.  
(MONDRIAN)

Há dois tipos de homens, nas artes em geral:

1º - Os que, além do material, reconhecem o imaterial ou espiritual;

2º - Aqueles que nada querem reconhecer além do material.

Para a segunda categoria não pode existir arte, por isso tais homens negam hoje a própria palavra “arte” e procuram um substituto para ela. (KANDINSKY)

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e pelas conquistas alcançadas até o presente momento.

A meus pais, pela educação simples, que puderam me dar, mas que até hoje ainda serve. Minha mãe que está chegando aos 98 anos e meu pai (*in memorian*).

A minha família que tive a graça de construir. Minha esposa, Marizinha, e nossos quatro filhos: Gina, Geisa (*in memorian*), Glauber e Getúlio, os quais tentei preparar e ensinar porém, com eles, não perdi a oportunidade de aprender também. Além destes, todos aqueles que são parentes, pela consideração e zelo que sempre dedicaram a mim.

A meus irmãos, Mari-inha (*in memorian*), primeira professora em casa, Noca, Ciriaco e Mariano pelo carinho dedicado e pela torcida.

Seria injusto se não agradecesse a família da minha esposa, que considero também minha, pela amizade e consideração recíproca de todos, sem exceção.

Minha tia, Maria Costa Leite Gugu para os íntimos, (*in memorian*) que me acolheu em sua humilde casa, tapada de barro e coberta de palha.

Ao professor Antonio Cordeiro Feitosa, orientador seguro nas suas convicções, antes de tudo, amigo e companheiro. Seus ensinamentos foram extraordinários.

Ao mestrado Interdisciplinar Cultura e Sociedade PGCULT, pelos conhecimentos adquiridos, especialmente aos idealizadores e condutores, que souberam contornar os momentos difíceis pelos quais a primeira turma passou, mas que souberam “dar a volta por cima”, professores: José Fernando Manzke, Arão Paranaguá de Santana, Alberto Pedrosa Dantas Filho, Norton Correa, todo corpo docente e funcionários (as).

Aos amigos professores do Departamento de Artes, em especial, Mércia Maria, José Marcelo do Espírito Santo, Arão Nogueira Paranaguá de Santana, amigos e companheiros de ensinamentos importantes durante essa convivência sempre legal.

Aos funcionários com quem tive a oportunidade do convívio profissional, em especial Maria de Nazaré Fahid, dentre outros.

A todos os (as) colegas de turma, pela boa convivência, pela torcida que cada um dedicou ao outro na hora de defender os trabalhos.

Aos alunos do Curso que se empenharam na ajuda no momento da pesquisa de campo.

À querida Nara, Elen, Arinaldo e Sônia pelos ensinamentos que dedicaram a mim, nos momentos de dificuldades no uso do computador, para digitar este e outros trabalhos.

As todas as pessoas que colaboraram para que este trabalho fosse realizado.

## RESUMO

A pesquisa tem o objetivo de analisar os determinantes de ordem socioeconômicas, política e ambiental, a percepção visual que interfere nos constituintes de ordem estética daquele espaço urbano. A problemática levantada envolve a área do lado oeste do Centro Histórico que inicia na Praia Grande, percorrendo a área do Anel Viário até a rotatória da barragem na Madre Deus. Tem ainda pretensão de analisar documentos do acervo público municipal, estadual e federal, aferir a percepção das pessoas que circulam naquele espaço, tentar analisar o projeto que deu origem ao Anel Viário, programas e subprogramas das políticas urbanísticas da cidade e propor ao poder público implementação de intervenções urbanísticas na área estudada.

**Palavras-chaves:** Espaço urbano, ordem estética, percepção ambiental, intervenções.

## ABSTRACT

The research aims to analyze the determinants of socioeconomic, political and environmental that affects visual perception in the constituents of that urban aesthetic. The issue raised involves the area of the west side of the History Center that starts at Praia Grande covering the area of the Ring Road to the roundabout at the dam Mother God. It also has claim to review documents the acquits municipal and state and federal, to gauge the perception of people moving in that space, analyze the project that gave rise to the Beltway, programs and subprograms of the urban policies of the city. Propose to the government implementation of urban interventions in the area.

Keywords: urban space, aesthetic, environment perception, interventions.

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

|            |                                                                                        |    |
|------------|----------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 01  | Vista aérea do Anel Viário                                                             | 32 |
| Figura 02  | Topografia da área de estudo                                                           | 35 |
| Figura 03  | Província do Maranhão, João Teixeira Albernás. 1631.                                   | 41 |
| Figura 04  | Mapa do Centro de São Luís em 1641, registro do cartógrafo holandês Johaness Vingboons | 42 |
| Figura 05  | Percepção Visual de imagem camuflada em planos sucessivos                              | 79 |
| Foto 01    | Bar/Restaurante das Paradas de Ônibus do Anel Viário                                   | 26 |
| Foto 02    | Comércio informal nas Paradas de Ônibus do Anel Viário                                 | 31 |
| Foto 03a   | Efluentes sem tratamento na área dos Restaurantes – Anel Viário                        | 50 |
| Foto 03b   | Efluentes sem tratamento na área dos Restaurantes. - Anel Viário                       | 50 |
| Foto 04    | Terreno baldio adjacente ao Convento das Mercês                                        | 51 |
| Foto 05    | Vista parcial do Hospital Geral                                                        | 53 |
| Foto 06    | Bares e Restaurantes- coberturas em plástico e amianto (brasilit)                      | 60 |
| Foto 07    | Barraca/ cobertura de amianto e cerâmica, tapume em folhas de zinco                    | 82 |
| Foto 08    | Barraca com cobertura de amianto e tapume de ripas e tijolos                           | 82 |
| Foto 09    | Vista Parcial da Praça da Fé                                                           | 82 |
| Foto 10    | Área adjacente ao Mercado do Peixe com lama e urubus                                   | 86 |
| Foto 11    | Vista parcial do quiosque                                                              | 87 |
| Foto 12    | Ruínas da Fábrica São Luís                                                             | 88 |
| Gráfico 01 | Naturalidade dos entrevistados                                                         | 91 |
| Gráfico 02 | Grau de instrução dos entrevistados                                                    | 91 |
| Gráfico 03 | Utilização da área                                                                     | 92 |
| Gráfico 04 | Aspecto positivo da área                                                               | 92 |
| Gráfico 05 | Aspecto negativo da área                                                               | 93 |
| Gráfico 06 | Consumo de alimentos na área                                                           | 94 |
| Gráfico 07 | Padrão de higiene dos estabelecimentos                                                 | 95 |
| Gráfico 08 | Avaliação sobre a preservação ambiental e do patrimônio histórico                      | 96 |

## SUMÁRIO

|            |                                                            |           |
|------------|------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1</b>   | <b>INTRODUÇÃO</b>                                          | <b>11</b> |
| <b>2</b>   | <b>METODOLOGIA</b>                                         | <b>14</b> |
| <b>3</b>   | <b>AMBIENTE POÉTICO E SIMBÓLICO</b>                        | <b>17</b> |
| <b>3.1</b> | <b>O fenômeno urbano</b>                                   | <b>17</b> |
| <b>3.2</b> | <b>Percepção e educação</b>                                | <b>20</b> |
| <b>3.3</b> | <b>Visão de mundo e ambiente</b>                           | <b>26</b> |
| <b>4</b>   | <b>CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO DA PESQUISA</b>                | <b>32</b> |
| <b>4.1</b> | <b>Localização e situação</b>                              | <b>32</b> |
| <b>4.2</b> | <b>Estrutura do meio físico</b>                            | <b>33</b> |
| 4.2.1      | Geologia e geomorfologia                                   | 33        |
| 4.2.2      | Clima e vegetação                                          | 35        |
| 4.2.3      | Hidrografia e solos                                        | 38        |
| <b>4.3</b> | <b>Histórico e desenvolvimento da cidade</b>               | <b>40</b> |
| <b>5</b>   | <b>ESTRUTURAÇÃO DA ÁREA URBANA</b>                         | <b>55</b> |
| <b>5.1</b> | <b>Constituintes de ordem social</b>                       | <b>55</b> |
| <b>5.2</b> | <b>Planejamento urbano</b>                                 | <b>61</b> |
| <b>5.3</b> | <b>A dificuldade de compor modelo em área especial</b>     | <b>68</b> |
| <b>6</b>   | <b>PERSPECTIVAS PARA UM NOVO DESIGN URBANO DA ÁREA</b>     | <b>74</b> |
| <b>6.1</b> | <b>A forma existente e suas conexões</b>                   | <b>74</b> |
| <b>6.2</b> | <b>Constitutivos de ordem estética</b>                     | <b>77</b> |
| <b>6.3</b> | <b>Plano visual de integração</b>                          | <b>83</b> |
| <b>6.4</b> | <b>Análise visual do espaço urbano na área da pesquisa</b> | <b>89</b> |
| <b>7</b>   | <b>CONCLUSÃO</b>                                           | <b>97</b> |
|            | REFERÊNCIAS                                                |           |
|            | APÊNDICE                                                   |           |

## 1 INTRODUÇÃO

A análise do espaço urbano pode ser abordada com base em diferentes pontos de vista, considerando-se a visualidade estética de cenários contraditórios e conflitantes, para subsidiar novas intervenções que qualifiquem a geografia do lugar no contexto histórico e social.

A necessidade de preservar o patrimônio histórico-arquitetônico em consonância com a ampliação e modernização dos espaços constitui-se num dos grandes desafios para o equilíbrio das paisagens urbanas. Nesse sentido, as políticas urbanísticas devem manifestar a perspectiva de adequá-los para cumprirem as funções demandadas na atualidade, através da reestruturação e da conservação dos sítios urbanos, sem prejuízo do valor histórico.

Os fatores de ordem sociopolítica e econômica são determinantes para os processos de inclusão e exclusão de aspectos da arquitetura das cidades. Com tal propósito, toda manifestação de política urbanística deve estar pautada no planejamento que permita beneficiar todos os elementos do tecido urbano, sem comprometer o equilíbrio ambiental.

Referências à problemática das cidades, nas perspectivas romântica, histórica e social, têm sido uma constante entre os estudiosos, dentre os quais muitas manifestações vêm se configurando como eixos temáticos de grande interesse na atualidade, em face da emergência das questões ambientais.

A cidade é um espaço de grande motivação investigativa, pois não se constitui só de prédios, praças e ruas. É um organismo vivo, capaz de encantar e decepcionar. Conhecer a cidade não significa apenas morar, andar, trabalhar, passear. Importa ser um observador atento e ter sensibilidade para captar seus múltiplos aspectos. Do conhecimento provém: topofilia, topofobia e topocídio, empatia ou tédio, amor ou desamor e os subsídios para novas intervenções com vistas à melhoria da qualidade de vida urbana.

Com esta proposta de trabalho, pretende-se estudar a temática do urbanismo aplicada à cidade de São Luís, procedendo-se à análise das obras publicadas por estudiosos de diferentes países, inclusive as publicações nacionais, regionais e locais, com observação na abordagem do tema proposto. O escopo do trabalho abrange principalmente o segmento da área selecionada para estudo, que se encontra fora de sintonia em relação aos padrões estéticos dos prédios da área tombada pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e que detém grande significado arquitetônico e histórico no contexto daquele tecido urbano, que carece de análise do poder público para eventuais intervenções.

A escassez de trabalhos científicos sobre a temática do urbanismo nas academias ludovicenses e configura uma grande lacuna que precisa de esforços para ser preenchida com o dever de motivar pesquisas nesse campo de trabalho. As publicações locais abordam, em grande parte, temas folclóricos.

Ao transitar pela área-objeto da pesquisa, o observador minucioso confronta-se com uma paisagem cuja modelagem serve de referencial histórico, salientando aquilo que falta para configurar uma composição harmoniosa entre elementos pretéritos e futuros do espaço urbano. Diante da problemática levantada, serão abordados aspectos relevantes da constituição física e imagética relativa ao espaço em questão. Com este trabalho espera-se contribuir com subsídios para intervenções das autoridades constituídas no sentido de solucionar problemas detectados.

É necessário que os constituintes de ordem estética e social acompanhem uma dimensão organizada e as interferências configurem o equilíbrio da área. A diversidade ambiental exige o envolvimento de equipe interdisciplinar com profissional de *designer*, arquitetura, ciências sociais, engenharia e geografia.

Como fontes de motivação para elaborar este trabalho incluem-se a inquietação com o cenário caótico e desagradável e a possibilidade de contribuir para sua recuperação mediante uma concepção urbanística adequada e a expectativa de que intervenções futuras naquele logradouro possam contribuir para valorizar todo o setor tombado.

Para entender os elementos que interferem na desestruturação do espaço estudado, é necessário observar os indicadores de qualidade de vida da população que mora, trabalha e transita na área. Dentre esses elementos, há os objetivos que se encontram no contexto material, e os subjetivos envolvendo o lado sentimental como: sonhos, medos, desejos de decidir e de escolher.

No contexto dos recursos materiais, situa-se a produção do homem que, submetida à ação do tempo, compromete a percepção visual e implica subjetividade por desconforto estético mediante a observação de elementos descaracterizantes, como: barracas cobertas com diferentes tipos de materiais, amontoadas em ambiente sujo, e terrenos baldios servindo de lixeiros a céu aberto, abrigando vetores patogênicos.

Da visão inquietante de um espaço que pode servir de referência estética para a cidade surge, também, a questão socioambiental: bares e lanchonetes convertidos em restaurantes improvisados que servem alimentos e bebidas, podendo ocorrer, dentre outras coisas, até prostituição. Nos “restaurantes,” o padrão de higiene deixa a desejar, pela qualidade do ambiente com recorrência de cães, gatos, ratos e baratas.

São Luís é, atualmente, uma cidade com cerca de um milhão de habitantes, com um futuro promissor em relação ao seu desenvolvimento. Porém, é necessário que os gestores sejam mais comprometidos com a qualidade do ambiente urbano e seu povo mais astuto nas cobranças de seus direitos, incluídos o que é justo às demandas acima citadas.

A problemática atual da cidade de São Luís traz muitos elementos para discussão, que se constituem em fenômenos urbanos, os quais na maioria das vezes, são visíveis e fáceis de detectar como, por exemplo, a falta de educação ambiental e a falta de consciência ecológica, transformando-se em práticas absurdas, fora dos padrões éticos, morais, higiênicos e culturais. Em outras situações, fenômenos como esses se tornam mais complexos, necessitando estudos mais avançados.

Os problemas urbanos são evidentes e expostos em todos ou quase todos os setores da cidade de São Luís, numa visibilidade aflorada em que cada morador, visitante, dentre outros que têm sua percepção individual e que possa dar sua contribuição consciente para que as necessidades possam ser sanadas, envolvendo nesse meio a sensibilidade das autoridades.

Assume-se que a importância desta pesquisa consiste em contribuir com subsídios para novas e mais detalhadas abordagens da área estudada, apontando as carências múltiplas e evidenciando as contradições e os conflitos recorrentes ao longo do espaço da cidade, para suscitar intervenções capazes de erradicar os problemas apresentados e inserir aquele pequeno tecido na política urbana do sítio histórico de São Luís.

O presente trabalho foi estruturado em sete capítulos, organizados da forma como se apresenta a seguir. A introdução contém uma abordagem contextual e a caracterização do problema e o capítulo dois encerra o conteúdo da metodologia do trabalho.

No capítulo três, aborda-se, contextualmente, a temática sobre ambiente com destaque para os aspectos poético e simbólico, enfatizando o fenômeno urbano, a percepção visual e a visão de mundo pautada na educação dos usuários do espaço urbano.

No capítulo quatro, são apresentadas a localização e a caracterização do espaço da pesquisa, compreendendo o histórico e o desenvolvimento da cidade.

No capítulo cinco, fazem-se referências à estruturação da área metropolitana e a recomposição do modelo visual.

No capítulo seis, analisa-se a forma e sugere-se a composição de um novo *design* urbano da área para a uniformidade dos espaços, em desacordo com o cenário histórico e, no capítulo sete, apresenta-se a conclusão da pesquisa.

## 2 METODOLOGIA

Em muitos trabalhos de pesquisa, a metodologia é definida ou redirecionada com vistas ao aprofundamento de estudos do objeto investigado. Na presente investigação, se utiliza como referência o método dialético (Oliveira, 2008), em cuja análise se aborda o meio físico sob um contexto social determinado e determinante pelas condições objetivas e subjetivas da realidade concreta.

Os processos sociais serão definidos na fase de estabelecimento da pesquisa de campo, sendo identificadas as condições de cada sujeito que trabalha, habita, passa e frequenta aquele espaço. Será questionado em relação a sua atuação diante do local: sobre o que está pensando, sonhos, se na sua visão aquele ambiente é o ideal, enfim, quais as suas perspectivas diante do cenário existente.

Considerando a diversidade de situações que envolvem o espaço de execução da pesquisa, considera-se necessária uma abordagem do objeto de estudo sob a perspectiva holística, pela qual serão contemplados aspectos teóricos e observação de campo, que implicam na utilização dos métodos dedutivo e indutivo com os respectivos aportes de procedimentos técnicos.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, faz-se necessário o desenvolvimento de uma abordagem qualitativa para evidenciar os indicadores e funcionamentos complexos de estruturas e organizações, possibilitando novas descobertas e rumos para a pesquisa. As situações indicativas de procedimentos quantitativos serão equacionadas com emprego de técnicas específicas dessa abordagem.

Para o estudo da realidade, primeiro se procedeu ao reconhecimento e à observação preliminar do espaço a ser pesquisado, seguida da respectiva delimitação. Nesse sentido, como meio para o conhecimento das características da composição da paisagem urbana, inferiu-se a percepção visual para detectar os elementos contraditórios e conflitantes que descaracterizam o setor e outros que foram inseridos, trazendo uma perspectiva harmoniosa para a paisagem.

Na abordagem serão empregadas técnicas qualitativas para análise e interpretação, obtenção de dados e informações relevantes acerca das características da área de estudo, identificando aspectos como: paisagem, expansão urbana, degradação ambiental, intervenções que trouxeram desagregação visual e desconforto na percepção social, além de outros pontos onde ocorreram melhorias visuais e urbanísticas.

Nessa situação foi observada também, ainda que de forma empírica, as características dos sujeitos que atuam na área, afirmando-se que, até o momento, as iniciativas se estabeleceram através de fotografias, deixando-se claro que as situações sociais, assim como a estética, estão comprometidas. O ambiente encontra-se desorganizado, visto que não se observa no trajeto a efetivação de segurança, fiscalização de produtos comercializados, limpeza, dentre outras situações que merecem cuidados especiais.

De acordo com a análise individual de cada variante, devem ser levadas em consideração as dimensões objetivas e subjetivas das realidades ali encontradas. Dentro das objetivas pode-se apontar as condições materiais que influenciam nas condições de vida das pessoas, envolvendo, por conseguinte, envolve também o espaço físico. As subjetivas consideram os significados que afetam a qualidade de vida, tais como: sonhos, desejos, medos, angústias, possibilidade de decisão e escolha que implicam diretamente na capacidade de percepção de cada sujeito.

Segundo Penna (1982, p. 11), “perceber é conhecer, através dos sentidos, objetos e situações. O ato implica, como condição necessária, a proximidade do objeto no espaço e no tempo, bem como a possibilidade de se lhe ter acesso direto ou imediato.”

Para realizar a pesquisa, é necessário considerar a percepção direta dos fenômenos, suas origens, que podem ser captados através de relatos de moradores, comerciantes formais e informais, trabalhadores da área e transeuntes a respeito de sua convivência com o meio, podendo enfatizar características e potencialidades, qualificando a importância do processo de melhorias apropriadas ao setor, do qual podem ser os beneficiários.

Na perspectiva de alcançar os objetivos propostos para o estudo e considerando todos os argumentos que embasam a metodologia da pesquisa, inicialmente contemplando os aspectos teóricos para possibilitar a construção pragmática da pesquisa, buscam-se os atributos que permitam contribuir com indicadores para promover a qualidade de vida necessária ao universo de pessoas inseridas naquela área. Para tanto, foram desenvolvidos os seguintes procedimentos metodológicos:

- levantamento e análise da bibliografia relacionada com o tema e a área-objeto de estudo, contemplando: artigos, livros, textos, revistas, monografias, dissertações e teses, bem como seleção de autores que possam subsidiar a reconstrução permanente do objeto de conhecimento;

- levantamento e análise de materiais cartográficos, dentre os quais: cartas, mapas e documentos de sensores remotos como imagens de satélite, radar e fotografias aéreas e digitais;

- elaboração de questionários, roteiros de entrevista a serem aplicados aos integrantes das categorias amostrais nomeadamente: moradores, trabalhadores e transeuntes, para avaliar a percepção dessas categorias em relação à estética visual do espaço urbano;

- o universo da pesquisa compreende o conjunto dos usuários da área selecionada para investigação, cuja identificação é dificultada pela diversidade e a fluidez da circulação dos indivíduos que trafegam no local por necessidade de moradia, trabalho, lazer ou por simples passagem. Considerando a adoção de técnicas qualitativas e a dificuldade de definição dos quantitativos das categorias de análise da população, foram aplicados 39 questionários para as categorias: residente, 34%; trabalhador, 33% e transeunte 33%, com o propósito de diagnosticar a percepção ambiental, expressa por indivíduos dessas categorias amostrais em termos das condições estéticas e da qualidade de vida daquele segmento do espaço urbano;

- realização de atividades de campo abrangendo toda a extensão da área da pesquisa, no período de maio a junho (2012), para identificação de aspectos positivos e negativos da paisagem que sejam considerados relevantes para a temática da pesquisa;

- registro fotográfico dos aspectos estruturais e socioambientais identificados e selecionados como mais representativos para o desenvolvimento da análise proposta, considerando a expectativa de sensibilização dos gestores públicos para a melhoria da qualidade do ambiente urbano;

- representação dos dados e das informações obtidas através das atividades de gabinete e de campo, na forma de quadros, tabelas e figuras, para melhor visualização dos conjuntos mais significativos;

- análise e interpretação dos dados e das informações obtidas da literatura e através da aplicação dos questionários, formulários e entrevistas;

- apresentação das conclusões preliminares para discussão com o orientador e elaboração da redação final do trabalho para apresentação à coordenação do curso e submissão à avaliação da banca examinadora.

### 3 AMBIENTE POÉTICO E SIMBÓLICO

#### 3.1 O fenômeno urbano

O simbolismo nasce no ambiente através de itens da cultura, representados por uma gama de elementos figurativos ou abstratos de um lugar qualquer. Na cidade de São Luís, por exemplo, vários desses elementos, entre os quais se incluem: monumentos, espaços construídos, mitos, lendas, dentre outros, estão inseridos no contexto cultural da cidade. Assim, toda representação simbólica urbana se traduz em elemento especulativo, no universo de múltiplas linguagens da arte.

A temática urbana vem sendo desenvolvida de forma dinâmica ao longo da história, merecendo a preocupação de gestores e da população residente, principalmente nas cidades mais desenvolvidas. Numa perspectiva evolutiva da abordagem dessa temática, autores como: Baudelaire (2007), Benjamin (2007), Berman (1986), Munford (1965) e outros compõem as referências iniciais com subsídios importantes e necessários para o desenvolvimento desta pesquisa.

A partir dessa perspectiva, a evolução dos meios de comunicação possibilitou melhorias significativas em qualidade e na quantidade dos dados e das informações sobre o espaço, notadamente no que se refere às áreas urbanas, com ampliação do alcance da mídia e a incorporação de hardwares e softwares que possibilitam ganhos de velocidade, volume e precisão dos trabalhos.

Para a abordagem de temas específicos da percepção urbana, foram analisadas as publicações que evidenciam contribuições para fundamentar a concepção da pesquisa, compreendendo a evolução da paisagem e a melhoria da qualidade do ambiente nas perspectivas atual e futura.

Como obras de fundamentação do trabalho são referenciadas as de autores que abordam a temática num processo histórico, ainda que sem as questões mais pragmáticas observadas no urbanismo. Nesta abordagem citam-se autores como Simmel (1967), Berman (1986) e Benjamin (2007).

Cada um dos autores citados registra certas preocupações com a transformação contínua das cidades, ainda que algumas focadas no contexto social, sem abordar problemas contundentes como os observados na atualidade. No início do século XIX, o automóvel, por exemplo, era sonho de consumo de capitalistas românticos.

Um dos pioneiros no campo dos estudos urbanos e regionais foi o biólogo, educador e urbanista escocês Geddes (1915), que influenciou Mumford (1938) que, apesar de não ser arquiteto e nem urbanista, contribuiu com estudos e obras de grande importância nesse campo para a compreensão do ambiente urbano. Este, por sua vez, influenciou estudiosos de todo o mundo com obras como: *A Cultura das Cidades* (1938) e *A Cidade na História* (1961), dentre outras.

As influências de Mumford (1938) estão em Lynch (1997), que se constitui na principal referência teórica desta pesquisa. O aporte teórico desse autor ficou conhecido a partir de suas pesquisas em cidades americanas. A evolução desses estudos vem acompanhando o crescimento das cidades, considerando o avanço da industrialização nos países mais desenvolvidos, principalmente com o surgimento de veículos automotores que constantemente vêm causando problemas para os grandes centros urbanos.

A preocupação com o visual das cidades alcançou projeção e referência na obra de Lynch (1997) a partir de 1960 quando publicou a primeira edição de *A Imagem da Cidade*, a qual serviu de inspiração para esta pesquisa e que é uma das principais referências em estudos do espaço urbano. De forma complementar, citam-se autores como: Kohlsdorf (1996), Del Rio e Oliveira (1996), Rossi (2001), Argan (2005) e Ressano (2004), para dar sustentação teórica ao trabalho.

Lynch (1981; 1997) aborda a legibilidade do meio urbano no contexto da fisionomia da cidade, diante de sua importância e da contínua possibilidade de mudanças. O autor analisa as cidades norte-americanas de Boston, Jersey City e Los Angeles, sugerindo um método por meio do qual se poderia abordar a forma visual em escala urbana e propõe alguns princípios básicos de design.

Segundo a abordagem dos fenômenos urbanos, Kohlsdorf (1996) trabalha a investigação urbanística desenvolvendo pesquisas sobre a percepção do espaço urbano, contemplando os aspectos naturais e as estruturas e equipamento urbano, estendendo sua atuação por meio de cursos e eventos realizados em muitas instituições de ensino superior em diversas regiões do Brasil.

Rio e Oliveira (1996) tratam da percepção do ambiente natural e construído, abordando temas como: arquitetura, urbanismo, geografia, psicologia, literatura e estudos sociais. Essa abordagem interdisciplinar pode ser aplicada à área em estudo, como elemento de sustentação a esta pesquisa, pela referência e importância que atribui ao ambiente construído.

No contexto local foram pesquisadas obras com temática variada sobre a cidade de São Luís, para retirar os substratos necessários e inseri-los na concepção da pesquisa. Esse referencial contribui com o trabalho na inserção de temas desde os fundamentos históricos como, exemplo, os primeiros habitantes da ilha, invasores, fundação da cidade, processos de expansão e de desenvolvimento até o estágio atual.

Dentre as obras de referência para a problemática da pesquisa, relativamente ao espaço estudado, são importantes as de autores como: d' Abbeville (1975), abordando a ocupação francesa no Maranhão; Lisboa (1976), contribuindo com a descrição acerca das invasões francesa, holandesa e os indígenas; Pereira (1992), sobre o Projeto Reviver, no bairro Praia Grande; Silva (1998), baseada em pesquisa da arquitetura e urbanismo de São Luís; Martins (2000), sobre história e patrimônio da cidade; Meireles (2001), acerca da História do Maranhão; *São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem* (2006) aborda a história urbana de São Luís e Alcântara; Feitosa e Trovão (2006), o espaço geo-histórico e cultural do Estado do Maranhão; Espírito Santo (2006), sobre a construção participativa do Plano Diretor de 2006 e Alves e Feitosa (2010), situando a ação humana diante dos problemas ambientais, a percepção da paisagem e a geo-poética.

Na perspectiva de perceber e avaliar o segmento urbano no qual se insere o objeto de estudo desta pesquisa, foram arroladas publicações e estudos já efetuados, sinalizando para um olhar diferenciado acerca da revitalização de centros históricos das cidades a nível nacional e internacional. Dessa forma, envidam-se esforços no sentido de analisar os determinantes de ordem sociopolítica, econômica e estética, que contribuem ou dificultam a implementação dos programas de revitalização dos centros históricos, instituídos em 2004 pelo Ministério das Cidades.

A cidade de São Luís foi contemplada no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, por reunir um conjunto arquitetônico e histórico de referência na América Latina, perfazendo um “total de 5.607 imóveis preservados por Legislação Federal, Estadual e Municipal” (ESPÍRITO SANTO, 2006). Nessa perspectiva, o escopo da pesquisa intenciona abordar as intervenções realizadas ao longo do processo de desenvolvimento urbano, além de contribuir para potencializar estratégias e ações já traçadas pelas políticas públicas, através dos mais diversos programas de apoio ao desenvolvimento urbano, que incluem outros subprogramas como o Plano de Promoção de Atividades Econômicas e o Plano de Dinamização Cultural e Educação Patrimonial, cujos desdobramentos podem reverter em senões do quadro urbano ludovicense.

### 3.2 Percepção e educação

A percepção é o primeiro ato praticado pelos animais na tentativa de ligação com o mundo externo, que pode ser captado por um dos sentidos. No ser humano, tal ato permite a distinção dos complexos significados e desdobramentos suscitados por um objeto. Nesse sentido, a sensibilidade humana se presta a obter respostas aos problemas, criando métodos objetivos, diferentemente de outros animais.

Nesse processo, as condicionantes físicas do ser humano em estado de normalidade permite que estímulos provenientes de descargas nervosas que chegam ao córtex cerebral, através dos órgãos receptores decodifiquem as informações dos objetos. Piaget (1976), Oliveira (1997) e Turner (1976) apud Kohlsdorf (1996, p. 56) afirmam que: “é apenas na percepção, que se iniciam os processos cognitivos, porque a partir de então ocorre à reprodução intelectual da realidade”.

Conforme Kohlsdorf (1996, p. 53):

As sensações são responsáveis por nosso primeiro contacto com os lugares e constituem-se na ligação mais próxima da consciência com a realidade objetiva. Para que se produzam sensações, é preciso certas condições, tanto por parte do meio ambiente quanto do indivíduo. Por exemplo, a sensação de ver depende da possibilidade de transmissão de ondas luminosas e do funcionamento do aparelho visual, isto é, dos olhos e do sistema nervoso.

Penna (1982) afirma que “tradicionalmente, a percepção foi conceituada como processo interpretativo, operando sobre dados sensoriais. Distinguiam-se, no domínio do conhecimento duas fases, etapas ou planos, representados pela sensação e pela percepção.” Sabe-se que ela envolve processos mentais notadamente pelo lado psicológico, a memória, que podem ter influências no modo de interpretação.

Para este trabalho, interessa entender a percepção visual como o elemento que está diretamente ligado ao tema abordado, através da estética visual do espaço urbano. No desenvolvimento da temática, buscou-se o ângulo da significação e não o da emoção, experimentando-se também o prazer estético para valorizar a mensagem visual que será composta após a construção de parte do cenário que irá compor com o existente.

Na pesquisa, a primeira percepção visual teve como foco a imagem do cenário local, através da observação direta que permitiu analisar todo o espaço delineado e traçar estratégias para viabilizar conteúdos que determinassem sua concepção. Além da imagem

comprometida do ambiente, também foi trabalhada a percepção espacial como forma de situar os elementos que escapam da imagem em elevação.

Quanto à questão da educação advinda da percepção, procura-se entender como sendo aquela que nem sempre está pautada na formalização pelas salas de aulas, mas toda ela adquirida em casa, nos colégios, vivência, experiência, ou seja, a da cultura geral produzida por conhecimentos múltiplos. Presume-se que essa educação traz ao indivíduo, as condições ideais, para convivência nos espaços que frequenta.

O vandalismo observado nas cidades, ou em outros locais, advém quase sempre dos desprovidos dessa interação entre educação e percepção. Daqueles que não possuem pensamento estruturado, que lhes permita perceber o que é salutar para todos. São as pessoas que não se permitem cultivar os melhores sentimentos, seja no ambiente familiar, de trabalho, comunitário, urbano, mesmo tendo oportunidades de manifestá-lo.

A satisfação de bem-estar manifesta-se no ser humano através de diversas formas, como: família, boa educação, moradia, trabalho, salário digno, lazer, dentre outras. Nesse contexto, família estruturada, educação de qualidade, boa moradia são condições importantes, que satisfazem o ego na relação com o ambiente, personifica subjetividade na valorização do espaço físico e do seu semelhante.

A princípio, o lar é o primeiro espaço, onde as pessoas por necessidade de abrigo têm o dever de criar o primeiro elo afetivo com o ambiente e com outras pessoas. Mediante o caráter dinâmico da vida humana, tende-se a estabelecer contato a partir desse lugar com o espaço e o mundo exterior. Esse contato desperta sentimentos variados, de pessoa para pessoa, mesmo em se tratando da mesma família, criando necessidades de sobrevivência pautadas no estabelecimento da cidadania, quer seja individual ou coletiva, a que todos têm direito.

Como desdobramento da perspectiva de lugar, foram criadas regras para servir de parâmetro a cada sociedade ou país. Nesse contato se estabelece o entendimento da cultura do povo de um determinado lugar, sendo este o processo de relacionamento estrutural e emblemático da sociedade, que se revela como fator de grande importância para estudo de sociólogos, antropólogos dentre outros pesquisadores.

Para nomear os laços de afetividade dos seres humanos com o ambiente, em sentido mais amplo, Tuan (1980, p. 107) atribuiu os termos “topofilia” e “topofobia”, acrescentando que estes laços

Diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar o lócus de reminiscências e o meio de ganhar a vida.

São Luís tem, no seu universo simbólico, muitos elementos que foram trazidos de outras culturas e atualmente são admirados pela beleza ostentada, guardando, dessa maneira, significado especial para sua população. O amor pela cidade surge através da transcendência do lar, na direção de cada espaço, cada monumento, cada item, materializado ou não, construindo, nesse caso, o sentimento topofílico.

O lugar pode ser apaixonante ou repulsivo, dependendo do tipo de relação que um determinado sujeito estabelece com os seus elementos: o lar, uma paisagem, um obelisco, uma rua ou ponto qualquer que motivou aquele sentimento e que encerra os atributos de familiaridade, segurança e tranquilidade, entre outros. Poetas costumam reverenciar lugares escrevendo poesias e poemas, principalmente os mais românticos.

O poeta Gonçalves Dias compôs a “Canção do Exílio” para expressar a saudade que sentia da terra natal, que, pela sua percepção, tudo que havia aqui era melhor do que lá. Para ele as aves de lá não gorjeiam como as de cá... percebeu que o céu daqui tem mais estrelas que o de lá...as nossas várzeas tem mais flores; e os bosques tem vida e a vida mais amores. Num sentimento topofílico profundo o poeta assim se expressou:

Minha terra tem palmeiras,  
Onde canta o Sabiá;  
As aves, que aqui gorjeiam,  
Não gorjeiam como lá.

Nosso céu tem mais estrelas,  
Nossas várzeas têm mais flores,  
Nossos bosques têm mais vida,  
Nossa vida mais amores.

Em cismar, sozinho, à noite,  
Mais prazer encontro eu lá;  
Minha terra tem palmeiras,  
Onde canta o Sabiá.

Minha terra tem primores,  
Que tais não encontro eu cá,

Em cismar – sozinho, à noite –  
 Mais prazer encontro eu lá;  
 Minha terra tem palmeiras,  
 Onde canta o Sabiá.

Não permita Deus que eu morra,  
 Sem que eu volte para lá;  
 Sem que desfrute os primores  
 Que não encontro por cá;  
 Sem qu'inda aviste as palmeiras,  
 Onde canta o Sabiá.

Gonçalves Dias, 1843

A percepção do poeta foi crucial para que ele pudesse compor um poema recheado de tantos elementos simbólicos, compostos em rimas perfeitas, segundo os conhecedores. Nesse comportamento poético, muitas personalidades ou até pessoas do senso comum conseguem expressar seus sentimentos através de outros meios como a música, romances e cartas.

Nesse sentido, observa-se que a percepção e a educação se complementam para construir ou reverenciar elementos culturais de um povo. Não se está falando só da educação formal, adquirida nos bancos escolares, mas também daquela que vem da observação, da sensibilidade do sujeito. Nesse ponto o conhecimento adquirido pode, ou não, ser suficiente para o discernimento das práxis de vida.

Tuan (1980), ao abordar os traços comuns em percepção, revela que “todos os seres humanos compartilham percepções comuns, um mundo comum, em virtude de possuírem órgãos similares”.

Dos cinco sentidos tradicionais, o homem depende mais conscientemente da visão do que dos demais sentidos para progredir no mundo. Ele é predominantemente um animal visual. Um mundo mais amplo se lhe abre e muito mais informação, que é espacialmente detalhada e específica, chega até ele através dos olhos, do que através dos sistemas sensoriais da audição, olfato, paladar e tato (TUAN, 1980, p. 7).

Mesmo com boa percepção sensorial, o homem é dotado de sentimentos diferenciados por atributos individuais que podem se reverter em atitudes particulares considerando-se as desigualdades sociais e culturais. Nessa perspectiva, percepção e educação devem ser aliadas para observar os princípios causadores do desequilíbrio de ações cometidas por um indivíduo. O controle das ações buscando soluções mediadoras, críticas, capazes de reverter quadros contraditórios que se apresentem, é de fundamental importância.

Diferentemente dos desequilíbrios causados por fenômenos naturais, que podem ser percebidos, sentidos, mas, na maioria das vezes, impossíveis de controle.

A preservação implica educação, não se podendo exigir que um povo preserve seu patrimônio se lhe são negados os bons princípios de formação e o conhecimento adequado para tal. Aperceber-se da necessidade de preservar significa ter condições intelectuais para agir neste contexto, contudo é necessário ter atitude para consolidar a proteção patrimonial.

Não se tem conhecimento sobre vandalismo em patrimônios públicos de sociedades de países como: Grécia, Itália, França, Alemanha, Japão, onde as notícias giram em torno da preservação. Essa consciência depende da formação educacional do povo, não podendo ser vinculada com a cultura, embora estando ela implícita nas condições de valorização educacional.

Em São Luís, principalmente no Centro Histórico, pessoas que terminam de se servir com água ou qualquer outro tipo de alimento jogam os resíduos na rua, mesmo quando a lixeira está próxima. Quando se trata de criança acompanhada do adulto, se constata poucos gestos de ensinamento básico de “colocar o lixo na lixeira”. Os maus exemplos são, também, observados em pessoas das classes mais favorecidas e com elevado grau de instrução, que adotam as mesmas práticas. Nesse rol de exemplos lamentáveis, devem ser incluídas, também, as atitudes de alguns condutores de veículos cujas ações denotam ausência de base educacional.

Adicionalmente a tais atitudes, se incluem o vandalismo em monumentos, por fogo em lixo para produzir fumaça incômoda que penetra nas moradias, fazer necessidades fisiológicas nos espaços públicos, conduzir animais que deixam fezes no meio da rua, entre outros. A observação ou constatação de tais atos motiva a reflexão sobre o nível da educação que se tem para a vida na cidade. Evidencia-se que as escolas e as famílias não estão cumprindo com seu papel.

A primeira escola é a família, que deve ensinar os fundamentos de civilidade e de cidadania. A situação se agrava quando esta, também, não possui tais fundamentos porque não os adquiriu de seus antepassados. O conhecimento vai se embasando através da percepção de múltiplas nuances que dependem de ensinamentos daqueles que possuem mais experiência. O processo educativo se realiza na sociedade, pela sociedade e para a sociedade. Não há grupo humano, por mais incipiente, que não empreenda esforços, de um ou de outro tipo, para educar suas crianças e seus jovens (CARVALHO, 1987, p. 03).

O presente trabalho não comporta discussões sobre a estrutura da educação, em nível local, mas admitem-se as exigências mínimas que cada cidadão deve adquirir, em casa

ou na escola, com ensinamentos básicos para o comportamento social, manifestando atitudes compatíveis com a convivência social saudável e ecologicamente aceitável. Tais condições pressupõem a compreensão de questões sociais e diferenças individuais que requerem estudos e pesquisas aprofundadas.

Os gestores públicos devem promover benefícios para a sociedade, principalmente em educação e saúde, prioridades absolutas. Educar a sociedade não é tarefa simples, pois o livre-arbítrio expressa questões individuais como sonhos, angústias e emoções, a serem administradas na organização do pensamento coletivo, para a promoção do bem comum. As estruturas de valores que caracterizam as pessoas e imprimem seu estilo de vida

São os melhores indícios para compreendê-la no presente e para pressentir o que ela será no futuro. Tais estruturas não contêm uma pletora de elementos. Estes são poucos, mas são decisivos. Também é irrelevante a circunstância de tais valores serem mutáveis e nunca plenamente alcançados (CARVALHO, 1987, p. 330).

Nesse sentido, busca-se um novo humanismo como inspiração para que professores e alunos sejam formados para perceberem e entenderem o meio em que vivem, ficando embasados dos elementos formadores do caráter humano como a ética, a moral, a inteligência e a estética, na apreciação de elementos artísticos, além da capacidade criadora que deve nortear a nova maneira de viver individual e socialmente.

Há necessidade de boas ações em qualquer ambiente, o que decorre da percepção e educação adquirida pela vivência nos âmbitos familiar, escolar e nas relações sociais que devem fundamentar a construção de uma estrutura necessária para disciplinar o indivíduo para conviver em harmonia.

Quando o processo educativo resulta em padrões divergentes do modelo preconizado, surgem conflitos no espaço habitado; as pessoas têm medo das reações de seus semelhantes por saberem que naquele meio há elementos despreparados para o convívio social, principalmente nas ruas ou locais onde há ocorrência de bebida alcoólica (Foto 01). Misturada ao baixo nível do bom senso, se tornam locais de muitas contradições e imperfeições, fruto da existência conflituosa que permeia logradouros públicos e privados.

Mediante tais contradições, evidencia-se o desequilíbrio dos aspectos sociais e naturais do ambiente com sofrimento de pessoas e danos ao patrimônio natural e cultural, e tudo que tem relação com o sistema ambiental. É indispensável a busca do equilíbrio social para que todos tenham condições de igualdade na contribuição e no usufruto de condições ambientais favoráveis à sadia qualidade de vida, notadamente nos espaços urbanizados.



**Foto 01:** Bar/Restaurante das paradas de ônibus do Anel Viário

**Fonte:** Dados da pesquisa

### 3.3 Visão de mundo e ambiente

É necessário estabelecer diferença entre a visão de mundo que se tinha até meados do século XX e a concepção globalizada que se tem atualmente. Pode-se dizer que, em um mundo globalizado, a visão holística está estruturada e vem sendo ampliada continuamente. A evolução social e tecnológica ganha propulsão à medida que fatos e novas descobertas vão se processando e novas técnicas são aprimoradas.

É necessário que se faça distinção entre o aprendizado que se processa através da aquisição de conhecimentos teóricos e práticos, na escola, e aquele adquirido através somente da experiência. Vivência e experiência traduzem o mesmo significado, mas a experiência é vista pelo lado pragmático, muitas vezes envolvendo experimento para produzir metodologia.

A experiência está relacionada, a princípio, com a forma de aquisição do conhecimento, podendo ser organizada ou não, ou ainda de sabedoria adquirida de maneira informal durante a vida; “forma de conhecimento específico, ou de perícia, que se aprimora com o correr do tempo” (HOUAISS, 2009, p. 858). Neste caso, a visão de mundo decorre de situações em que as pessoas se baseiam na vivência ou fazer empírico das coisas.

A “vivência vem daquilo que: se experimentou vivendo, vivenciando, se manuseou; conhecimento adquirido no processo de viver ou vivenciar uma situação ou de realizar alguma coisa; experiência, prática” (HOUAISS, 2009). Neste caso, a visão de mundo que se processa através da vivência adquirida, do aprendizado tradicional, em escola, universidade, etc., durante tempo suficiente para sistematizar e organizar estudos e saberes capazes de outras pessoas aprenderem, podendo ser através de veículos diversos.

Nesse sentido, pode se estabelecer diferença tanto da experiência quanto a vivência que embasam a visão de mundo do sujeito, através de uma visão cosmopolita. Como exemplo, classifica-se aquele elemento que adquiriu seus conhecimentos através da absorção do aprendizado de costumes e culturas diferentes, que acumulam para ele mais experiência e vivência, tendo como exemplo os viajantes que, pelas suas andanças, adquirem essa “bagagem”.

A visão de mundo, nessa perspectiva, pode auxiliar a percepção e a adaptação do meio, pelo fato de que a aquisição de experiências e vivências em outros ambientes possibilita ao indivíduo condições de perceber melhor o espaço em sua volta. Essa percepção permite discernir melhor os objetos, suas interações e interpretar situações, para atuar com maior segurança na tomada de decisões embasadas no conhecimento adquirido.

O olhar crítico adquirido através da visão de mundo do sujeito cosmopolita pode trazer contributo direto para seu grupo e para a comunidade como um todo pela possibilidade de incorporar conhecimentos adquiridos em outras realidades com vistas a melhorar a qualidade do ambiente e da vida de seus moradores e visitantes, mediante a elaboração de estratégias para resolução de problemas rotineiros, através da socialização dos conhecimentos e sensibilização quanto ao seu engajamento. Analisando as atitudes de moradores na periferia da cidade de São Paulo, Jacobi (2000, p. 109) constata que:

Existe uma percepção dos moradores a respeito da degradação das fontes de água e da necessidade de mudar atitudes, informar, orientar e educar a população sobre os riscos provocados pela deterioração da água necessária ao consumo. Além disso, as pequenas variações na atitude e interpretação dos problemas entre os estratos de maior e menor renda mostram, apesar de tratar-se de contextos socioeconômicos tão opostos, que existe uma preocupação da população face ao problema.

A solução dos problemas urbanos depende de ações coletivas organizadas para a conservação do ambiente. As consequências danosas e trágicas enfrentadas por segmentos populacionais têm a ver com a inconsciência e a falta de percepção ou de visão de mundo, pois a ocupação de espaços com a construção de moradias em locais inadequados indica que nem as pessoas comuns, nem as autoridades parecem perceber os riscos.

O desrespeito à natureza ocorre com muita frequência, notadamente nas regiões de maior poder aquisitivo da população, onde se supõe haver maior conhecimento e discernimento. Apesar das determinações legais, medidas prévias não são tomadas, e situações desagradáveis ocorrem sistematicamente, atingindo pessoas que ocupam áreas de risco ambiental. Os centros urbanos escaparam ao controle do homem, desde sua gênese, e a

evolução consciente das cidades ficou na esteira da dinâmica do capitalismo, que impõe a todos a vontade da classe dominante. Nessa perspectiva, a qualidade de vida na cidade se torna cada vez mais comprometida pela insalubridade e insensibilidade que ajuda a deteriorar o patrimônio ambiental urbano. Segundo Jacobi (2000, p. 27):

A cidade de São Paulo vive problemas específicos de poluição do ar resultantes não só da concentração de indústrias e veículos, mas de um padrão de circulação atmosférica característico do relevo onde se encontra. O sítio urbano é contornado por unidades topográficas que giram em torno de 1.100 metros de altura, como a Serra do Mar e de Paranapiacaba. O clima é seco no inverno e úmido no verão. Condições atmosféricas próprias da região propiciam no inverno o fenômeno da inversão térmica. Nesta época do ano, portanto, o problema da poluição é agravado e a incidência de doenças respiratórias aumenta.

A não observação de condições de moradia e de circulação compromete a qualidade do ambiente e da vida. Com o planeta suportando cerca de sete bilhões de pessoas e grande quantidade de outras espécies e, com perspectivas de crescimento demográfico, ninguém pode prever com exatidão o que ocorrerá no futuro, mas já se anuncia a insustentabilidade da vida humana.

A questão demográfica não é abordada racionalmente, principalmente pela classe política, que está, na maioria das vezes, preocupada com interesses próprios e corporativos. Nas cidades, o crescimento demográfico acelera a expansão urbana que atrai investimentos e retroalimenta positivamente esse processo através da industrialização e da oferta de variados tipos de serviços.

Com o processo de desenvolvimento que o país vem experimentando e a melhora do poder aquisitivo da população, as cidades são palcos das principais demandas por mão-de-obra, situação que ocorre de forma acelerada, embora limitada pela falta de pessoal qualificado para a maioria dos setores produtivos.

Com escassez de mão-de-obra qualificada, verifica-se que o país não estava preparado para crescer e que, para sanar o problema, será necessário investir maciçamente em educação específica. Na perspectiva de se qualificar para arranjar melhores empregos, jovens e adultos migram para as grandes cidades em busca de melhores oportunidades.

É importante observar que o progresso tem aspectos positivos e negativos, podendo representar problemas quando as condições atrativas de população estimulam imigrações que acarretam desequilíbrios aos ambientes das cidades. Nessa linha de raciocínio, cada migrante quer se estabelecer, melhorar de vida, comprar casa, isto é, ter acesso aos bens de consumo comuns às pessoas de classe média ou alta. Não conquistando tais condições, os

moradores imigrantes continuam a sofrer as consequências socioambientais em situação mais difícil que a anterior.

Reconhecendo a “dualidade” do setor secundário e os problemas relacionados com a geração de empregos, a cidade pode ser constituir como lugar de esperança ou de desespero. Uma vez que a prevalência da esperança figura, sempre, como alternativa a uma condição de dificuldade anterior, a cidade somente assume a condição de desespero para aqueles menos qualificados e desvalidos de qualquer relação de parentesco que possa apoiar o imigrante durante seu período de adaptação. Acerca dos problemas vivenciados nas cidades, Santos (1981, p. 59) faz a seguinte referência:

Devido ao que sabemos de suas estruturas sociais, é preciso afirmar que a cidade dos países subdesenvolvidos é, antes de tudo, o lugar de transformações sociais nada comparáveis às do campo o que, em última análise, explicaria a atração urbana e o individualismo triunfante na cidade; ou então que a cidade é um lugar de tensões sociais, de lutas de classes, pelo fato de que as disparidades de rendas e de nível de vida aí seriam ainda mais extremos que no campo? A questão é vital.

Com o colapso da gestão pública das cidades, prevalece a vontade da minoria das pessoas que pensa apenas no seu bem-estar; a insensatez prejudica o meio coletivo. As reclamações advindas, por exemplo, dos condutores de veículos, impacientes quanto aos problemas de tráfego nas áreas urbanas, são fatores relacionados com egoísmo dos que possuem automóveis e não estão preocupados se vão contribuir para aumentar a poluição do ar, os congestionamentos e o risco de acidentes, dentre outras situações comuns nas vias públicas.

A expectativa de uma cidade funcional: sem poluição, com ruas limpas e bem conservadas, sem esgoto aflorando nos logradouros e com trânsito fluente, entre outros determinantes dessa ordem, quando não se colabora para esse fim, se torna de difícil conservação. A visão insensível de não entender o óbvio advinda da falta da educação do sujeito, que, para habitar no meio urbano, deverá alcançar maturidade suficiente para, além de adaptar-se, respeitar as regras sociais de convivência urbana, contribuindo e observando que a cidade é espaço de todos que nela vive.

Em relação ao comportamento dos indivíduos no ambiente da cidade, Ferrara (1996, p. 76) afirma que “cidadão é aquele que ultrapassa a condição do usuário urbano para assumir o polo das decisões e vetorizar os destinos da cidade e dos interesses públicos”. Nesse sentido, a percepção de cada habitante não deve se manifestar só na condição física do

ambiente, e sim perpassar por nuances da vida individual e coletiva na dinâmica do desenvolvimento do espaço da cidade, do município ou do estado.

O problema a ser resolvido, principalmente no âmbito das cidades, é a consciência cidadã. Infelizmente uma parte significativa da população da cidade não entende o significado deste termo. Por outro lado, esforços para erradicar a falta de conhecimentos básicos devem ser realizados para fortalecer a cidadania como um exercício diário. Tomam-se como exemplos as realidades ambientais que causam ou potencializam problemas, principalmente os que podem ser evitados e não o são, revelando o despreparo e a falta de visão de mundo, tanto de autoridades, como das pessoas da comunidade.

Em São Luís, as providências tomadas pelas autoridades para a melhoria da qualidade de vida do cidadão são insuficientes. Por outro lado, parte da população não colabora, principalmente sobre a questão ambiental, como se observa na falta de infraestrutura sanitária das feiras e mercados instalados em ruas de determinados bairros. A questão toma proporções políticas quando autoridades se lembram da existência desses locais apenas na época das campanhas eleitorais e assumem a defesa dos ocupantes irregulares.

O problema se estabelece quando alguém resolve colocar uma barraca clandestina para vender lanche ou qualquer outro produto e outros procedem da mesma forma. Os produtos comercializados são de tal variedade que se encontram de bancas de verduras a “caixas” de peixe e vísceras de animais expostas sem nenhuma proteção contra insetos. A situação toma proporções de difícil controle e, na certeza da impunidade, alguns conseguem edificar estabelecimento em alvenaria, madeira, dentre outros materiais. A retirada dessas construções, a bem de melhorias públicas, causa problemas que levam à prática da ilegalidade.

Situação similar acontece nas paradas de ônibus do Anel Viário, parte do trecho objeto desta pesquisa, onde tudo é permitido a começar com a venda de bombons e, atualmente, se encontram naquele local desde assados diversos (Foto 02) a outras iguarias, assemelhando-se a uma feira livre pelas características de alguns estabelecimentos. O espaço é um espelho do descaso que se estende a várias partes da cidade, afetando não só sua dinâmica espacial, como o próprio ambiente.

Cada habitante da cidade tem a sua maneira própria de observar a cidade em que vive, porém existe uma particularidade interessante para se analisar quanto a essa situação. O nível de instrução de cada um, a importância desse fator, se torna um elemento fundamental quando se tem nesses indivíduos uma educação de qualidade que permite aferir se o ambiente

é salutar ou não. A partir dessa premissa, cada indivíduo sabe definir o que serve e o que não serve para seu espaço de convivência.



**Foto 02:** Comércio informal nas paradas de ônibus do Anel Viário

**Fonte:** Dados da pesquisa

A diversidade de componentes existentes no espaço do terminal de ônibus do Anel Viário (Foto 02) pode fomentar muitas discussões na relação com os aspectos socioambientais e no âmbito estético, quando os usuários assumem a condição de cidadania plena, conforme citado por Rio e Oliveira (1996). Na realidade documentada, conforma o espaço como não-lugar (AUGÉ, 1994), pois as pessoas passam alheias à qualidade e à quantidade das estruturas e dos serviços oferecidos, para atingir outra meta: chegar ao local de trabalho ou à residência.

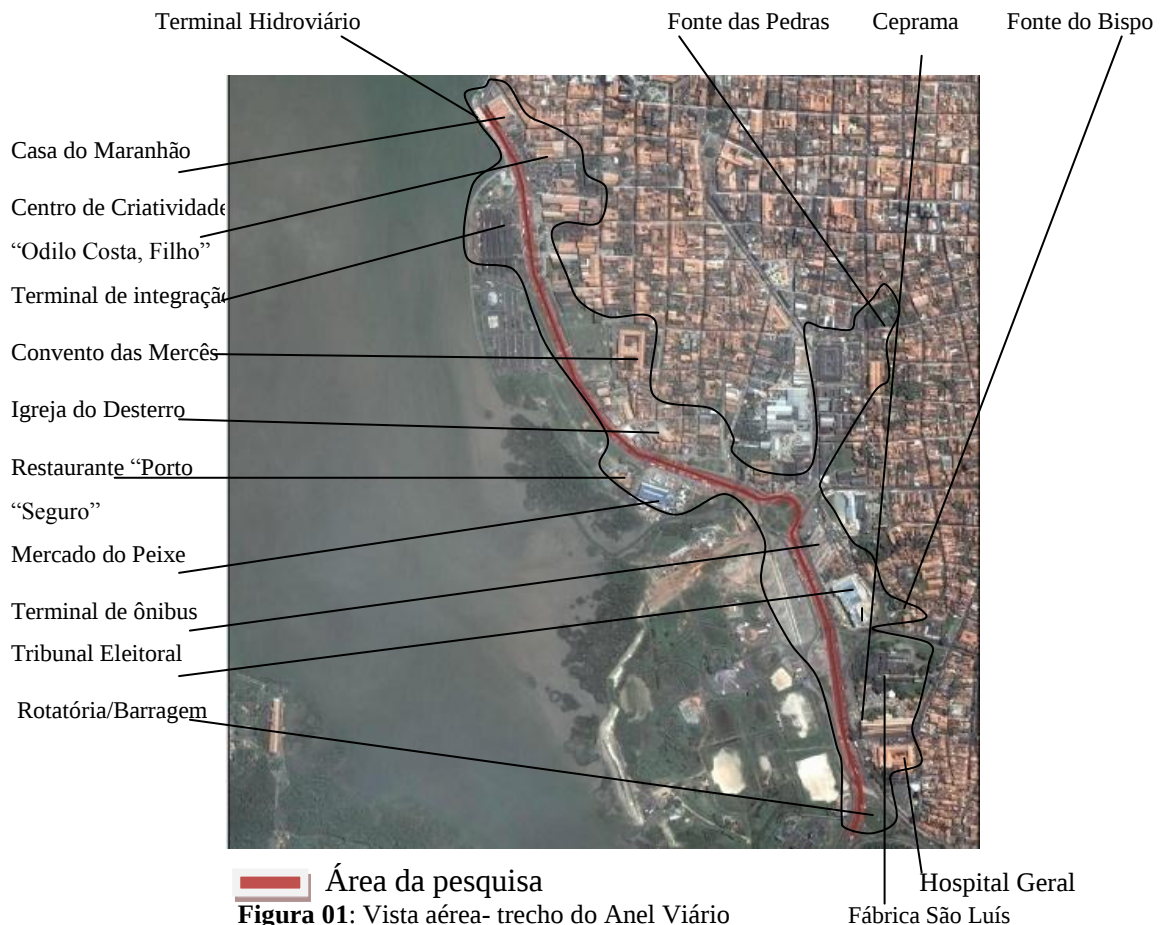
Os ambulantes que se aglomeram naquele espaço são pessoas que não possuem outro meio de subsistência, vivem de pequenas rendas para com ela ter e dar condições mínimas de sobrevivência aos seus dependentes. Nesse particular as políticas públicas deveriam promover intervenções estruturantes para sanar problemas que tornam os locais conflituosos na questão de organização e do bem-estar. É nessa perspectiva que o olhar instruído faz a diferença, na tentativa de ser um multiplicador para denunciar aquilo que está na mira de muitos, mas que poucos enxergam. Por outro lado, paralelo a esse pequeno trabalhador, existem os que não querem se ocupar com a trabalho honesto e optam pelo viés da marginalidade, tirando o sossego e a paz dos que querem trabalhar.

## 4 CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO DA PESQUISA

### 4.1 Localização e situação

O estudo abrange um segmento do centro urbano de São Luís, situado entre a Praia Grande e a Madre Deus, historicamente caracterizado por possuir um ecossistema em que se sobressaem os componentes biótico e abiótico, originalmente composto<sup>1</sup> por floresta nativa, especialmente manguezais, e densa floresta de terra firme, com grande biodiversidade característica da Região Amazônica (Figura 01).

A área de estudo insere-se na Mesorregião Norte Maranhense e na Microrregião Geográfica do Aglomerado Urbano de São Luís, situada na porção oeste do centro histórico da cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão. Está confinada no estuário do canal do Bacanga, sendo delimitada pelas seguintes coordenadas geográficas: latitudes 2°32'39" e 2°31'55" sul e longitudes de 44°17'58" e 44°18'27" oeste (Figura 01). Situa-se a cerca de 9 km de distância do Aeroporto, tendo como vias de acesso o Anel Viário, as avenidas dos Franceses, a Estrada da Vitória, a Avenida José Sarney e a Avenida Beira-Mar.



## 4.2 Estrutura do meio físico

### 4.2.1 Geologia e geomorfologia

A área de estudo insere-se na bacia sedimentar costeira de São Luís, limitada ao norte pela Plataforma Ilha Santana, ao sul pelos Altos Estruturais (Arco Ferrer Urbano Santos), a leste pelo Horst de Rosário e a oeste pelo Arco de Tocantins. Essa bacia originou-se a partir de processos de rifteamento ocorridos no período Cretáceo, quando da separação entre a América do Sul e a África (TAROUCO apud LIMA, 2004) e apresenta cinco formações geológicas de composições e idades distintas, sendo mais antigas as formações Codó, Grajaú e Itapecuru, do período Cretáceo; seguidas da Formação Barreiras, do período Terciário e Açuí, com idade Quaternária, ainda em estruturação (FEITOSA, 1989).

Geomorfologicamente, a área estudada insere-se no Golfão Maranhense, caracterizado por ser um grande e complexo sistema estuarino, de idade pleistocênica, formado por baías, estuários, estreitos, igarapés, enseadas, ilhas, manguezais, falésias, pontais rochosos, praias, dunas e paleodunas, planícies de marés, dentre outras. No caso específico, constituía extenso manguezal que foi eliminado para ocupação humana com atividades de transporte náutico e portuário em seguida colmatada para uso residencial e urbanístico.

Geograficamente, a área do Golfão Maranhense limita-se ao norte com o Oceano Atlântico e, ao sul, interioriza-se através das baías de São Marcos e São José que se intercomunicam, conformando o sistema de estuários e inúmeras ilhas, inclusive a ilha do Maranhão; a leste com a baía de Tubarão e a oeste com a baía de Cumã (MARANHÃO, 1998).

Nas áreas emersas adjacentes à faixa litorânea, encontram-se tabuleiros modelados em rochas sedimentares das formações Itapecuru e Barreiras. Os tabuleiros apresentam forma tabular e subtabular, com bordas dissecadas em colinas de baixa, média e alta declividade. Junto do litoral, algumas áreas tabulares possuem bordas abruptas que formam as barreiras terciárias conhecidas como falésias (FEITOSA e TROVÃO, 2006).

O espaço selecionado para estudo se encontra situado em um tabuleiro, na parte baixa do platô que deu origem à cidade, lado oeste, com relação direta com as margens do Braço de Mar do Bacanga, entre a Praia Grande e o bairro da Madre de Deus. São presentes na área um pequeno riacho e algumas nascentes de água que deram origem às fontes das Pedras e o do Bispo.

A estruturação construída ao longo da área da pesquisa, para viabilizar o tráfego de veículos e a circulação de pessoas, é composta, entre edificações e equipamentos urbanos de avenida com pistas de rolamento em estrutura asfáltica com canteiro central. Observando o lado direito do leito da avenida, temos: terminal de embarque marítimo ou Cais da Praia Grande, Terminal Urbano de Integração, restaurante, Mercado do Peixe, pontes de concreto sobre canal, Sambódromo, bares, equipamentos e acessórios como iluminação pública, calçadas e abrigos de paradas de ônibus.

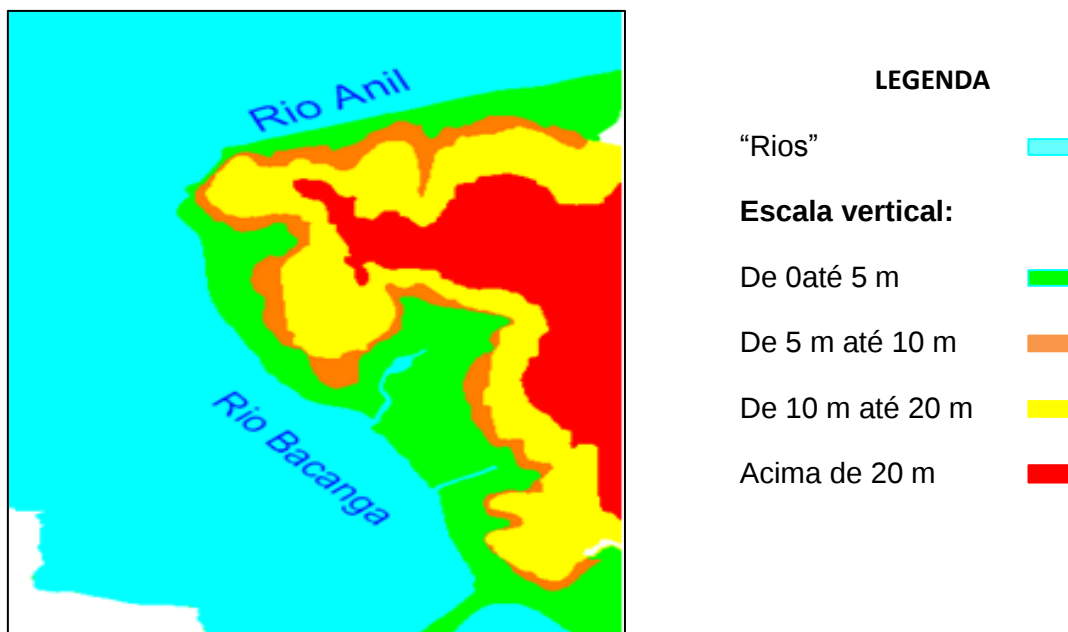
No espaço do lado esquerdo, encontra-se a Praça da Fé no pátio da Casa do Maranhão, estacionamento, Shopping do Cidadão, Museu da Memória Audio Visual do Maranhão com praça, Praça do Pescador, rotatória que dá acesso a outros logradouros, como a Avenida Magalhães de Almeida e a Rua das Cajazeiras.

A partir da rotatória, a vinte metros, em direção a Madre de Deus, encontra-se instalado o Terminal do Anel Viário, com transporte coletivo e o prédio do Tribunal. Tal local surge como destaque na percepção objetiva desta pesquisa por conta do cenário apresentado que, em primeiro momento, expõe elementos desconexos com as realidades objetiva e subjetiva.

Na continuação do trajeto, a avenida segue com leitos em pistas de rolamento, canteiro central, duas vias secundárias, uma à direita e outra à esquerda. A área que fica à direita, no sentido descrito, encontra-se urbanizada, com estrutura de pista para desfiles de carnaval, shows, instalações de parques de diversão e outras atividades. Nessa sequência chega-se ao ponto final do trecho da pesquisa, na rotatória que dá início à Barragem do Bacanga.

O leito da avenida Senador Vitorino Freire (Anel Viário) foi construído artificialmente, onde antes só se permitia a circulação de canoas e barco a vela e onde se sofria influência direta das marés que banhavam a área. A partir da década de 1970, a cidade ganhou uma área artificial que se tornou dinâmica, precisando apenas de aproveitamento racional para sua melhor utilidade. Para equacionar problemas de tráfego, parte do perímetro do centro histórico foi colmatado, condicionando nova situação na altimetria daquele espaço (Figura 2), o que contribuiu para alterar a beleza cênica das velas coloridas singrando as águas do canal, transformando aquele espaço em espetáculo durante as preamares.

A zona costeira local é classificada como Macrotidal com amplitude média de 4,6 metros, podendo ter picos de 7,2 metros (FEITOSA, 1989) durante as grandes sizígias; possuindo hidrodinâmica regida pelas marés semidiurnas, constituídas por duas preamares e duas baixa-mares por dia lunar.



**Figura 02:** Topografia da área de estudo  
**Fonte:** Adaptado do Zoneamento Ecológico

#### 4.2.2 Clima e vegetação

A cidade de São Luís situa-se na área de influência de duas massas de ar com características quente e úmida, a Equatorial Continental (mEc) e a Equatorial (mEa), cuja dinâmica evidencia dois períodos distintos: um chuvoso, nos meses de janeiro a julho – moderado a grandes excedentes hídricos, baixa evaporação, elevada umidade relativa do ar, solos úmidos e temperatura baixas. Já o período seco se estende de julho a dezembro, caracterizado por déficits de precipitações, altas taxas de evapotranspiração, baixa umidade relativa do ar, solos secos e temperaturas elevadas.

Segundo a classificação climática de Thornthwaite (1948), os dados climatológicos de São Luís, entre 1961 e 1990, evidenciam o clima úmido B1 com deficiência hídrica no inverno, altas médias térmicas anuais, baixa amplitude térmica, índices pluviométricos entre 1.800 e 2.036 mm e umidade relativa do ar superior a 70%.

Os ventos alísios de nordeste dominam durante o período chuvoso, enquanto que os alísios de sudeste dominam no período de estiagem com direção dominante de nordeste. Na área estudada, os ventos não atuam como agentes modelares da paisagem por se tratar de espaço abrigado das correntes subaéreas em função do relevo e da proteção das residências e demais estruturas urbanas.

São Luís possui baixa latitude, por esse motivo os raios solares incidem perpendicularmente na região quase o ano todo. Por conta dessa situação, sua temperatura tem pouca variação. Esta ilha está na região costeira do Estado, em contato direto com o Oceano Atlântico, entre duas baías, São Marcos e São José. “A cobertura vegetal de São Luís varia de acordo com as características do relevo, a proximidade dos cursos d’água e o grau de alteração antrópica que, em alguns trechos, provoca a predominância de determinadas feições e espécies” (FARIAS FILHO; CARVALHO NETA, 2006, p. 22).

Nesse sentido, pode-se dizer que, no Centro da Cidade, existem variações da vegetação de um espaço para outro. Com relação ao trecho da pesquisa, na parte de terra firme, observa-se que é a mesma constituição que predomina em todo espaço onde ficam os bairros adjacentes ao Anel Viário, isto é, a vegetação se compõe basicamente de árvores frutíferas e outras para ornamentação; na parte baixa onde estão implantadas as pistas, pelo lado da margem do rio Bacanga, há grande existência de mangues e outros arbustos.

Em uma análise preliminar, Farias Filho e Carvalho Neta (2006, p. 22) classificam as formações vegetais do município de São Luís em três grupos fisionômicos: formações pioneiras, matas secundárias e vegetação frutífera, cada uma com estruturas e estratos diferenciados por suas condições ambientais.

#### a) Formações pioneiras

As formações pioneiras representam as primeiras fases do estágio sucessório de uma região ecológica. Em São Luís, essas feições estão representadas por áreas de influência marinha, tais como dunas e restingas e áreas de influência estuarina como os manguezais e ecossistemas associados, tais como apicuns e marismas.

Nas dunas e restingas, predomina a vegetação rasteira, domínio de salsa da praia (*Ipomoea pés-caprae*), feijão da praia (*Cavalia rósea*), murici (*Byrsonima sericea*), gramíneas (*Panicum racemosum*), etc. As restingas constituem uma área de proteção contra a ação erosiva do mar.

Nos apicuns e marismas, dominam coberturas vegetais específicas de ambientes halófitos desenvolvendo-se entre os níveis de preamar equinocial e de quadratura. Entre as espécies dominantes pode-se citar: *Spartina alterniflora*, *Fribistilis spardicea*, *Blutaparon portulacoides*, *Sporobolus virginicus* e *Sesuvium portulacastrum*, além da *Batis marítima*, constituída de oxalato de cálcio e sódio, apresentando suas folhas salgadas, além de algumas ciperáceas (gêneros *Scípius*, *Eleocharis*, *Crenea*). Essa vegetação serve ocasionalmente de pastagem para bovinos e outros animais adaptados ao ambiente.

Nos ecossistemas de manguezais, o “mangue vermelho” (*Rhizophora mangle*) é a espécie mais conhecida, especialmente pela presença das raízes escoras ou rizóforos. Existem outras espécies como “mangue siriba” (*Avicennia germinans* e *A. shaueriana*) que forma uma segunda linha atrás do mangue vermelho acompanhando as margens dos rios. No “mangue branco” (*Laguncularia racemosa*), as folhas servem para alimentação do caranguejo uçá (*Ucides cordatus*). O “mangue de botão” (*Comocarpus erectus*) ocorre disperso em locais bastante arenosos na transição para terra firme (FARIAS FILHO; CARVALHO NETA, 2006, p. 22).

#### b) Matas secundárias

As chamadas matas secundárias correspondem às formações provenientes da devastação de florestas pioneiras que se regeneram naturalmente nas áreas afetadas. A sucessão ecológica pode atingir diferentes características, definindo formas diferentes de cobertura, tais como “capoeira aberta” e capoeira fechada (FARIAS FILHO; CARVALHO NETA, 2006, p. 24).

Nas “capoeiras abertas,” são encontradas espécies arbustivas como jurubeba (*Solanum caavurana* e *S. grandiflorum*), língua de vaca ou erva grossa (*Elephantopus scaber*), malícia (*Mimosa sensitiva*), mamona ou carrapateira (*Ricinus communis*), pião - roxo (*Vitex spongicarpa*), tucum (*Bactris marajá*), imbaúba (*Cecrópia scyadopfülla*), urtiga (*Urtica urens*) e várias plântulas das espécies de capoeira fechada.

Em “capoeiras fechadas,” são encontradas espécies nativas arbóreas em diferentes estados de recuperação, tais como babaçu (*Orbignya speciosa*), pau d’arco (*Tecoma serratifolia*), andiroba (*Carapa guianensis*), angelim (gêneros *Dinizia*, *Pithecolobium* e *Hymenplobium*), guanandi (*Symphoni globulifera*), juçara (*Euterpe oleraceae*), buriti (*Mauritia flexuosa*), açoita-cavalo (*Luthea grandifolia*), marfim (*Melochia umbelata*), janaúba (*Plumeria suba*), goiaba do mato ou de porco (*Myrciaria floribunda*), entre outras.

#### c) Vegetação frutífera

A vegetação frutífera é característica das áreas de sítios ou chácaras particulares cuja produção destina-se ao consumo e à comercialização. Entre as espécies mais comuns, destacam-se: abricó (*Mammea americana*), abacate (*Persea americana*), bacuri (*Plantonia insignis*), banana (*Musa paradisiaca*), cacau (*Teobrona caçã*), cajá (*Spondias macrocarpa*), caju (*Anacardium occidentallis*), carambola (*Averrhoa carambola*), coco (*Cocos nucifera*), cupuaçu (*Teobrona grandiflorum*), goiaba (*Psidium guajava*), graviola (*Annoma muricata*), jaca (*Artocarpus integrifolia*), jambo vermelho (*Eugenia malaccensis*), jenipapo (*Genipa*

*americana*), limão (*Citrus limonum*), mamão (*Caripa papaia*), pitomba (*Sapindus esculentos*), tamarindo (*Tamarindus indica*), entre outras.

#### 4.2.3 Hidrografia e solos

A abundante massa hídrica de São Luís é consequência da posição geográfica que este Estado possui. Sua localização próxima da linha do Equador permite obter influência direta da Amazônia, pela composição de florestas e rios, e também do Oceano Atlântico através do seu extenso litoral. Este conjunto de fatores favorece índices pluviométricos de grande intensidade para todo o litoral que é bem servido tanto de água doce através dos rios, quanto de água salgada marinha.

Essa hidrografia se realiza pelo conjunto de grandes rios, caudalosos e perenes, todos com drenagem exorréica. Podem ser discriminadas as Bacias Limítrofes e as Bacias Genuinamente Maranhenses, divididas segundo o local onde desembocam seus rios, em Bacias Primárias e Bacias do Golfão Maranhense, Bacias do Litoral Oriental e Bacias do Litoral Ocidental (MARANHÃO, 2002; FEITOSA; TROVÃO, 2006, p. 83).

A Ilha do Maranhão, além de ser banhada pelas águas oceânicas, é drenada por importantes cursos fluviais formando vertentes bacias hidrográficas. Na bacia do Bacanga, se encontra a represa Batatan que integra o sistema de abastecimento da capital maranhense, desde a década de 1970, sendo administrada pela CAEMA. Para dar mais importância ao volume hídrico, o Centro da Cidade está situado entre dois rios (Bacanga e Anil) <sup>1</sup>, de grandes volumes d'água no momento das cheias das marés.

A hidrografia de São Luís é formada pelos rios Anil, Bacanga, Tibiri, Paciência, Maracanã, Calhau, Pimenta, Coqueiro, Cachorros e Represa Bacanga. São rios de pequeno e médio porte que drenam em várias direções, abrangendo áreas de dunas e praias. Os rios Anil, com 13.800 m de extensão e Bacanga, com 9.300 m, drenam para a baía de São Marcos (MARANHÃO, 1998), tendo em seus estuários áreas cobertas de mangue, cuja hidrodinâmica é influenciada pelas marés, conformando braços de mar (FEITOSA, 1990).

Quanto às bacias hidrográficas, os autores acima informam que foram classificadas pelo Plano de Paisagem Urbana da Prefeitura de São Luís (2005) em Estiva, Inhaúma, Cachorros, Itaqui, Tibiri, Bacanga, Anil, Paciência e Praias. Informam ainda que os rios Bacanga, Anil, Tibiri, Paciência e Cururuca formam, na Ilha Maranhão, as principais bacias hidrográficas.

---

<sup>1</sup> Há controvérsias conceituais na denominação “rios” Anil e Bacanga. Segundo Feitosa (1990), o termo correto para esses tipos de reentrâncias deve ser “Braço de Mar”.

Para caracterizar o solo de São Luís, é ideal que se tenha noção estrutural da litologia sedimentar dominante no Estado que produz vários de tipos de solo, sendo possível a identificação de 19 tipos, dentre os quais se destacam sete grupos mais representativos que ocupam 90,2% da superfície estadual (FEITOSA; TROVÃO, 2006, p. 86). Esses autores citam ainda que o mais representativo é do grupo Latossolo com as variedades: Amarelo, Vermelho Escuro e Roxo, totalizando 35% do território maranhense, concentrando-se nas regiões centro-sul e leste do Estado.

Grande parte do território do município de São Luís está assentada na Formação Itapecuru cujos solos apresentam limitações para o desenvolvimento de algumas práticas agrícolas, implicando reflexos sociais e econômicos para a população que vive da agricultura. Tais solos apresentam forte presença de areia quartzosa e de minerais do grupo das caulinitas, o que significa baixa fertilidade natural (FARIAS FILHO; CARVALHO NETA, 2006, p. 14).

Segundo Feitosa e Trovão (2006), pesquisas mostram que o Latossolo vermelho-amarelado é o solo predominante de São Luís. No entanto existem manchas de Plintossolos (caracterizado pela forte presença de plintita e laterita), pequenas manchas de Neossolos Flúvicos (solos aluvionares, ou seja, formados pela deposição de sedimentos dos rios) e sedimentos inconsolidados de mangue. Com relação ao espaço da pesquisa, pode-se fazer a mesma classificação, já que aquele trecho faz parte do todo.

Conforme Maranhão (2002) apud Feitosa e Trovão (2006, p. 86), o solo de São Luís apresenta boa resistência à erosão, devido a sua característica climática, advinda de alto índice pluviométrico da estação chuvosa e elevação de temperaturas na estiagem. Porém, existem pontos de degradação em várias regiões da ilha, provocada por fenômenos naturais e pela ação humana sob a forma de desmatamento, extração de madeira, queimadas, obras de engenharia, extração de “barro” e areia para a construção civil ou urbanização.

Quanto a essas ações heterogêneas que influenciam a colmatagem de alguns pontos do terreno de São Luís, com reflexos diretos no assoreamento das calhas dos canais Anil e Bacanga, pelos riscos que representam para as atividades humanas, as quais vêm sendo denunciadas desde antes do império, conforme registros de Soares (1950) apud Feitosa (1989) com o seguinte teor:

Os registros do Capitão Bernardo Pereira de Berredo e Castro, ao assumir o governo do Estado do Maranhão, em 1718, denunciava os obstáculos a serem vencidos pelos navegadores que demandavam para o de São Luís, representados por um banco de areia depositada no canal de entrada, diante do qual os navios eram compelidos a parar quando as águas da maré não lhes permitiam montá-lo.

O mesmo autor revela, ainda, a intensa aceleração dos processos de assoreamento dos referidos canais em decorrência da influência antrópica sobre a paisagem das zonas mais elevadas, liberando detritos para a mobilização pelas águas pluviais, pois “em 1799 D. Diogo de Souza, registrava que há dez anos fundeavam navios em quatro braças, nos dois surgidouros próximos ao Desterro e ao Baluarte do Palácio, e já em janeiro desse ano apenas puderam fundear, no segundo, em três ou duas e meia braças”. Em adição, este fato se agravava com o registro do encalhe de oito navios por ocasião das intensas chuvas do “inverno” nas grandes marés de março.

Sobre a problemática do assoreamento Viveiros (1964, p. 407) assinala que as diferentes elevações de São Luís, todas com inclinação do relevo em direção aos canais, possui areais que são carregados pelas “rápidas e grossas correntes que ocasionam a muita chuva que cai durante quatro ou cinco meses, as quais formando corruções e removendo a terra a levar e depositar no canal,” causando sua obstrução à navegação.

#### **4.3 Histórico e desenvolvimento da cidade**

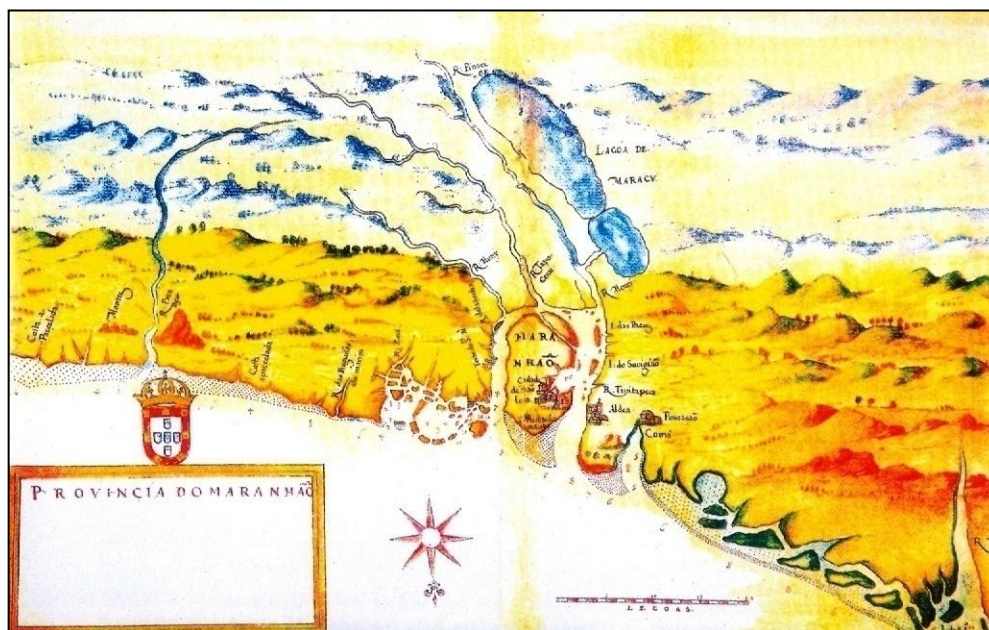
A cidade de São Luís possui espaços tão próprios e tão particulares que a tornam singular, pela sua posição geográfica, histórica e formação cultural de seu povo. Nesse sentido, o espaço natural e geográfico às vezes contribui para que o homem elabore formas que causam admiração, ressaltando-se as características dos elementos naturais, as construções e as tradições.

Os primeiros habitantes da contemporânea São Luís eram os índios Tupinambás, considerados nômades, que ocupavam o espaço da ilha Upaon-açu (d’ ABBEVILLE, 1975, p. 55). Eram cerca de doze mil, vivendo em vinte sete aldeias espalhadas pela ilha, divididas em ocas construídas de madeira e palhas, dispostas em forma de círculo em torno de um grande espaço central vazio, semelhante a uma praça e praticavam a caça, a pesca e plantavam mandioca e batata doce.

Antes do século XVI, aventureiros estrangeiros visitaram a costa brasileira, chegando até onde é atualmente o Maranhão. Em 1500, estiveram aqui o espanhol Vicente Yanez Pinzon e os portugueses Ayres da Cunha, Fernão Álvares de Andrade, João de Barros e outros como Luís de Melo da Silva, o qual esteve por duas vezes, à primeira em 1554 e a segunda em 1573, já como donatário da Capitania; Jerônimo e João, filhos de João de Barros, em 1556, tendo sido este o primeiro donatário da Capitania, não chegando a tomar posse, por ter naufragado com sua tripulação já em águas brasileiras (MEIRELES, 2001, p. 26).

Na sequência de visitas exploratórias, no litoral da costa norte e nordeste, Meireles (2001) cita ainda que aqui esteve Jacques Riffault, tendo desembarcado aqui em 1594, numa primeira tentativa, talvez, de colonização. Por fim, em 26 de julho de 1612, chega Daniel de La Touche, chefiando uma expedição composta por três navios e quinhentos homens.

Daniel de La Touche construiu o forte entre os canais do Anil e do Bacanga, de frente para a baía que denominaram de São Marcos, guarnecido estrategicamente pela Ponta d' Areia. Segundo d'Abbeville (1975, p. 58), “os senhores de Rasily e de La Ravardière, desejando construir um forte para segurança e defesa da povoação, escolheram um local estratégico, com características favoráveis, próximo ao único porto da ilha do Maranhão capaz de abrigar navios de mil a mil e duzentas toneladas, com segurança” (Figura 03).



**Figura 03:** Província do Maranhão, João Teixeira Albernaz. 1631.

**Fonte:** Mapoteca do Itamaraty (Rio de Janeiro)

Segundo Abbeville (1975, p. 71), no dia oito de setembro de 1612, Daniel de La Touche, o Senhor de La Ravardière, oficializou a fundação da cidade, dando ao forte o nome de Luís XIII. Em 1615, após expulsar os franceses, Jerônimo de Albuquerque assume o governo da capitania e começa a organização administrativa de São Luís, com o primeiro plano de arruamento. Surge assim, na gênese de um partido urbanístico, orientação para o crescimento ordenado junto com um plano deixado como norma na colônia.

Com aliança reinante entre Portugal e Espanha, por conseguinte a organização dos partidos urbanísticos, desenvolvidos pelos dois países, obedecia a um padrão de beleza

advinda do renascimento, tendo como critério o traçado de malhas ortogonais, conforme se observa no centro histórico de São Luís. Só após cumprir a norma da traça de Mesquita, ou seja, depois que os principais prédios públicos fossem construídos e a vila organizada é que o comércio poderia se estabelecer, como ordenava a União Ibérica. O desenho original das ruas do centro de São Luís traz orientação dos pontos cardeais, para facilitar a penetração dos raios solares e a ventilação (Figura 04).



**Figura 04:** Mapa do Centro de São Luís em 1.641, registro do cartógrafo holandês Johanes Vingboons.

**Fonte:** Reis Filho, 2000.

Além da orientação magnética, o desenho original do centro de São Luís foi baseado no modelo da Plaza Mayor, que deveria situar os principais edifícios administrativos em um mesmo setor. O ordenamento da atual Praça D. Pedro II configura o padrão hierárquico das primeiras construções, estabelecido da forma seguinte: o Palácio dos Leões (antigo Palácio dos Governadores), Arquidiocese e a Catedral da Sé (primeiros e principais edifícios religiosos), Palácio La Ravardière (onde funcionou a Casa da Câmara e Cadeia), atualmente sede da Prefeitura Municipal. No século XX, para dar ênfase ao modelo antigo de centralização de poder, foi construído o Palácio da Justiça.

O desenvolvimento da povoação foi marcado por influências de ordens religiosas como a dos Franciscanos, Jesuítas, Carmelitas e Mercedários, que ocuparam áreas específicas

dos tabuleiros. No entorno das casas religiosas, foram se estabelecendo novos imigrantes e casas comerciais que conformaram o desenho atual do Centro Histórico.

Com o estabelecimento dos edifícios administrativos e religiosos, em obediência ao partido urbanístico original, começa a expansão demográfica do núcleo, seguindo o delineamento do relevo, favorecido pela configuração das terras emersas da ilha com relação à hidrografia.

A localização privilegiada em relação a Lisboa, pois as correntes marinhas e os fortes ventos dificultavam o acesso a Salvador, então capital do Brasil, motivou a criação do Estado Colonial do Maranhão que compreendia as capitanias do Grão-Pará, Ceará e Maranhão que permitiu a instalação da Câmara Municipal de São Luís, em 1617. Só a partir desse ato o núcleo habitacional foi elevado à categoria de Vila, em 1619.

No Centro Histórico de São Luís, que ostenta o traçado urbano original do século XVII, existem numerosos detalhes da Arquitetura Colonial Portuguesa, desde as primeiras construções, passando pela Arquitetura Pombalina. Outros estilos são também representativos dos séculos XVIII, XIX e XX, como se pode observar em prédios públicos, privados e alguns monumentos, dentre os quais estão o Art-Nouveau, Art-Déco, Neocolonial, Ecletismo e Moderno (ESPÍRITO SANTO, 2006).

As construções do Período Colonial apresentam uma tipologia tradicional, de porta e janela, meia morada, morada inteira, sobrados com mirantes e solares, aos quais, em suas elevações (fachadas), se integram elementos de composição, como: arcos, bandeiras, azulejos, gradis, sacadas com pedras de cantaria, cimalhas, molduras, seteiras, dentre outros, que recordam a prosperidade vivida pela sociedade de São Luís daquela época. A tudo isso se associou também a diversidade cultural oriunda de povos de outras nações.

Com a invasão holandesa, em 1641, os invasores destruíram e atearam fogo em vários monumentos importantes, inclusive em residências, deixados em ruínas. Na época não havia sentimento de preservação patrimonial que motivasse posterior restauração. Diante do ocorrido, pode-se dizer que os holandeses pouco contribuíram para o desenvolvimento da cidade de São Luís.

Depois da instalação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, o Maranhão começa a se desenvolver através da cultura do algodão e do arroz. Foi o começo da integração ao comércio mundial, através da exportação dos produtos escoados pelos portos de São Luís e Alcântara. Com situação econômica favorecida, começa a expansão urbana da cidade e certo florescimento cultural (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 63).

A imigração de açorianos e o tráfico de escravos africanos contribuíram para o aumento da população da cidade de São Luís que, no início do século XVIII (em 1718), somava 854 habitantes; na segunda metade do mesmo século (1788); setenta anos depois, alcançou o patamar de 16.580 habitantes. O fenômeno migratório desencadeou a valorização do solo urbano e a alteração nos tamanhos dos lotes que até então obedeciam à padronização do traçado urbano original.

Com a chegada da Família Real, em 1808, algumas reformas realizadas por D. João VI, entre as quais a permissão para importação de máquinas para instalação de indústrias têxteis no país, foram implantadas em São Luís, como: os curtumes, a indústria do anil e o soque de arroz. Nesse primeiro período, tem início a construção de alguns melhoramentos urbanos, como: calçadas, ruas, o Cais da Sagração, então denominado Passeio Público atual Avenida Beira Mar, e urbanização de algumas praças. Em 1825, foi inaugurada a primeira obra de iluminação pública.

Próximo dali, ao lado do Palácio dos Leões, confluência dos canais Anil e Bacanga, existia na parte inferior do platô o principal centro comercial da cidade e que, por esse motivo, foi construído em 1862 o primeiro porto da cidade, ao qual foi dado o nome de Rampa Campos Melo, em homenagem ao presidente provinciano Antonio Manuel de Campos Melo. Aquele local foi ponto de desembarque dos imigrantes açorianos e escravos. Outros portos de menor importância pontuavam as margens deste último, como o Portinho, principal ancoradouro de barcos de pesca e de outras mercadorias oriundas do interior.

Lopes (2008, p. 2) comenta que, “entre 1850 e 1880, instalaram-se outros tipos de serviços e comércios, como agências de leilões, lojas de moda, fábricas de chocolate, de licores, de fogos, foguetes e farmácia”. Observa-se pela quantidade de instalações comerciais que o mix de produtos comercializados também era abrangente, tanto no atacado como no varejo, que fazia circular por aquele espaço muitas pessoas, vindas principalmente do interior.

Em 1854, foi criada a Companhia Confiança Maranhense com a finalidade de construir um edifício com várias lojas comerciais para serem alugadas, no lugar antes ocupado pela Casa das Tulhas, que era um aglomerado de barracas que não apresentavam na época condições de salubridade. É em torno deste empreendimento que por volta de 1861 a Praia Grande passa a ser uma área de comerciantes abastados. Multiplicavam-se as atividades comerciais: armazéns, lojas de fazendas, tipografias, quitandas, boticas, lojas de ferragens, livros, botequins e bilhares, açougues, casa de pasto, padarias, alfaiates, chapeleiros, sapateiros, ourives, relojoeiros, marceneiros, funileiros, armeiros, caldeiros, charuteiros e picheleiros (LOPES, 2008, p. 21).

Além dos principais produtos para o consumo, fazia parte das importações outra “mercadoria” incomum para esta atualidade: escravos, trazidos da África, eram negociados como mercadorias e vendidos para servirem aos “Senhores” da época, proprietários de extensas glebas que deveriam responder pela produção rural para exportação ou autoridades e comerciantes da cidade, que ocupavam posições de importância para a Coroa Portuguesa. História muito negativa por um lado, porém, positiva por outro, se considerar o legado cultural deixado por aqueles, que, ainda, contribuíram para formar as raízes da miscigenação brasileira.

Algumas ruas do centro histórico como Portugal, Estrela, Afonso Pena e, mais tarde, Magalhães de Almeida serviram como vias de escoamento de transporte urbano, no início feito por carroças, charretes, bondes a tração animal e, a partir de 1918, bondes elétricos. Esse sistema de transporte era de importância fundamental para carga e passageiro, em vista da intensa movimentação comercial.

O transporte marítimo merece destaque, na mesma área, pela intensa movimentação de carga e de pessoas que utilizavam a via de acesso da Rampa Campos Melo. O suporte era dado pela estiva que realizava o serviço de carga e descarga, de barcos e navios. Os estivadores tinham certa organização política e social, pois, desde o início do século XX, eram sindicalizados, possuíam sede social que se situa no começo da Rua de Nazaré. A classe se destacava socialmente, entre outros trabalhadores, pela facilidade de circulação de dinheiro.

A logística era realizada por canoas que comportavam entre seis e oito passageiros com bagagem. As embarcações eram denominadas “Catraias,” comandadas por “Catraeiros,” com o remo posicionado na popa da embarcação. Remavam em pé, para conduzir passageiros e cargas até barcos e navios, trazendo para a terra também os que chegavam. O trabalho era pesado e de alto risco, por se tratar de embarcações pequenas que não possuíam equipamentos de salvatagem, como coletes salva-vidas e cuja avaliação dos riscos era marcada pela imperícia, fruto do excesso de confiança.

Depois da Guerra da Secessão, 1861 a 1865, os Estados Unidos retomam suas atividades na agricultura, com a produção de algodão em grande escala, vendido a preços baixos no mercado europeu. Tal situação trouxe consequências graves para a economia maranhense, cuja crise começa a ser superada algum tempo depois com a retomada de crescimento do setor comercial interno, que vai favorecer o financiamento da produção agrícola local.

Na segunda metade do século XIX, o capital acumulado com a agroexportação impulsionava os serviços urbanos de São Luís. Em 1863, surge a iluminação a gás-hidrogênio, e, em 1871, o transporte coletivo, com o bonde puxado a burro, e os chafarizes, com água canalizada da Companhia Rio Anil, em 1874. A Abolição da Escravatura, a Proclamação da República e a modernização do parque fabril do sul do país prejudicaram a produção do algodão com reflexos no desempenho da indústria têxtil maranhense.

O parque fabril de São Luís contava, no final do século XIX e início do XX, com 24 fábricas. Embora passando por problemas de comercialização, a cidade se estruturava com uma pequena malha viária, que atendia o tráfego de carruagens e outros veículos de tração animal, carroças e bondes. Começam a surgir os primeiros bairros localizados perto das fábricas, como o Anil e a Camboa, Santa Amélia e Santa Isabel, próximas ao Centro.

Em 1922, foi iniciada a modernização dos serviços de iluminação pública e transporte coletivo urbano (LOPES, 2008). Nos anos 1930, o sentimento desenvolvimentista do Estado Novo ambiciona um plano de modernização da fisionomia urbana de São Luís com influências espelhadas nas reformas urbanas do Rio de Janeiro. O plano se restringiu ao alargamento da Rua do Egito e abertura da Avenida Magalhães de Almeida até o Mercado Central, sendo demolidos muitos casarões históricos.

A Lei Orgânica dos Municípios, de 1927, tinha como objetivo disciplinar as intervenções em prédios públicos e espaços urbanos para dotar a cidade de infraestrutura viária e adequar os espaços públicos para um sistema de transportes modernos, além de serviços como: energia elétrica, água encanada e construção civil com novos materiais.

Com o processo consolidado de ocupação do centro, restavam alguns espaços margeados pelos rios Anil e Bacanga, áreas consideradas impróprias para moradia, por influência das marés. Na década de 1950, houve ligeiro florescimento da economia, com o aumento das exportações do babaçu e do algodão (LOPES, 2008). Na perspectiva de urbanização, foram promovidas reformas nas praças da Saudade, Antônio Lobo, Gonçalves Dias, Benedito Leite, Alegria, Rua Oswaldo Cruz e foi criado o horto municipal que dava condições de implantação de jardinagem e arborização da cidade.

Em 1958, novo plano de expansão urbana norteou o Plano Rodoviário da Ilha de São Luís (Lei n.º 1332, de 27 de dezembro de 1962), prevendo a construção de uma via de ligação do Centro com o Itaquí e Maracanã, incluindo a construção de um porto para abrigar estruturas modernas como: *piers*, silos, depósitos, armazéns e espaços para instalações de empresas.

A expansão urbana de São Luís começa com maior velocidade a partir da construção, respectivamente, da ponte José Sarney, inaugurada a 14 de fevereiro de 1970, ligando o Centro Histórico ao bairro de São Francisco e da barragem do Bacanga que une o bairro da Madre de Deus ao eixo Bacanga-Itaqui, inaugurada também em 1970. No início dessa década, começa a construção do Anel Viário, que agregou ao Sítio outra paisagem, parte do qual integra esta pesquisa.

A deficiência de estrutura física e viária de São Luís era evidente. A partir de 1970, a cidade começa a experimentar um crescimento desordenado em face da migração, a maioria oriunda do interior do Estado. Segundo o IBGE (1970), o crescimento demográfico de São Luís na década de 1960 foi de 6,6 % ao ano. Tal década representou um marco na expansão urbana, caracterizada por rápido e desordenado processo de crescimento. Apenas em meados da década seguinte foram estabelecidas normas de parcelamento e uso do solo urbano, através do Plano Diretor de 1974 (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 66).

Para atenuar os problemas de habitação, o Governo Federal financiou o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), através do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU). O primeiro Plano Diretor de São Luís de 1974 surgiu como elemento moderno na questão urbanística, contendo a lei complementar de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano (Lei nº 2.527 de 24 de julho de 1981), instrumento de grande utilidade para o planejamento urbano.

Embora com esse plano em seu poder, as gestões do poder executivo municipal deram a entender que este tenha sido bem pouco utilizado. A percepção nesse sentido surge quando se constata que, não obstante 37 anos de sua existência, a cidade continua crescendo de forma desordenada, inchada, endêmica, sem observar a maioria dos problemas resolvidos. A organização urbanística não funcionou, de modo a deixar ocupantes de algumas áreas totalmente insatisfeitos.

Com planejamento eficiente, evolui-se para solução de problemas essenciais, básicos, como por exemplo, calçadas adequadas para que pedestres de todos os níveis possam circular com desenvoltura, ciclovias, paradas de ônibus padronizadas e em pontos corretos, vias de escoamento do tráfego de veículo em número suficiente para evitar atuais e futuros congestionamentos, saneamento básico funcional, dentre outros.

Uma das instâncias do Estado responsável por tal compromisso é o Poder Público municipal. Como determina a Constituição Federal no seu artigo 30, compete aos municípios manter programas de educação, prestar serviços de atendimento à saúde, promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento, e promover a proteção do patrimônio histórico e cultural local, (MENEZES, 2009, p. 71).

No sentido de preservar o Centro Histórico da crescente demanda de tráfego pesado que comprometia as estruturas urbanas, a Prefeitura de São Luís desenvolveu uma das ações previstas no Plano Diretor, a qual foi concretizada com a construção do Anel Viário, que produziu outro caráter fisionômico de alguns setores do Centro Histórico e áreas adjacentes (MEIRELES, 2001, p. 360).

A área situada entre a Praia Grande e a Madre Deus foi a primeira a receber aterro da dragagem do material retirado do leito do rio Bacanga e carreamento de sedimentos para o aterro homônimo, cujo desenho original previu uma faixa bem mais estreita do que a que foi realizada.

A transformação morfológica daquela área de estudo decorreu da extrema necessidade de equacionamento dos problemas urbanos, em detrimento da preservação ambiental. Contudo, trouxe resultados positivos para o trânsito e para a expansão da cidade durante as três décadas seguintes. Após esse tempo, o poder público contentou-se com a situação, deixando de planejar o futuro urbanístico de São Luís.

As mudanças do momento deixam a cidade em condições desfavoráveis para uma parcela da população, em relação ao crescimento da qualidade de vida do universo dos seus habitantes. Por outro lado, as modificações morfológicas atuais são decorrentes do crescimento populacional, que necessita urgentemente de políticas públicas para condicionar a evolução das estruturas físicas de todo tecido urbano, que deve ter proporcionalidade com o crescimento demográfico.

“Espaço urbano e sociedade são faces da mesma moeda; ou seja, o espaço é um aspecto estrutural da cidade. Sua natureza social implica que o espaço da cidade é necessariamente histórico, no sentido de evidenciar marcos: temporal, geográfico e cultural” (KOHLSdorf, 1996, p. 21). Por sua natureza social, o espaço é constantemente transformado através das ações arquitetônicas, que não deixam de ser sociais. Contudo, para sua otimização, os planos urbanísticos devem estar articulados com códigos de postura.

O Projeto Reviver revigorou parte da área da Praia Grande, no entanto, as intervenções para melhoria do espaço deveriam ter sido mais abrangentes, pois é notória a extensão de áreas abertas e intercaladas no espaço e desprovidas de melhorias. Em adição, o acervo arquitetônico que se delineia em toda extensão, a partir do Palácio dos Leões, passando pelo Desterro, Portinho até chegar a Madre Deus, também necessita de cuidados.

Adjacente a essa área, o canal do Bacanga exerce extraordinária composição visual para todo espaço, principalmente com a dinâmica das marés. A partir da exibição do

espelho d'água oferecido pela preamar, permite contemplar e analisar toda paisagem do setor oeste do Centro Histórico de São Luís, inclusive compor imagens para cotejar com vistas mais remotas do Antigo Centro. A navegabilidade ficou comprometida com o assoreamento de parte da calha depois da colmatagem para construir o Anel Viário e o Aterro do Bacanga, que antes possuía grande fluxo de barcos e de canoas de pesca.

Em tempos mais remotos, em que não se pensava em intervenções daquela forma, a área de pesquisa apresentava duas pequenas reentrâncias, com aspecto de enseada: uma situada entre o Portinho e a Madre Deus, a outra entre o Portinho e a Rampa Campos Melo, as quais podem ser observadas no mapa da figura quatro. Diante das modificações pelo plano urbanístico, as enseadas foram colmatadas para abrigar o Mercado Central e o Anel Viário. Com a expansão do Centro Histórico, foram construídos importantes prédios, alguns deles situados no traçado original do engenheiro Frias de Mesquita, que hoje se constituem em edificações de grande valor histórico, incluídos na relação de monumentos tombados, valorizando o patrimônio da cidade.

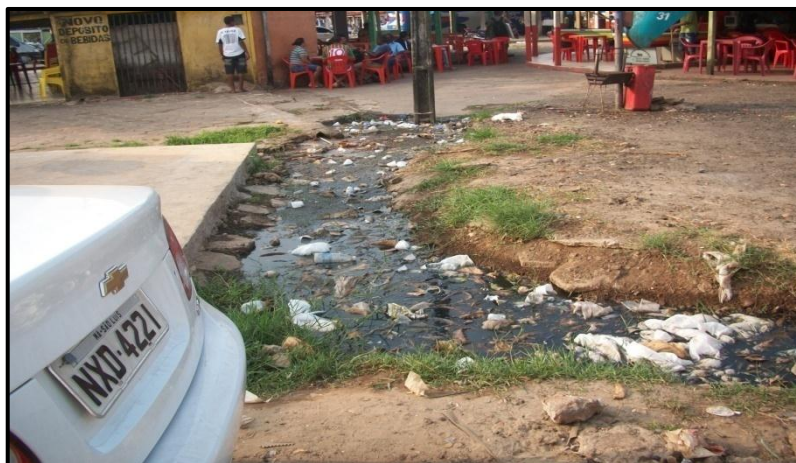
Como exemplos que personificam a imagem da cidade, poucas das antigas edificações que pontuam a área receberam benefícios de reformas para sua manutenção, como monumentos tombados. São pontos que transmitem ao observador informações visuais diferentes como pressupostos de valorização histórica, hoje, compreendida, aceita e defendida através de proteção patrimonial, tanto por órgãos nacionais (IPHAN), como internacionais (UNESCO). A valorização patrimonial de cada prédio obedece a critérios de acordo com materiais, técnicas construtivas, época e por se encontrarem no contexto de área tombada.

Os prédios têm tipologias diferentes, cuja composição paisagística requer cuidados especiais por pertencerem ao acervo inserido na área de tombamento, e seu conjunto encontra-se bastante depredado e poluído visualmente, realidade que motiva reflexões acerca da desestruturação. Este espaço poderá ter, na sua conjuntura imagética, uma morfologia visual integrada ao contexto histórico, apesar das edificações de estilo contemporâneo que o tornam fragmentado após intervenções sem a integração entre o novo e o velho.

A percepção visual do conjunto evidencia muitos pontos negativos: esgoto a céu-aberto (Foto 03a e 03b), terreno com lixo, telhados de amianto, pontos de ônibus mal estruturados, poluição sonora e visual, e outros positivos: prédios antigos construídos com selo de tombamento e outros da arquitetura contemporânea que, embora não se enquadrem no mesmo perfil, preenchem os espaços, criando um panorama de limpeza na área.

Dentre os prédios antigos situam-se o da Casa do Maranhão, construído em 1873, para funcionar o Tesouro Público Provincial, depois transformado em Secretaria Estadual da

Fazenda. Atualmente, abriga o museu que protege peças do rico folclore maranhense. Ocupa toda a quadra, expondo quatro elevações de frontões triangulares e platibandas, com vista para a foz do Bacanga e a baía de São Marcos, possuindo dois pavimentos constituídos de balcões com janelas superiores em arcos plenos com molduras.



**Foto 03a:** Efluentes sem tratamento na área dos Restaurantes – Anel Viário  
**Fonte:** Dados da Pesquisa



**Foto 03b:** Efluentes sem tratamento na área dos Restaurantes – Anel Viário  
**Fonte:** Dados da Pesquisa

Em situação adversa, em história e estilo, o Terminal Hidroviário substituiu o Cais da Praia Grande, junto à Rampa Campos Melo, integrado àquela paisagem, embora com perfil contemporâneo. Salienta-se que qualquer construção na área deve levar em consideração o estilo de sua época, sendo inconcebível a construção de prédios com padrões arquitetônicos do passado.

Mais adiante, encontra-se o Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, localizado no Beco da Alfândega, edificado em 1900 e composto por quatro galpões com estrutura em ferro fundido, de fabricação inglesa, duas casas térreas e um sobrado. Após várias

intervenções, abriga um teatro, um cinema, oficinas de arte, um salão de exposição, uma biblioteca e um anfiteatro. Possui as características de um prédio comercial, com várias portas em sequência, formadas por arcos na parte superior e bandeiras em gradis de ferros decorados.

O prédio da Feira da Praia Grande, ou Casa das Tulhas, de 1861, data inscrita nas bandeiras em forma de arco, construídas em ferro fundido e colocadas sobre a parte superior do portão principal que dá acesso à Rua Portugal, ocupa todo o quarteirão. É composto por uma cobertura circular, central, circundada por uma área livre, descoberta, como um núcleo guarnecido por prédios com acesso às ruas que o circundam e que funcionam como casas comerciais com coberturas independentes.

Dentre os prédios com maior relevância histórica, encontrados em todo setor, destaca-se o Convento das Mercês, construído originalmente em taipa coberto de palha, em 1654. Em 1655, foi iniciada a construção da capela-mor que resultou na Igreja e no Convento de Nossa Senhora das Mercês, edificadas em pedra e cal. Outras reformas se seguiram, a partir do século XX, resultando na fisionomia atual que abriga a Fundação da Memória Republicana. Adjacente a este, se encontra-se extenso espaço ocioso servindo de lixeiro como mostra a (Foto 04), prejudicando todo visual daquele monumento, como mostra a imagem.



**Foto 04:** Terreno baldio adjacente ao Convento das Mercês  
**Fonte:** Dados da pesquisa

Outra obra de importância histórica é a Igreja de São José do Desterro, segundo Andrés (2008), “construída na metade do século XIX, no local onde já havia sido edificada outra igreja, a de Nossa Senhora do Desterro”, destruída pelos holandeses quando invadiram a cidade em 1641. O bairro do Desterro foi um dos primeiros bairros a serem formados em

torno das Ordens Religiosas daquela época, habitado por gente simples, a maior parte pescadores.

Ainda que sem conotação de monumento histórico, convém destacar o Mercado Central, construído em 1940, no fundo da reentrância, em área anteriormente ocupada pelo gasômetro, o curtume e o curral Municipal e que outrora recebia a influência de marés, sendo ocupada por vegetação de mangue.

A Fonte das Pedras, construída entre 1641 e 1644, pelos holandeses, embora não seja um prédio, se tornou um monumento histórico muito visitado. Após algumas reformas, ganhou estruturas como: frontão de alvenaria com bicas e carrancas; galerias subterrâneas para canalizar a água; respiradouros aéreos construídos sobre os túneis para renovar o ar; calçamento; portão de entrada com escudo de bronze, arborização e bancos. Em espaços contíguos foram construídos a antiga Fábrica Santa Amélia e o Mercado Central.

A Fábrica Santa Amélia foi concebida, inicialmente, como residência, fruto da burguesia agrária, depois transformada em burguesia industrial. Situada à Rua Cândido Ribeiro, foi instalada em 1892 para produzir lã, seda e algodão, sendo reformada para receber equipamentos de tecelagem, com estrutura em modelo das indústrias inglesas e fachadas cobertas de azulejos, portas e janelas em arco abatido. Possuía dois pavimentos e tinha aberturas no pavimento superior com pequenas sacadas protegidas por balcões em gradis de ferro, além de um mirante que caracterizava a maioria das construções de origem portuguesa no Brasil, tendo configuração geométrica de aproximadamente 3.000 m<sup>2</sup>.

No final da Rua das Crioulas, situa-se uma das fontes mais antigas de São Luís, a Fonte do Bispo, construída no século XVII quando o local ainda não era habitado. Era constituída por dois poços, os quais tinham suas águas misturadas quando por ocasião da preamar. Atualmente, resumida a um poço ou cacimba, ainda abastece os vizinhos, apesar da má conservação. O acesso pela parte baixa da rua é dificultado pelo aglomerado de casas.

A Companhia de Fiação e Tecelagem de São Luís, Fábrica São Luís, surgiu da necessidade de modernização da produção têxtil do Maranhão. Foi construída em 1893, na margem direita do Bacanga, quase no final da Rua São Pantaleão, na Madre de Deus, ocupando uma área de 5.745,44 m<sup>2</sup> com estrutura em ferro e maquinário importado da Inglaterra. Atualmente alguns galpões se encontram em ruínas e em outros funcionam oficinas de enfeites para ornamentação de rua.

No prédio contíguo à Fábrica São Luís, funcionou a Companhia de Fiação e Tecidos de Cânhamo, inaugurada em 1893, com 4.107 m<sup>2</sup> que, após décadas em abandono, foi requalificado em 1989 para abrigar o Centro de Comercialização de Produtos Artesanais do

Maranhão – CEPRAMA. A intervenção manteve as características originais e a estrutura em ferro originário da Inglaterra, assim como uma peça do antigo maquinário que permanece no salão principal. Na área externa, foi construída uma concha com palco para apresentações artísticas, coberta com lona tencionada e uma arquibancada. No visual se destaca, além da fachada decorada, a chaminé construída em tijolo refratário com a inscrição Cânhamo.

Na Madre Deus, denominada ponta de Santo Amaro, no século XVIII, mais precisamente em 1713, os jesuítas instalaram a Casa da Madre Deus. Seu primeiro nome chamou-se Casa dos Exercícios e Religiosas Recreações de Nossa Senhora da Madre de Deus, sendo aproveitado como hospital dos jesuítas. Atualmente é conhecido como Hospital Tarquínio Lopes - popularmente Hospital Geral (Foto 05), após várias intervenções, inclusive a que culminou com a demolição da Igreja na qual foi rezada a primeira missa do Natal, em 1719.



**Foto 05:** Vista parcial do Hospital Geral

**Fonte:** Dados da pesquisa

Com este trabalho almeja-se a retomada de um projeto semelhante ao do Reviver, que reconstituiu e revitalizou áreas antes degradadas por lixo, moscas e ratos, transformadas em importantes logradouros, como as praças da Fé, Nauro Machado, da Seresta, da Pacotilha, das Crianças e dos Catraieiros, além de estacionamento e restaurações prediais. Mediante a concretude e adequabilidade das intervenções urbanísticas, espera-se que as necessidades levantadas sejam incorporadas aos espaços, para formar um conjunto homogêneo, proporcionando aos moradores satisfação de bem estar.

A falta de perspectiva do poder público em investir no Centro Histórico para melhorar as condições físicas daquela estrutura secular, que expande beleza e visibilidade a quantos a observam, é de deixar seus admiradores perplexos. O planejamento para reformar aquela área, deve fazer parte de ações contínuas, tanto do poder municipal quanto do estadual, implementado pelos ideais de cultura prescrito para área tombada, podendo ser através dos incentivos liberados por órgãos do Governo Federal e até instituições particulares que têm interesse em financiar projetos dessa natureza.

Observa-se que o planejamento urbano da atualidade deve ser implementado na cidade a partir de uma coesão de boas idéias para ser bem sucedido. As equipes de profissionais devem ser formadas a partir de um viés interdisciplinar, ao contrário de décadas passadas, onde os urbanistas eram arquitetos e engenheiros aos quais eram incumbidos dos traçados urbanísticos e construções, deixando as questões sociambientais um pouco de lado.

A visão contemporânea do urbanismo, com o advento da sustentabilidade requer contribuições de pessoal das áreas técnicas e humanas. Estes profissionais juntos pensam com mais clareza todo o contexto de um bom planejamento para qualquer cidade, envolvendo as ações mais amplas possíveis, que vão desde problemas simples como a coleta do lixo e seu destino, até os mais sofisticados como educação, saúde, dentre outros.

A questão intrínseca que pode ser favorável ou desfavorável a um planejamento é a gestão de recursos. Com a cultura das fraudes incrustadas nas gestões públicas, observadas no Brasil, órgãos que lidam com a aplicação dos recursos nos investimentos produzem obras caras, quase sempre superfaturadas, de péssima qualidade e de pouca resistência, com tempo restrito de durabilidade. Nessa situação, por melhor que tenha sido elaborado o planejamento, com os recursos mal utilizados, os problemas voltarão a se manifestar em pouco tempo.

Nutre-se a esperança por administrações que possam contribuir para traçar um planejamento que equacione os problemas que afligem a Cidade de São Luís, que completará 400 anos, em 12 de setembro de 2012, para tirá-la do atraso administrativo e colocá-la entre as melhores do mundo em qualidade de vida de seus habitantes. Nessa perspectiva o seu principal gestor terá que pinçar para sua equipe de colaboradores profissionais qualificados nas áreas de urbanismo, engenharia de trânsito, demografia, geografia, paisagismo, dentre outros, para planejar ações e diretrizes de um moderno Plano Diretor que não recuará diante de “políticas” desestabilizadoras da legalidade.

## 5 ESTRUTURAÇÃO DA ÁREA URBANA

### 5.1 Constituintes de ordem social

Na tentativa de adaptação ao meio natural e de obter melhores condições de moradia, nossos antepassados produziram abrigos para se estabelecerem e se protegerem contra as intempéries e a insegurança, estabelecendo a gênese do sistema de construção habitacional e efetivação das primeiras sociedades organizadas. A atitude do homem contemporâneo difere da dos antepassados pelo fato de estes, em sua maioria, residirem em centros urbanos evoluídos, edificando estruturas para obter melhor qualidade de vida.

Cidades são construídas, mas, no seu processo evolutivo, observa-se certa dependência da estrutura social que a modelou e nela habita, o que se constitui um todo complexo. A complexidade urbana passou por necessidades práticas, razão da contínua expansão das experiências do homem contemporâneo em todos os setores da vida. Nesse processo, não se pode descartar a caverna como ponto original de moradia e de costumes e tradições, tendo como testemunho os vestígios deixados, principalmente, em suas paredes .

As questões sociais de antigamente possuíam conceitos diferentes dos da atualidade. Como exemplo disso, em algumas das primeiras comunidades, as mulheres cuidavam do cultivo da terra, de coleta de frutos e, possivelmente, da domesticação de animais, enquanto o homem desenvolvia as atividades de caça e pesca. Isso, na realidade, significava uma organização na divisão do trabalho.

As sociedades vêm se modificando e com elas o mundo foi se tornando globalizado em velocidade espantosa. As tecnologias da informação, por exemplo, possibilitaram a consolidação da aldeia global, o que contribuiu para a quebra de regras e costumes, em curto espaço de tempo, gerados pela incorporação de padrões culturais de outras comunidades. Nessa perspectiva, as técnicas vão tendo difusão cada vez mais célere, exigindo dos sujeitos mais informações para se apropriarem da evolução tecnológica e se tornarem competitivos.

Determinadas épocas foram marcadas por descobertas que agregaram contribuições extraordinárias para as sociedades, com destaque para a invenção da roda, a construção de embarcações que possibilitaram as grandes navegações, máquinas rudimentares para a guerra e a Revolução Industrial, fato marcante da segunda metade do século XVIII, que culminou com a transformação econômica e social, a princípio da Europa, depois se espalhando pelo resto do planeta.

A dinâmica das invenções para suprir a sociedade de bens de consumo percorreu um espaço de tempo muito curto em todos os setores da atividade humana. Considerando o desenvolvimento tecnológico, numa escala temporal, a partir do período Neolítico, o mais evoluído da Pré-História (cerca de 10.000 a. C), com o período do Medievo, cerca de 600 anos até o presente, que é igual a 6% desse tempo, pode-se afirmar que o crescimento das invenções nesse curto período aconteceu em escala exponencial.

Pelo processo inverso do desenvolvimento, a revolução tecnológica trouxe muitos benefícios, agregando inúmeras conquistas, mas não eliminou o infortúnio e o pânico. O instinto de dominação do homem ainda é coerente com o do tempo de seu aparecimento sobre a face da terra, pois o alcance de seus objetivos nem sempre é feito por boas relações sociais. Nesse sentido, tanto o homem da caverna quanto o contemporâneo são portadores de sentimentos como o ódio, o rancor e a inveja. Nesse aspecto, o ser humano deve fazer um esforço de compreender a si mesmo. Como observa Tuan (1980, p. 01):

Preparam-nos, primeiramente, a compreender nós mesmos. Sem a auto-compreensão não podemos esperar por soluções duradouras para os problemas ambientais que, fundamentalmente, são problemas humanos. E os problemas humanos, quer sejam econômicos, políticos ou sociais, dependem do centro psicológico da motivação, dos valores e atitudes que dirigem as energias para os objetivos.

A ambição desenfreada torna a sociedade refém dos problemas advindos de descobertas cuja utilização inadequada pode causar grandes tragédias para a humanidade e para o ambiente. A Física e a Química oferecem exemplos extraordinários para a melhoria da qualidade de vida, porém podem ser facilmente desvirtuadas para o alcance de outros fins, por exemplo, a produção de drogas nocivas à saúde de quem as utiliza.

Os países industrializados e outros emergentes, bem como toda população mundial vivem o dilema do excesso de poluentes jogados na atmosfera terrestre, emitidos por queimadas, chaminés de fábricas, automóveis e outros veículos que utilizam combustíveis fósseis, além da contribuição de populações animais. Tal situação tem preocupado todos, principalmente cientistas da área ambiental que têm emitido sérios alertas através de documentos produzidos em pesquisas apresentadas em eventos científicos.

Enquanto os ambientalistas se envolvem com a conservação e preservação ambiental, uma parcela mínima da sociedade, a dos capitalistas, se preocupa apenas com a economia de mercado, sem se importar com os que serão prejudicados. Restam os mais

necessitados, reféns de uns e de outros, submetidos a todos os tipos de privações: a morte pela fome e doenças graves como AIDS e Cólera, entre outras.

A tecnologia pode ser incorporada nas ações de proteção ambiental, agregando avanços significativos com o emprego de sensores, lentes e a robótica. A isto McLuhan apud Santaella (1997, p. 37) caracterizou como “prolongamentos ou extensões dos órgãos dos sentidos, simulando seu funcionamento”. A tecnologia condiciona a sociedade para a dependência do uso de máquinas e aparelhos, implicando novos paradigmas na diversidade cultural.

São realidades que confrontam progresso de um lado, miséria do outro, e os indivíduos situados abaixo da linha da pobreza (*outsiders*) não têm as condições econômicas mínimas para o seu autossustento. Observa-se que bens de consumo, em todos os seus fins, têm ligação direta com a economia, e esta com a sociedade, porém algumas sociedades ainda vivem situações políticas autoritárias que dificultam a subsistência dos que nada têm, nem mesmo a noção de organização social. Morin (2007, p. 182) expressa que:

Uma sociedade é produzida pelas interações entre indivíduos e essas interações produzem um todo organizador que retroage sobre os indivíduos para co-produzi-los enquanto indivíduos humanos, o que eles não seriam se não dispusessem da instrução, da linguagem e da cultura.

A organização de um povo decorre do seu nível intelectual, científico e econômico. Numa nação democrática, instruída, os cidadãos cumprem seus deveres e cobram seus direitos de maneira consciente, pois a educação de qualidade é fator essencial para a transformação da sociedade. Os países que alcançam patamares elevados de desenvolvimento são aqueles que priorizam esse fator.

Os estados do Nordeste brasileiro são os que possuem os piores indicadores do país, juntamente com outros das regiões norte e centro-oeste. Nestas regiões, as políticas educacionais deixaram de ser priorizadas em prol de políticas impostas por governantes mal intencionados, preferindo deixar educação e saúde a planos secundários. Apesar de alguns desses estados, como o Maranhão, serem privilegiados por condições naturais, como: período chuvoso intenso, rios perenes, com bacias hidrográficas ricas em água, isto não serviu para elevar o IDH de sua população.

Mesmo com grande volume hídrico em toda essa região do estado, existem períodos de fortes estiagens que deixam a maioria dos campos e lagos totalmente áridos, com consequências drásticas para as atividades humanas, principalmente a pecuária, pois muitos animais chegam a morrer por falta de pasto e de água. Concentram-se, nessa região, os

maiores rebanhos bovinos do estado, mesmo assim, em pleno século XXI, não existem programas de fomento para a preservação de água nesse período crítico.

Com o potencial hídrico disponível, o estado do Maranhão poderia ser um dos mais ricos da federação. Porém, o deficiente sistema educacional, materializado pelo analfabetismo e a pobreza decorrente, contribui para relegar as políticas sociais a planos inferiores, em detrimento da política partidária comum e recorrente nas esferas estadual e municipal.

O impacto desse fenômeno se reflete, principalmente, nas camadas sociais das periferias urbanas onde se concentra a maior parte da população. Pela falta de consciência cidadã, não se observa reação daqueles mais prejudicados, para reclamar direitos fundamentais de moradia, educação e saúde de qualidade. Nessa perspectiva, deveria surgir do debate, dentre outras coisas, a construção do espaço urbano, sabendo-se que ele constitui à base dessa cidadania. Nesse sentido, Kohlsdorf (1996, p. 15) comenta que a “cidadania está para a cidade assim como urbanidade está para urbano: possuem radicais comuns que, no encontro de seus significados, nos proporcionam os conceitos de dignidade e civilidade”.

Entendendo que o cidadão não deve habitar numa cidade, ou em qualquer território, sem que seu espaço de moradia, ou negócio, seja legalmente constituído, o debate social nesse sentido deve ser o mais democrático possível, levando-se em consideração as questões constitucionais nas quais devem ser articuladas as propostas reivindicatórias, de âmbito coletivo, para que ações sejam deliberadas em benefício de todos.

A cidade de São Luís, com mais de um milhão de habitantes, possui carências visíveis nas áreas de planejamento urbano e políticas públicas. Com isso, ao se tentar fazer um resgate dos constituintes de ordem social, esbarra-se em problemas de educação básica, saneamento básico, moradia, atendimento hospitalar precário, serviço de transporte de má qualidade, dentre outros, que, numa cidade moderna e com esse porte, já deveriam ter sido sanados.

A cidade passa por um período de expansão, com nova dinâmica nos setores comercial e de serviços, com tendência para se inserir num processo de mundialização. Sobre esse assunto, Carlos (2010, p. 29) afirma que:

O processo de mundialização se realiza reproduzindo uma nova dinâmica espacial; estas transformações podem ser analisadas em duas escalas; a **primeira** se refere, especificamente, às transformações no plano da metrópole – o modo como as mudanças do setor produtivo se realizam produzindo um “novo espaço,” consequência da imposição de uma nova divisão espacial do trabalho – o deslocamento do setor industrial se realiza com sua substituição pelas atividades de

serviços e comércio modernos e com a consequente expansão do “eixo empresarial-comercial” da metrópole... A **segunda** é a escala do território a partir da redefinição da centralidade da metrópole. Em ambas as escalas, a intervenção do estado assume papel central no sentido de criar as condições necessárias à realização do processo de acumulação (colocando-nos diante de uma nova relação Estado-espço).

A fase de crescimento atual de São Luís exige a adoção de políticas de ordenamento do espaço urbano, entendendo-se que já se dispõe de sistema legal necessário e suficiente para promover o desenvolvimento da cidade como as leis do Plano Diretor e de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, ambas contendo artigos que delineiam a dinâmica nas questões urbanísticas.

Para operacionalizar todo o sistema que se encontra nessas bases legais, é necessário que as fiscalizações sejam eficientes na condução e execução de todos os instrumentos legais. Esta questão se apresenta como um dos principais entraves no processo da boa urbanização de que São Luís tanto necessita.

O setor imobiliário evidencia fortes indicadores de crescimento e desenvolvimento das cidades, porém ocorrem contradições inerentes à própria dinâmica da ocupação quando leis são burladas. Em São Luís são comuns as construções irregulares, com empresas construindo edificações em terrenos proibidos para essa finalidade, como em áreas de dunas e de mangues, além da deposição de esgotos sem tratamento nos rios e córregos.

O setor imobiliário investe na compra de terras urbanas para a construção de casas e edifícios, segundo nova concepção de moradias, como por exemplo, os condomínios que surgem como atração por seu padrão variado de edificação, com vistas a para atender à demanda do mercado interno, que se encontra aquecido. São obras sustentadas por fortes apelos comerciais como segurança, espaços para lazer, novidade na forma de morar, entre outros itens. É um setor que vem desenvolvendo a cidade a partir de grandes empresas que aqui se instalam, trazendo mais pessoas que contribuem com a expansão de São Luís.

Segundo Carlos (2010, p. 29), “o processo de reprodução do capital realiza-se, hoje, através de três setores importantes: o financeiro, o de lazer e turismo e do narcotráfico - todos através da produção do espaço”. O setor financeiro consolida as ações do setor imobiliário, apoiando a compra da terra para a construção dos edifícios destinados ao mercado; o turismo e o lazer viabilizam o consumo do espaço e o narcotráfico articula o comércio da droga, gerando uma profunda metamorfose no plano da vida cotidiana. A produção do espaço assume papel preponderante, significando que o capitalismo, longe de prescindir do espaço, realiza-se a partir deste, reproduzindo-o em um “novo patamar”.

As variáveis citadas deveriam servir de vetores para o planejamento das cidades, diante da realidade dos espaços habitados, com forte influência de novos estilos no jeito de morar, pois estas estão sujeitas as conformidades impostas pela dinâmica do desenvolvimento social e tecnológico tanto para a produção imobiliária, quanto para a produção de artefatos de segurança, que seduzem cada vez mais a participação das pessoas nesse jogo mercadológico.

Ao recortar um pequeno trecho da cidade de São Luís para a realização deste trabalho, constata-se que ali se aglutinam os mais diversos problemas de ordem social, política e educacional, higiene, sanitário, sociabilidade, insegurança, preservação etc., dando a ideia de que esses e outros problemas estão espalhados por toda a área maior, que é o universo da cidade. Tudo isto configura a dimensão do trabalho que se faz necessário para tornar a cidade moderna, ótima para viver, comparada às melhores do mundo.

O foco do trabalho evidencia os principais problemas daquele pequeno espaço amostrado, partindo-se do pressuposto de que as observações identifiquem as principais contradições para subsidiar os poderes constituídos no planejamento de intervenções necessárias. Nesse sentido, a metrópole que se anuncia premiará seus habitantes e visitantes com o que é mais precioso - a satisfação de nela morar ou de sempre a ela querer voltar.

Reafirma-se a nova dinâmica espacial de São Luís ao se vislumbrar o alcance do processo de mundialização. A abordagem dos constituintes de ordem social deve envolver também os processos culturais, posto que se reproduzem na dinâmica dos negócios, das conversas e da fruição onde se manifestam. Na área em estudo, há problemas de ordem social, como: degradação ambiental, terrenos baldios, lixeiros a céu-aberto, barracos improvisados de moradia, falta de higiene, comércio informal, poluição sonora e falta de segurança (Foto 06).



**Foto 06:** Bares e Restaurantes-corberturas em plástico e amianto (brasil)

**Fonte:** Dados da pesquisa

Na junção de todos os problemas constatados, fica evidente à falta ou ineficiência de política urbana, extensiva a toda a cidade de São Luís. Estes constituintes de ordem social, em conjunto com os de ordem estética, se consubstanciam na principal problematização desta pesquisa. Os dados e informações obtidos no trabalho de campo poderão subsidiar a indicação de ações emergenciais e imediatas como estratégia a ser implementada para as devidas soluções recamadas. “Um ambiente urbano belo e aprazível constitui uma singularidade, ou, como diriam alguns, uma impossibilidade” (LYNCH, 1997, p. 2).

## 5.2 Planejamento urbano

O homem sempre foi pretensioso quanto à demarcação territorial, se apropriando de segmentos do espaço, fato que tem gerado problemas estruturais e socioambientais ainda frequentemente observados na contemporaneidade. No ambiente urbano, a complexidade resulta em problemas conjunturais decorrentes de variáveis, como a expansão do tecido urbano, pela multiplicação de novas edificações residenciais, comerciais, fabris dentre outras.

O embate entre a necessidade de novas edificações e a manutenção da qualidade do ambiente urbano tem como principal fomento o capital que, ao possibilitar o desenvolvimento humano impulsionando as questões sociais e tecnológicas, motiva a criação de condições desfavoráveis à sustentabilidade. Esse processo não reconhece os direitos de uma massa desvalida que necessita ser incluída por políticas públicas de cunho social, com a demarcação de espaços onde possa se estabelecer com cidadania.

A falta de planejamento e de inserção de políticas públicas urbanas para as classes de população menos favorecida resultou na acelerada urbanização com sérias desigualdades socioespaciais em diferentes escalas geográficas, o que tem reflexo direto na estratificação espacial sem o direito à cidadania através da apropriação de um dos elementos básicos para a qualidade de vida, o espaço de moradia com equipamentos básicos. Sobre essa situação, Nahas (2009, p. 123) observa que:

A preocupação com a qualidade de vida urbana assumiu grande importância no debate político e científico, em especial a partir da década de 1960, devido ao rápido e desordenado crescimento das cidades. Constatase que, a despeito do imenso progresso e avanço tecnológico alcançados pela humanidade nos últimos 100 anos, o modelo de desenvolvimento adotado gerou também ampliação da desigualdade na distribuição de bens e serviços e nas condições de vida da população, além de profunda degradação ambiental. Mais do que isso, as gigantescas concentrações urbanas, os níveis alarmantes de poluição e a degradação socioambiental suscitam dúvidas acerca da real possibilidade de sobrevivência da espécie humana enquanto tal e das outras formas de vida no planeta.

Os modelos de desenvolvimento adotados pelas nações, mesmo as desenvolvidas, estão fadados ao fracasso pela incapacidade de gerar meios que garantam a melhoria da qualidade de vida para todos. Quanto aos países subdesenvolvidos, as perspectivas são ainda mais remotas, em virtude da dependência econômica atrelada ao fraco desempenho de suas produções que constitui fator impeditivo do seu crescimento, implicando a necessidade de ajuda financeira para equacionar problemas internos.

O planejamento como indutor da política urbana das cidades deve ser pautado em diretrizes que garantirão à sociedade os benefícios de sua proposta. Sobre este assunto Falcoski (2000, p. 65) expressa que:

O Plano Diretor deve ser instrumento de Reforma Urbana; o Plano Diretor deve ter caráter redistributivo: inversão de prioridades dos investimentos públicos e planejamento descentralizado; o Plano Diretor deve ser um instrumento de Gestão Política da cidade: pacto territorial em torno dos direitos e garantias urbanas de planejamento participativo da sociedade organizada.

Historicamente, os primeiros planos tratavam de garantir a relação da cidade com a agroexportação, sendo consideradas realizações modernas em termos comerciais. Nesse sentido, tinham que garantir o fluxo das mercadorias e não tratavam, evidentemente, da relação com o urbanismo na questão do solo, habitação, mobilidade, etc. Naquela época os problemas advindos com moradias não se traduziam em questão social e, por esse motivo ficavam em situação inferior.

O anarquismo da classe operária, na década de 1930, torna-se força de pressão política, com greves gerais e consequentes paralisações, desacreditando os programas vindos de situações reformistas (QUINTO JR., 2008, p. 51). A reforma urbana se colocava em nível internacional, como na Alemanha, por exemplo, como plataforma política.

Em 1943, o Governo Federal criou a Fundação Casa Popular para construção de casas populares na tentativa de amenizar a situação, porém os recursos para esse fim foram precários e, por conta desse fator a efetivação dos conjuntos habitacionais tornou-se muito reduzida, além do fato de que, sendo um programa de âmbito nacional, ficou estabelecido em poucas cidades, como Santo André, Santos, Olinda, Recife e Distrito Federal.

Na campanha eleitoral de 1945, a crise habitacional estava mais agravada e constituiu a plataforma dos candidatos, notadamente o ex-presidente Dutra que fez promessas de campanha no sentido de amenizá-la. Sendo eleito para o segundo mandato, criou a Caixa

Nacional da Habitação, transformada no Banco Nacional de Habitação (QUINTO JR., 2008, p. 51).

A política de reforma urbana vem trazendo transtornos para os trabalhadores brasileiros, numa carência que parece não ter fim. A falta de celeridade dos poderes constituídos do Estado brasileiro e a postura dos políticos, sempre recheada de promessas que não se concretizam, faz em que os mais carentes fiquem sempre na esperança do que é prometido nos discursos.

Mediante o desafio dos problemas estruturais dos grandes centros urbanos, surge a metropolização cujo planejamento também não supre as demandas pelo equilíbrio do espaço. O equacionamento de tais problemas depende da capacidade gerencial e disponibilidade financeira, pois o planejamento urbano puro e simples não resolve.

A complexidade urbana e a disponibilidade de recursos financeiros devem ser, em tese, importantes fatores mobilizadores do planejamento urbano em nível municipal. Municípios maiores, mais densos e urbanizados devem requerer grau de estruturação mais organizado, em termos legais e físicos, para responder às demandas públicas. Municípios com maior disponibilidade de recursos devem, a princípio, poder oferecer maior capacidade institucional e operacional para a gestão urbana (MENEZES e JANNUZZI, 2009, p. 77).

O planejamento urbano, no Brasil, é iniciado a partir da década de 1960, sob a influência do regime político autoritário, sendo concebido um sistema nacional de planejamento com propósito de integrar um processo continuado, de forma a constituir uma política abrangente para o país e um modelo para as esferas federal, estadual e municipal.

Segundo Pereira (2008, p. 13), o planejamento urbano brasileiro atravessa um momento de inflexão; o questionamento sobre a prática do planejamento funcionalista, modernista, que começou na década de 1970 nos Estados Unidos e na Europa, encontra na proposta de Reforma Urbana, mais especificamente na Lei 10.257/01, também denominada de Estatuto da Cidade, uma resposta genuinamente brasileira.

As ações de planejamento foram diretamente associadas às estruturas criadas para o seu funcionamento, pelo regime político que começou em 1964. Segundo Nahas (2009, p. 33) tais estruturas se constituem “em política nacional, confundindo-se com a proposta de política urbana inserida na concepção geral de formação de sistemas nacional público fundados no binômio Segurança Nacional/Desenvolvimento econômico”.

Os problemas urbanos se configuram a partir do crescimento acelerado das cidades, agravados pelos problemas sociais existentes. Segundo diagnóstico realizado no início do Regime Militar, detectou-se um quadro alarmante de tensão urbana com o

crescimento das favelas, devido ao acelerado êxodo rural, com grande parcela da população desassistida por um quadro político desfavorável. Para equacionar esses problemas, foi criado o Banco Nacional da Habitação e Urbanismo (BNH) e o Serviço Federal de Habitação (SERFHAU) com um projeto social e político para pessoas de baixa renda, pautado na demanda dos problemas habitacionais, não se consolidando por conta dos entraves burocráticos, e se extinguindo em meados da década de 1970.

A extinção da SERFHAU teve como causas: a falta de mão-de-obra especializada, o baixo índice de redundâncias organizacionais em áreas críticas, a complexidade do aparelho estatal, resistências dos órgãos setoriais à “intromissão” do planejamento e a falta de recursos estratégicos das agências de planejamento (CARVALHO, 1987, p. 36). Este fato motivou a organização dos moradores das periferias urbanas a comporem movimentos e a formarem associações para obtenção de acesso à moradia e a outros serviços urbanos.

Embora os movimentos não tenham sido unificados, consolidou-se o conceito de que moradia e cidadania são direitos sociais coletivos. Segundo Pereira (2008, p. 117), “nas décadas de 1970 e 1980 do século XX moradores de áreas periféricas, de favela, de cortiços lutam para obter o valor de uso da cidade”. São lutas desorganizadas, por viverem em cidades diferentes onde o agrupamento só surgiu no final da década de 1980. “No congresso constituinte apresentam a emenda popular da reforma urbana, tendo como princípio a função social da cidade e da propriedade e instrumentos para a sua aplicação em todas as áreas que não atendem aos interesses coletivos” (PEREIRA, 2008, p. 117). Este autor enfatiza que:

O Congresso Constituinte (1988) aprova alguns instrumentos, porém define que os planos diretores municipais delimitem as áreas onde propriedades não cumprem sua função social. A função social é atrelada ao planejamento em municípios com mais de 20 mil habitantes. A aplicação só será efetivada após 2001, com aprovação da Lei 10.257/01 – o Estatuto da Cidade,<sup>2</sup> o que aconteceu só em 2010.

Segundo Braga (2000, p. 83), em 1990, foi apresentado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 5.788/90, nomeado como Estatuto da Cidade que regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, relativamente à Política Urbana nacional. Tal instrumento estabelece os princípios e as diretrizes para os poderes constituídos, nas esferas: federal, estadual e municipal, em regime democrático.

Dentre as relevantes ações trazidas por este Projeto de Lei 5.788/90, estão a definição da função social da propriedade e a mitigação da especulação imobiliária. Determina o cumprimento da função social da propriedade imobiliária urbana, onde e como

---

<sup>2</sup> O Estatuto da Cidade é a mesma Lei 10.257/01, originada do Projeto de Lei 5.788/90.

os municípios devem construir edificações de maneira a melhor satisfazer o interesse público, por razões estéticas, funcionais, econômicas, sociais e ambientais.

A cidade de São Luís não foge à regra das dificuldades de gestão, o que afeta diretamente a população, que já ultrapassa um milhão de habitantes, padecendo pela falta de estrutura adequada, em quantidade e qualidade, que permeia todo o tecido urbano. Observa-se que, em detrimento dos discursos dos gestores urbanos contemplando o planejamento participativo, as decisões políticas consubstanciam preponderância no sentido de apego ao poder, relegando a seriedade administrativa a plano secundário.

Com raras exceções, a cidade de São Luís pouco experimentou gestões dignas de elogios. No intercurso de boas administrações, podem ser observados alguns progressos logo superados pela expansão desordenada da cidade, caracterizada principalmente por invasões de terrenos por populações de baixa renda, decorrentes da especulação imobiliária que se encontra num processo acelerado desde a implantação dos grandes projetos como os da ALUMAR e da VALE.

Tornar uma cidade funcional exige esforços integrados dos gestores e da população. No caso de São Luís, a participação popular é “velada” pela maioria dos moradores, que defendem ser um dever apenas dos gestores. Nessa perspectiva, a acumulação dos problemas sobrecarrega a gestão.

No esforço para dotar uma cidade de condições de bem-estar, **que** passa pela educação e pela cultura do povo, o governante deve traçar metas que concentrem as ações em vetores que estão em acordo com as linhas do desenvolvimento pretendido. No caso de São Luís, os indicadores do desenvolvimento urbano estão aquém dos níveis desejados, notadamente em educação, saúde e saneamento, habitação, segurança, transporte público e tráfego o qual que, na atual conjuntura, precisa de vias adequadas para a demanda do fluxo de veículos.

Em São Luís, se justapõem dois tipos de urbanização: uma colonial, associada ao crescimento do parque fabril, estabelecida com base em padrões europeus, e outra modernista, caracterizada a partir da década de 1970. Ainda expressando polarização urbana atrelada ao crescimento fabril, São Luís foi contemplada com diversos conjuntos habitacionais financiados pelo BNH, muito dispersos em relação ao centro e a setores com infraestrutura precária em termos comerciais e de saúde, dentre outros serviços urbanos.

A dispersão desses empreendimentos produziu extensos espaços vazios, situados entre as novas áreas urbanizadas e o centro comercial que se tornaram fonte de especulação imobiliária, cobiçada por invasores e empresas do ramo da construção civil com o intuito de

edificarem condomínios. Atualmente, estes espaços estão todos preenchidos com novos modelos de edificação, haja vista a precariedade das unidades habitacionais fornecidas.

O panorama urbanístico moderno de São Luís, da década de 1970 até o presente, evidencia o crescimento urbano desordenado, visto que o plano diretor de 1974, que definiu como diretrizes básicas apenas três elementos: hierarquização das vias urbanas; organização do espaço urbano em zonas de uso diferenciado e preservação da paisagem, pouco cumpriu com seu papel.

O crescimento rápido e a consequente especulação imobiliária, como as invasões patrocinadas por alguns “políticos,” deram o tom da desordem do solo urbano na cidade. As diretrizes elaboradas para disciplinar, através da lei complementar de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano, contida no Plano de 1974, foram totalmente desrespeitadas.

Quanto às questões das vias urbanas, da década de 1970 até no final da década de 1990, o plano cumpriu seu papel. A partir do desenvolvimento econômico do país com o consequente crescimento industrial no ramo da fabricação de automóveis, as montadoras, necessitando vender seus produtos, para esvaziar os pátios, deram início aos mais ambiciosos planos comerciais na venda de veículos.

A competitividade no setor com carros importados, indústrias paralelas na fabricação de motocicletas, facilidade nos planos de venda ajudaram a encher as ruas das cidades de veículos de todos os tipos e tamanhos criando transtorno a todos que habitam as cidades de grande e médio porte, não só para pedestres, mas, também para quem dirige, tendo que permanecer, em alguns casos, horas em congestionamentos.

Quanto ao terceiro elemento abordado pela diretriz do plano diretor nos que se refere à preservação da paisagem, observa-se que São Luís é muito carente nesse item. O verde que se estabelece na cidade ainda é fruto de uma paisagem natural, que, em determinadas áreas da cidade, vem sendo destruída para a implantação de condomínios. O que é plantado em praças e avenidas pode ser considerado pouco para a necessidade da cidade.

Atualmente existem em São Luís áreas verdes em variados pontos banhados pelas marés, por força da Lei 4.771/65, Lei da Mata Atlântica (Lei Federal nº 11.428/06) dentre outras, dando garantias ao verde natural produzido principalmente pelos manguezais. Essa cobertura vegetal natural ajuda a composição de faixas verdes, porque o serviço de jardinagem não tem um bom desempenho em São Luís. Sabe-se que a cidade tem um clima difícil, porém, atualmente, há recursos técnicos que podem ser desenvolvidos para sanar tal

problema. Observa-se que praças e canteiros são pobres em flores e plantas ornamentais e que nesses lugares há o predomínio de capins e ervas daninhas.

A urbanização de São Luís afeta moradores e visitantes. A concepção do novo tecido urbano consumiu os espaços, deixando intervalos que geram dificuldades para o aproveitamento dos serviços urbanos. O crescimento na economia da cidade trouxe melhoras nos condicionantes estruturais, mas não o suficiente para classificá-la como ideal para o futuro da cidade. Sobre essa situação Burnett (2008, p. 209) comenta o seguinte:

O crescimento urbano através de polos de atração espalhados pelo território, implantado em trinta e cinco anos de urbanização modernista, vem construindo uma cidade dilatada, dispersa e heterogênea, com alta capacidade de consumo do solo urbano e grande extensão da infraestrutura construída.

No escopo do desenvolvimento urbano de São Luís, entra o tema da metropolização, sucessivas vezes discutida e silenciada, devido à complexidade legal evidenciada quando das discussões. O tema tem como objetivo criar unidades espaciais de interesses comuns quando a estrutura e o crescimento físico de uma cidade faz em que esta se sobreponha a outras da mesma região, nos aspectos espacial, populacional, socioeconômico e político, havendo outros critérios que podem impedir sua execução.

Com relação ao projeto metropolização, sabe-se que São Luís exerce hierarquia populacional, econômica e social sobre os outros municípios da área para esse fim. Porém nem todos os critérios técnicos foram alcançados, pois há problemas com limites cujos entraves jurídicos e políticos impedem o andamento do projeto. Por outro lado, o projeto deve constituir uma política urbana sustentável para toda a Ilha, que é de valor inestimável, considerando a emergência dos espaços e dos recursos a preservar e a conservar.

Medidas contra a acelerada política de desmatamento da ilha devem ser vistas com atenção pelas autoridades e moradores dos municípios da ilha para minimizar os abusos, e os órgãos competentes devem fiscalizar e punir os infratores.

Desde o final do século XX, verifica-se a implantação de condomínios “murados”, descontínuos do tecido urbano, destinados a uma camada de classe que se isola de outras camadas de classes, da vida na cidade, o que provoca aumento do preço nas áreas vazias, cristalização e/ou ampliação de espaços segregados nas cidades (PEREIRA, 2008, p. 115).

A cidade deve ser entendida como um espaço em que se concentram determinadas realidades imprescindíveis na vida urbana, tais como: residir, produzir, consumo, serviços e circulação das pessoas. Para que este espaço seja bem resolvido, carece antes de tudo, de boa

política administrativa, capaz de conduzir para um rigoroso planejamento urbano, sabendo-se porém, que este sempre possui a tendência de fugir do controle das ações administrativas.

### 5.3 A dificuldade de compor modelo em área especial

O Centro Histórico de São Luís se tornou especial à medida que políticas preservacionistas e culturais alcançaram projeção através de interesses particulares e de intelectuais determinados a preservar a história da cidade. Antes, o poder público não comungava com ideias de conservação patrimonial, a exemplo da decisão do Prefeito Municipal, em 1941, que ordenou a demolição de dezenas de casarões de expressivo valor histórico, para construir logradouros e prédios de feições modernistas.

Poucas pessoas na cidade percebiam o valor histórico do acervo existente no tecido atualmente tombado, ainda que a Lei Orgânica dos Municípios nº 1.282, de 1927, direcionasse o poder constituído à remodelação das edificações públicas, infraestrutura viária, espaços públicos, com escopo em transportes e energia, sem mencionar a preservação de prédios históricos e outros monumentos e nem de seus elementos de composição estética. Parte das pessoas daquela época não sabia o significado do patrimônio histórico e questionava sobre a utilidade dos casarões antigos, o que ainda ocorre na atualidade.

As ideias preservacionistas, em São Luís, surgiram e ganharam importância fora do âmbito do poder público, a partir do olhar dos intelectuais interessados nos “vestígios” da história da cidade, que ganhou um novo status, uma nova identidade, a ser defendida e preservada: São Luís, Cidade Colonial. Aos intelectuais locais e, particularmente, a atuação de Antonio Lopes Cunha deve-se a fundação de instituições preservacionistas como o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (1925) [...] (LOPES, 2008, p. 45).

A situação de desprezo pela memória da cidade era tal que, no final da década de 1930, um jornal local publicou sua simpatia pela arquitetura americana, a qual começava a construir para o alto, em apologia à verticalização, criticando o que se fazia em São Luís, qualificando pejorativamente os casarões como “bangalôs agachados”, “casinhotos marca jaboty” e imaginava o Largo do Carmo, no ano 2 000, cercado de arranha-céus.

Segundo Lopes (2008), os primeiros tombamentos de prédios históricos pelo Governo Federal, em São Luís, foram de prédios de valor religioso, como a Capela de São José das Laranjeiras e o Portão Armoriado da Quinta das Laranjeiras, que datam de 1940. Foi de autoria dos intelectuais a primeira instituição de defesa do patrimônio cultural a Comissão de Patrimônio Artístico Tradicional de São Luís, e o decreto nº 476 de 1943 o qual proibia a

demolição de sobrados e de casas com mirante. Em seguida foi feito o reconhecimento de Alcântara, em 1948, como Monumento Nacional.

A valorização da arquitetura moderna de São Luís se inicia com o processo de verticalização, na década de 1950, sendo construídos edifícios na área tombada do núcleo da “traça primitiva<sup>3</sup>”. Ali foram erguidos edifícios-sede de repartições públicas federais, como o edifício João Goulart, na Avenida Pedro II, que pertence ao INSS, e o edifício Matos Carvalho, na Rua do Egito, tendo sido sede do Banco do Estado do Maranhão, e que atualmente encontra em reforma para abrigar uma unidade administrativa da Prefeitura de São Luís. Na mesma tendência, e quase simultaneamente, foram construídos: o edifício Caiçara, na Rua Grande, sede do BNB, e o edifício São Marcos, na Avenida Getúlio Vargas, primeiro edifício residencial naquela artéria.

As concepções do Movimento Modernista no Brasil chegam para modificar a arquitetura de São Luís, depois de quase 30 anos. Prioritariamente, o Rio de Janeiro se antecipa em relação às outras capitais, pelo seu status de sede do Governo Federal, à época, sofrendo influência direta do que estava sendo realizado na França e nos Estados Unidos através das criações de Le Corbusier e Frank Lloyd Wright, respectivamente, que primeiro influenciaram a arquitetura moderna no mundo inteiro (Lopes, 2008).

A partir da tentativa de rompimento com o passado, os processos de inovação no desenho do setor urbano de São Luís, com tendências modernistas nos projetos residenciais, comerciais e demais equipamentos urbanos não pararam mais. No setor público, o esforço consistia em conservar o que existia, em detrimento do que estava chegando: o antigo e o novo passam a conviver na esfera urbana com notada diferença de concepção.

As interferências realizadas no Centro Histórico, através da construção de edifícios modernos, quando confrontadas com a preservação de um espaço historicamente valioso, são tidas como agressão pelo IPHAN, o qual foi instalado na cidade de São Luís como a 3ª Diretoria Regional em 1980. Observa-se, pela história do primeiro partido urbanístico de Frias de Mesquita<sup>4</sup>, que trata da realização de um parcelamento para servir de modelo a outras construções que fossem edificadas na malha, as quais deveriam ter o mesmo estilo.

Nesse sentido, tendo como fundamento as diretrizes das instituições de preservação patrimonial, comenta-se que o novo agrediu o velho, pois a percepção traz à tona formas arquitetônicas completamente diferentes. Se a história da cidade tem que ser

---

<sup>3</sup> Primeiro traçado urbanístico.

<sup>4</sup> Engenheiro –mor do Estado do Brasil;

preservada, pode se concluir que, na época, as leis não existiam ou não eram levadas em consideração. As imagens introduzidas com as edificações modernas destoam pontualmente dos casarios coloniais que estão ao redor.

Não se pode radicalizar no sentido de proibir edificação em área tombada; o problema é como compor o modelo para não haver discrepância. No surgimento da urbanização original, as comparações são feitas pelo seu conjunto. Daí, se entende que um edifício de estilo fora do perfil histórico dos que ali se encontram jamais pode ser considerado monumento importante, podendo-se afirmar que está fora do contexto.

O contexto de um padrão, ou estilo, não pode ser descaracterizado só porque o que vai ser inserido naquele meio tem perfil estético considerado mais belo. Antes de tudo, a primeira atitude do profissional do design urbano, quando recebe a incumbência de criar um projeto para uma área especial, é, como no caso dos procedimentos para qualquer construção: estudo da topografia, análise do solo, cálculo da estrutural, realização de uma pesquisa sobre a estética do ambiente para que a concepção de seu projeto alcance o sucesso desejado.

Com a construção dos novos edifícios no Centro Histórico de São Luís, criaram-se marcos referenciais para aquele espaço, por sua importância arquitetônica para o conjunto e como pontos de “endereço”, por sua visualidade distinta na paisagem. Sendo observados à distância, são facilmente reconhecidos pelo seu perfil, classificado da arquitetura em estilo moderno, ainda que inseridos no lugar errado, há de que reconhecê-los como marcos, que de uma maneira ou de outra, tentaram romper com um passado estabelecido desde o século XVII.

Nesse caso particular, a interferência não é só em termos visuais, mas também simbólica. A representação visual daquele espaço está prejudicada por elementos estranhos ao meio, principalmente quando estes impõem predominância visual, pela verticalidade ou por materiais modernos, como, por exemplo, janelas em alumínio e vidro plano. A hierarquia pelo valor histórico, simbólico, místico, confere importância de um sítio como o Centro Histórico de São Luís, que passa a ser admirado, requisitado e valorizado para consumo turístico.

O turismo é um aliado dos sítios históricos, fomentando receitas em todo o mundo. O turista tem a percepção aguçada para observar quando os espaços estão conservados e qualquer descuido resulta em prejuízos incalculáveis para essa atividade, o que justifica ações para conservar a infraestrutura urbana, além da cultura, oferta de segurança, guias preparados, limpeza pública, vendas de produtos regionais, como requisitos básicos, para causar boa impressão àqueles que vêm em busca de conhecimento e lazer.

São Luís, com todo o potencial do patrimônio material e imaterial, deixa a desejar em muitos dos itens estruturantes. O descuido com as políticas públicas é a principal reclamação dos promotores do turismo e de quem tem percepção e conhecimento de cidade organizada. A atenção com os visitantes deve ser valorizada, para estes sintam vontade de retornar, além de recomendar a outros.

Com o desenvolvimento do Projeto Reviver e com o título de Patrimônio Mundial pela UNESCO, em 1997, o Centro Histórico poderia ter um tratamento condizente com a honraria que recebeu. Contudo, a política do descaso com a preservação do espaço emerge sob a forma de pequenos problemas, que evoluem e, às vezes, passam de uma gestão para outra, sem solução, principalmente por parte do município, a quem cabe o ônus de cuidar e administrar a cidade.

O título de Patrimônio Mundial foi obtido de acordo com critérios estabelecidos pela Convenção do Patrimônio Mundial. Dentre tantos, Lopes (2008) afirma que São Luís é o único conjunto brasileiro reconhecido pela UNESCO, com base em três critérios diferentes, os quais são:

- I - testemunho excepcional de tradição cultural;
- II - exemplo destacado de conjunto arquitetônico e paisagem urbana que ilustra um momento significativo da história da humanidade;
- III - exemplo importante de um assentamento humano tradicional que é também representativo de uma cultura e de uma época.

Como motivos adicionais de valorização do patrimônio ludovicense, existem dois elementos que também serviram de justificativa para a classificação de São Luís: “o desenho urbano original, no Centro Histórico, e seu conjunto arquitetônico influenciado da arquitetura pombalina na reconstrução de Lisboa”. O conjunto de ações que motivaram a distinção do título não deve ser ignorado por seus moradores e muito menos por gestores que têm a obrigação de manter o *status* do título, por sua representatividade nacional e internacional.

São Luís integra o rol de localidades, sítios e bens reconhecidos como de importância mundial como: Veneza, a Torre de Pisa, as Muralhas da China e as Pirâmides do Egito. Parece inacreditável, para muitos que participaram daquele momento histórico e de rara importância para os maranhenses, o atual nível de desvalorização da “joia” relegada a lugar comum, como se fosse de um metal sem nenhuma preciosidade.

A desvalorização compromete a fruição estética e turística da área tombada, pois a indústria do turismo, nos lugares mais evidenciados, eleva as receitas para patamares extraordinários, comparados a outros tipos de atividades econômicas. Nesse contexto, São

Luís é carente, sobretudo, de um olhar mais aguçado para seus aspectos estruturantes, visando adequar a cidade como atração turística de reconhecimento nacional e internacional. Com as características que a cidade possui não se pode deixar a política de adaptabilidade ao acaso, principalmente quando a cidade experimenta acelerado crescimento.

Quanto à conservação do acervo arquitetônico no Centro Histórico, existem alguns aspectos negativos a serem considerados. Por exemplo, casarões que se encontram em ruínas com ameaça de desmoronamento, problemas judiciais por herança, pichação de monumentos por vandalismo, roubo de peças históricas, requalificação de bens patrimoniais sem acompanhamento de projetos e técnicos especializados, demolições clandestinas, dentre outras situações. Procedimentos como estes, às vezes, fogem ao controle da fiscalização que deveria ser mais efetivo e constante.

Como alternativa para combater as intervenções negativas, O poder público deve intensificar a fiscalização e adotar políticas de fomento com a disponibilidade de recursos financeiros com o propósito de apoiar os proprietários desprovidos dos recursos necessários para a reforma dos imóveis de acordo com os padrões exigidos pelo IPHAN. Em outros casos, cabe intervenção judicial, através do Ministério Público, com a adoção de medidas que garantam a conservação do patrimônio.

A conservação de monumentos, de obras de arte e de outros bens públicos necessitam de intervenções ou reformas periódicas para ter durabilidade. As dificuldades de conservação do patrimônio histórico arquitetônico de São Luís serão reduzidas quando as políticas intervencionistas forem sistematizadas em cada unidade morfológica daquele espaço. Os estilos ali existentes incorporam vários elementos arquitetônicos de categorias diferentes, como: gradis, cornijas, cimalhas e outras artes cuja manipulação depende de profissional especializado.

Profissionais especializados em obras de fino acabamento, raramente, são encontrados na cidade de São Luís, e os de fora nem sempre estão disponíveis. É o caso de restauradores em pinturas e esculturas sacras nos estilos: barroco, rococó e impressionista, dentre outros; e em escavações que necessitam de arqueólogos. São tipologias que requerem atenção especial no momento da formulação de projetos em sítios dessa importância.

São especialidades que necessitam de estudos em disciplinas como História das Artes, em cursos com teoria e prática, para que o profissional não seja apenas um artesão. As Instituições de Ensino deveriam estar alertas, para os benefícios trazidos para a cidade. Nesta perspectiva convém destacar a iniciativa de um professor do Departamento de Artes da

UFMA, (Paulo Cesar Alves de Carvalho), com curso no Museu do Azulejo em Lisboa-Portugal, cuja atividade pode contribuir para suprir a demanda por peças dessa lavra.

O compromisso com a urbanização da Cidade de São Luís deve ser visto como a vida de um paciente que está necessitando cuidados especiais para não ir a óbito. Logo este paciente não deve ser atendido por qualquer um, e sim por especialistas, que colocarão seus conhecimentos a prova da expectativa de uma sociedade ansiosa para viver em uma cidade boa, feliz e que este desejo, não seja apenas uma utopia de sua população.

O viés interdisciplinar, sugerido em projeto de planejamento, como esse do Centro Histórico, tem significados importantes no que diz respeito a qualidade de vida do contingente de pessoas que trabalha naquela área e os que vão em busca de lazer e entretenimento. Os campos de saber já abordados, servirão para complementar a integralidade de projetos de qualidade para adequação da urbanização daquela área.

A prefeitura de São Luís, deve se apoiar em trabalhos estatísticos para disponibilizar dados no momento de implementar projetos que vizem a utilização de atividades diversas naquele espaço. Só para citar, uma dessas atividades que sempre solicita aquele espaço para o poder público, que se tem conhecimento, é o trabalho cenográfico, que por várias vezes o bairro da Praia Grande já serviu de cenário para novelas e cinema.

Nem por isso, os gestores parece ter sensibilidade para manter o espaço em ordem, limpo, sem buracos, com segurança dia e noite e manutenção exclusiva. Ali está o principal cartão de visita da cidade de São Luís, antes, eram as praias, que nesse momento não se pode mencionar como tal porque estão todas poluídas. É necessário utilizar meios para denunciar, criticar, para ver se há por parte dos gestores um aceno para possibilitar uma reação no sentido das realizações que a sociedade desta cidade clama diariamente.

Os discursos de campanhas eleitorais trazem conteúdos de dar inveja a qualquer dos mais importantes atores, fazendo todas as promessas para conquistar o voto do incauto eleitor, que de tão empolgado com fraseamento de efeito, chega a brigar com quem diga o contrário. As práticas nocivas das gestões públicas de São Luís, se arrastam ao longo do tempo da mesma forma, cada um que assume, a o povo fica a esperar por um milagre da boa gestão. Nessa esperança vai-se o tempo, os recursos, o planejamento que não saiu do papel, as promessas, que ninguém se lembra mais, por fim, resta, lembrar de alguém que realizou alguma coisa no passado que valeu a pena.

## 6 AS PERSPECTIVAS PARA UM NOVO DESIGN URBANO DA ÁREA

### 6.1 A forma existente e suas conexões

A geografia urbana mostra o fenômeno de transformação da cidade compreendendo os aspectos físicos, econômicos e sociais. Em São Luís, esse fenômeno pode ser observado a partir de duas situações evidenciadas no traçado original, que se constituem objeto de interesse para estudos de arquitetos, urbanistas e pesquisadores de variados ramos profissionais.

Conformada entre dois canais, o Anil e o Bacanga, a cidade ficou condicionada a se expandir sobre o interflúvio, acompanhando o divisor de águas a leste, de forma coerente com o relevo do sítio, a princípio dentro dos padrões ordenados pelas coroas portuguesa e espanhola. A partir de 1970, a morfologia urbana se estende no sentido norte-sul, em relação ao seu núcleo histórico, ganhando independência viária e adquirindo fisionomia diferente do sítio original. Tudo acontecendo, simultaneamente, a partir das construções da Ponte José Sarney e da Barragem do Bacanga no início da década de 1970 (ver capítulo 4.3).

Nessa dualidade fisionômica, transformam-se diariamente, não mais obedecendo a regras urbanísticas pré-estabelecidas pelo seu primeiro plano diretor, de 1974. Atualmente, a expansão se estabelece em todas as direções, priorizando os espaços compatíveis e em velocidade surpreendente. Porém, foi estabelecido pela Lei 5. 405 Federal e pelo Decreto 3. 298 estadual que seu tecido urbano original teria garantia de preservação para que as gerações futuras pudessem conhecer sua história.

A preocupação com a preservação da identidade da imagem do tecido urbano nuclear de São Luís se constituiu em um dos princípios fundamentais norteadores deste trabalho, para cuja conservação se denuncia a falta de melhorias, fato que relega a área à situação de abandono em que se encontra. Para alcançar os objetivos propostos, foi estabelecido um recorte espacial, com limites e marcos enfatizados no Plano Visual de Integração (item 6.3), a fim de analisar os determinantes socioeconômico, político e ambiental, que interferem nos constitutivos de ordem estética, por ser aquele espaço o cenário mais prejudicado de todos.

A forma geométrica da área da pesquisa (Figura 01) é visualizada no traçado urbano modelado no período da construção do Anel Viário, cuja sinuosidade possibilita duas interpretações: na primeira, pode-se excluir, para melhor definição, a reentrância que chega

até a Fonte das Pedras, configurando a imagem de um “S”. Porém se a opção for analisar a forma completa, em segunda opção, chega-se à conclusão de que é um “Y”.

O histórico do espaço referido foi contextualizado no item 4.3, salientando-se que a área foi aterrada como parte da construção do Anel Viário que confina o Centro Histórico, cabendo assinalar que essa via, atualmente a principal artéria, recebe diferentes denominações ao longo do percurso: Avenida Senador Vitorino Freire (entre a Praia Grande e avenida Kennedy), Avenida Presidente José Sarney (entre a Avenida Kennedy e a Ponte José Sarney) e Avenida Beira-Mar (entre a Ponte José Sarney e a Praia Grande), incorporada ao logradouro por ser o primeiro trecho construído desde a década de 1940.

Antes da construção do Anel Viário, as ruas do setor oeste do Centro Histórico principiavam e finalizavam no mangue ou em terrenos pantanosos adjacentes à margem direita do canal do Bacanga. Após a construção do referido Anel, todas elas foram conectadas com a nova via através de becos e vielas, dando origem a pseudos labirintos, como é o caso da área próxima à Praça do Pescador.

Após o aterro e a construção das vias secundárias ao Anel Viário, muitas edificações residenciais e comerciais foram erguidas por pessoas que se apropriaram dos espaços ainda não ocupados entre a avenida e as edificações existentes. Mesmo na área da Praia Grande, então tombada pelo SPHAN, ocorreram ocupações em espaços liberados após a demolição de algumas edificações que foram indenizadas para a urbanização e construção de pistas e canteiros.

A obra do Anel Viário contribuiu para dinamizar todo centro da cidade, não só para equacionamento dos problemas do trânsito, principal razão de sua construção, cujo objetivo era tirar a circulação de ônibus e caminhões das ruas do Centro, notadamente a Rua da Paz. Porém, as pessoas também foram beneficiadas pelo fácil acesso àquele logradouro mediante as conexões que foram criadas.

A perspectiva da dinâmica urbana do Centro Histórico de São Luís pode ser correlacionada ao conceito da *gentrification*, abordado por Rigol (2010, p. 99) como o processo de transformação urbana em que alguns espaços construídos da cidade, geralmente os centrais, mudam radicalmente a fisionomia da cidade. O autor define-a como:

“... um processo de **mudança social urbana**, no sentido de que determinadas áreas da cidade são transformadas tanto morfológicamente quanto socialmente. Mas, quais são as causas? Quais as consequências? Quais atores participam? Qual é o papel dessas mudanças na transformação geral das cidades? Todas essas questões permanecem em aberto”.

Conforme já referido, a modificação da fisionomia ocorrida em toda área do Centro de São Luís, após a implementação da obra do Anel Viário, resultou em benefícios como: a mobilidade, com fluidez do tráfego urbano; no contexto socioeconômico, com melhorias na qualidade de vida de moradores e trabalhadores do local; na estética, em alguns setores da paisagem, com a substituição das palafitas, além do benefício da conectividade.

Na área da pesquisa, que mede dois quilômetros lineares, segundo o Instituto da Cidade, existem 21 logradouros, todos conectados com o Anel Viário no trecho nomeado como Vitorino Freire, os quais são distribuídos a partir da Praia Grande, como: Rua do Trapiche, Rua Portugal, Rua do Comércio, Travessa Marcelino de Almeida, Travessa Boa Ventura, Beco da Prensa, Rua Direita, Rua da Saúde, Travessa da Lapa, Praça do Pescador, Beco da Capela, Beco do Precipício, Rua Afonso Pena, Travessa do Portinho, Travessa da Manga, Avenida Guaxenduba, Rua das Cajazeiras, Rua Ivar Saldanha, Fonte do Bispo, Avenida Gavião e Rua São Pantaleão.

Alguns logradouros, principalmente os mais antigos como os do Trapiche, Portugal, travessa Marcelino de Almeida e do Comércio, fizeram parte da intensa vida comercial do Centro de São Luís dos séculos XVII, ao XIX, conectadas, diretamente, com o Porto da Rampa Campos Melo, por onde entravam e saíam as principais mercadorias vindas do interior do Estado e da Europa.

Os logradouros que se conectam com o setor pesquisado possuem histórias e significados diferentes e todos se tornaram importantes com a ligação à artéria principal; alguns tiveram o acesso melhorado após a construção do Anel Viário e outros através da intervenção para consolidação do Projeto Reviver. Todos os acessos nas áreas intraurbanas devem ser organizados e bem conservados para facilitar a fluência e a mobilidade de pessoas e de veículos. Sobre essa temática, Lynch (1981, p. 79) comenta ser provável que:

Inicialmente as cidades tenham sido construídas por razões simbólicas e, mais tarde, por motivos de defesa, mas rapidamente se tornou evidente que uma de suas principais vantagens foi o acesso melhorado que elas proporcionaram. Os teóricos modernos têm considerado os transportes e as comunicações como os bens mais importantes de uma área urbana, e a maioria das teorias sobre a gênese e o funcionamento das cidades tomam este aspecto como valor garantido.

O desafio de melhorar a mobilidade de veículos nas cidades depende da aceleração do desenvolvimento com infraestrutura compatível. Com as vias urbanas congestionadas de automóveis, trânsito cada vez mais lento, poluição de todo tipo, violência,

dentre outros problemas, se não houver estudos de ponta para contornar a situação, a tendência é o colapso total dos sistemas de transporte nos grandes centros.

Em São Luís, aceleram-se também os problemas urbanos decorrentes do crescimento populacional que acelera muitas demandas. Sem investimentos compatíveis na infraestrutura básica, como passeios públicos, ciclovias e condição viária para circulação da frota, transporte de massa suficiente para atender os usuários, abrigos para passageiros de ônibus, dentre outros equipamentos, observa-se que as dificuldades se acentuam a cada momento.

Na atualidade, as obras em execução e as anunciadas pelos gestores municipais e estaduais para a cidade, nos seus 400 anos, são insuficientes para as reais necessidades da população. O que está sendo executado para tentar resolver os problemas do trânsito servirá apenas para mudar sua solução, deslocando-os para outros pontos.

Encarar o problema da gestão urbana de São Luís consiste em observar que a dotação de infraestrutura adequada é apenas uma das necessidades urgentes. A educação e a saúde são, igualmente, importantes, além do acabamento da maioria das obras executadas em vias públicas, o que comprova as falhas da fiscalização e da punição dos desvios de conduta. As articulações para a gestão eficiente encerram uma complexa teia de relações, como observa Lynch (1981, p. 44):

A cidade pode ser vista como uma história, um padrão de relações entre grupos humanos, um espaço de produção e de distribuição, um campo de força física, um conjunto de decisões interligadas ou uma arena de conflitos. Existem valores incorporados nestas metáforas: continuidade histórica, equilíbrio estável, eficiência produtiva, decisão e administração capazes, interação máxima ou evolução da luta política. Certos intervenientes transformam-se em elementos decisivos na modificação de cada perspectiva: líderes políticos, famílias e grupos étnicos, investidores importantes, técnicos de transportes, a elite que toma decisões, as classes revolucionárias.

A população, apesar de ser capaz de reconhecer os desmandos dos gestores públicos, nem sempre tem organização, nem atitude para garantir os seus direitos através de movimentos que possam debelar as iniciativas dos políticos e dos empresários mal intencionados, que só impõem prejuízos à população.

## **6.2 Constitutivos de ordem estética**

Na tentativa de adaptação ao meio em que vivia, o homem pré-histórico elaborou sua imagem ambiental, acomodando sua percepção à paisagem que o cercava. As

evidências, deixadas nas paredes das cavernas, nas árvores e a tentativa da concepção de pequenas construções, como, por exemplo, os *dolmens*, não deixam dúvidas dessa necessidade, embora tais evidências estejam restritas aos locais de moradia ou de realização de cultos.

Com o processo de desenvolvimento das civilizações, à medida que estas foram conseguindo interferir no espaço habitado, inicia-se a atuação do meio físico em escala mais abrangente. A partir, também, do momento em que as civilizações se impõem sobre outras, surgem influências na ampliação da escala do espaço com consequências na alteração da questão imagética.

O paradigma que trabalha a modificação consciente, na esfera da imagem do meio físico, é um problema relativamente novo. Tecnicamente, pode-se criar paisagens completamente novas em pouco tempo. Os arquitetos e os designers, através de novas tecnologias, buscam a configuração de cenários totais, de maneira que o observador identifique suas partes e a estrutura do todo.

Lynch (1997, p. 15) observa que “estamos construindo rapidamente uma nova unidade funcional, a região metropolitana, mas ainda precisamos entender que essa unidade também deve ter sua imagem correspondente”. E ratifica a definição de arquitetura elaborada por Lang *apud* Lynch (1997, p. 15): “é o ambiente total tornado visível”.

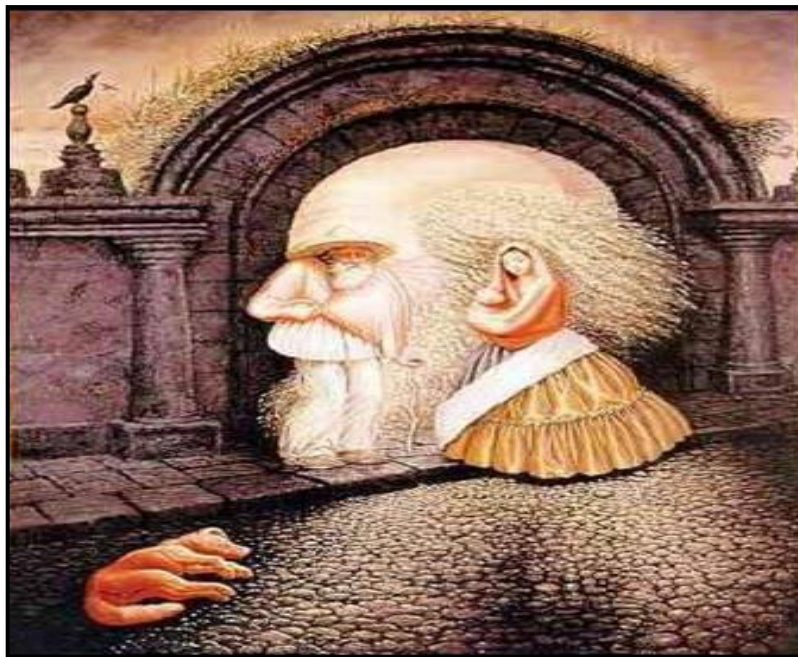
No espaço urbano real, formado por uma totalidade complexa de atividades, formas, significados e práticas sociais, a acuidade dos sentidos permite, aos sujeitos, a percepção e a análise tanto empírica como científica, utilizando técnicas de coleta de dados que expõem as variáveis existentes, para serem delimitadas ou definidas como a percepção do fenômeno formado por certa complexidade. Além dessa observação, não se pode descartar fatores como a proximidade do objeto com acesso direto para facilitar melhor a sua percepção, de acordo com a situação relacionada ao espaço e ao tempo. Sobre o processo físico de formação da imagem, Arnheim (1980, p. 35) comenta:

A imagem ótica da retina estimula cerca de 130 milhões de receptores microscopicamente pequenos, e cada um deles reage ao comprimento de onda e à intensidade da luz que recebe. Muitos destes receptores não desempenham seu trabalho independentemente. Conjuntos de receptores constituem-se em sistema neural.

A estética está sempre aliada às imagens do ambiente ou a qualquer objeto que depende da manifestação interessada do observador. As relações entre um e outro dependem, também, dos objetivos que o primeiro quer alcançar em relação ao segundo. Essa interação é

afetada pelo interesse do sujeito em desenvolver algo que lhe complete o sentido objetivo, enquanto ainda é subjetivo. Em outras palavras, é aquilo que pode estar mentalmente edificado no seu subconsciente, num tempo futuro, isto é, que poderá vir a ser.

A apreciação de um cenário não deve acontecer só pelo fato de ele ser deslumbrante: sua percepção deve ir além do existente. A manifestação do observador neste caso, além da contemplação, deve ser também de avaliação até quando tal observador não mais expressar a beleza desejada, situação em que poderá ser feita a avaliação de conjunto, percebendo-se detalhes que nem sempre são reconhecidos por falta de experiências nesse contexto. Um exemplo da necessidade de observação com maior acuidade e atenção se refere aos cenários com certo mimetismo ou camuflagem, comuns na paisagem natural e em muitas estruturas humanizadas (Figura 05).



**Figura 05:** Percepção Visual de imagem camuflada em planos sucessivos  
**Fonte:** [www. Wikipédia.com](http://www.Wikipédia.com)

As experiências estéticas de um lugar ou de um objeto transcendem a abordagem ou o olhar comum. Às vezes o observador pode ser surpreendido no aspecto visual, pois a beleza pode, eventualmente, estar camuflada. Por exemplo, quando o cenário observado se apresenta desarticulado ou maltratado, a percepção deve ir muito além de uma conclusão precipitada, ou seja, o observador deve explorar outros sentidos além da visão.

A contemplação e a análise devem fazer distinção, também, entre os elementos natural e artificial do cenário. No caso deste trabalho, a primeira percepção foi no sentido de observar e constatar que o espaço da pesquisa é contemplado através dos cenários não

compatíveis com aquele tecido urbano, entendendo-se que houve interferência em ambos, e, ao mesmo tempo, pensar qual a melhor forma de reverter o quadro que se apresenta nas desordens socioambiental e estética.

Com efeito, para qualquer concepção de paisagem, exigem-se do perceptor certos requisitos que ultrapassam a condição de simples resposta a estímulos e inclui a capacidade de estabelecer níveis de relações entre os fenômenos percebidos, condição que requer, além do conhecimento e da experiência, maturidade e sensibilidade (FEITOSA, 2010, p. 37).

Com relação ao Centro Histórico de São Luís, é referido por autoridades, artistas, turistas, visitantes ocasionais e estudiosos do patrimônio material e arquitetônico como um sítio de grande importância. É admirado por todos, com relação à questão visual que se manifesta nos casarões de variados estilos arquitetônicos, situados em praças, ruas, becos e travessas, em ladeiras e de calçadas de largura variada, além de possuir pontos peculiares e pitorescos que deixam o espaço com fisionomia singular. O viajante Robert Avé Lallemant, a propósito de sua visita (1859), deixa o seguinte depoimento:

A impressão não poderia ter sido mais favorável. O mais belo Domingo estendia-se sobre altas colinas, banhadas de três lados pelo mar com bonitos, magníficos mesmo, edifícios. Devo dizer que, depois das três grandes cidades comerciais, Rio, Bahia e Pernambuco, a cidade do Maranhão merece indubitavelmente a classificação seguinte e tem realmente esplêndida aparência... Creio poder dizer que nenhuma cidade do Brasil conta proporcionalmente ao seu tamanho, tantas casas bonitas, grandes e até apalaçadas como o Maranhão (LALLEMANT apud ANDRÉS, 2008, p. 126).

Atualmente, São Luís vive outro momento completamente diferente em relação ao de meados do século XIX. Porém, na morfologia histórica que caracteriza seu primeiro sítio, pouca coisa mudou em comparação com seu primitivo traçado. O que foi acrescentado através de aterro, por exemplo, serviu para ampliar o espaço e contribuir para a expansão de novas vias e edificações, como é o caso do Anel Viário, Aterro do Bacanga e o bairro da Areinha.

Para preservar o espaço do Centro Histórico, surge a preocupação com o descaso do poder público responsável pela implementação de políticas intervencionistas no sentido de priorizar locais que se encontram nele inseridos. Nessa perspectiva, este trabalho faz menção a um dos lugares como este da pesquisa, que estão olvidados na lembrança dos administradores, e quer contribuir com indicadores que, de uma forma ou de outra, podem subsidiar as autoridades constituídas a implantarem neles as políticas de reestruturação para melhoria da qualidade de vida de seus habitantes.

Nos ambientes modificados, muito modelados pela ação humana, foi produzida uma concepção arquitetônica cujo valor histórico é reconhecido e celebrado mundialmente. A

cidade é instituída nas pessoas responsáveis, as quais não podem cruzar os braços diante do desmoronamento de relíquias preciosas, que se perdem na memória e na cultura do povo, por absoluta falta de interesse e de aplicação de políticas adequadas.

A área de desenvolvimento desta pesquisa não foi escolhida só por se situar dentro de espaço preservado pelo Patrimônio Histórico e ser, também, área incluída na Lista de Patrimônio Mundial – UNESCO. Foi por tudo isso e por se entender que as pessoas e as instituições, públicas ou não, têm o dever do envolvimento com a preservação da cidade, já que esta faz parte do fenômeno social como um todo. Ela passa a ser, também, objetivo geral de bem-estar de sua população, com garantia coletiva e individual de seus habitantes e visitantes, no que concerne às questões de habitação, estudo, trabalho, comércio, segurança, cultura, lazer, entre outros.

É na busca do bem-estar coletivo que se fundamenta o envolvimento do pesquisador com o espaço pesquisado, o qual surge através de um olhar crítico, por entender que a área também integra o Centro Histórico da cidade e se encontra inteiramente degradada. Nesse sentido, merece a atenção, com alerta para intervenções adequadas, na perspectiva da concepção de um design detalhado, imbuído dos elementos mais significativos da comunicação visual.

A pesquisa possui espaço delimitado por dois marcos que encerram as particularidades do cenário de visual contraditório, inserido em área tombada. Considera-se, como primeiro marco, o Cais da Praia Grande, onde se encontra o Terminal Hidroviário na antiga Rampa Campos Melo, e o segundo, a Rotatória do Anel Viário, localizada na Barragem do Bacanga, no bairro da Madre de Deus.

A percepção visual deve embasar os constitutivos de ordem estética do espaço urbano, caracterizando fenômenos compositivos de constituições físicas e morfológicas que geram aquele tecido e são capazes de conformar a interação visual como espectador, representada por elementos da linguagem visual, como: espaço, linha, cor, luz, forma, textura, equilíbrio, direção, dimensão, etc. que, na visão de conjunto harmônico, são os constituintes de ordem estética que devem se transformar em singularidades.

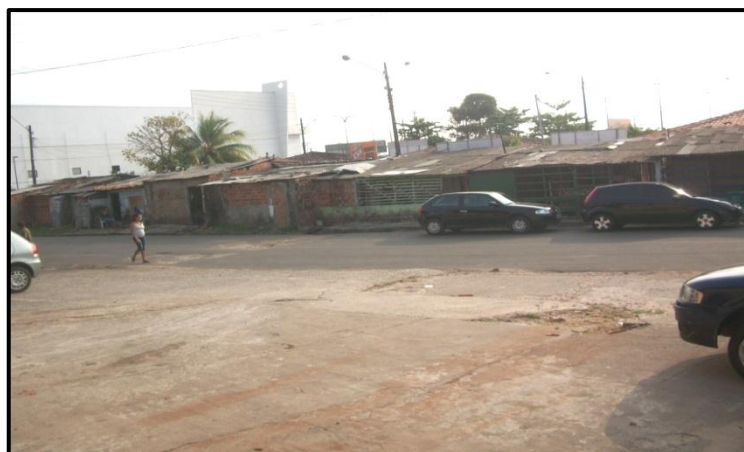
As imagens registradas nas fotos 07, 08 e 09, foram colocadas de forma sequencial para análise dos mais e dos menos aguçados observadores, como modo de confrontar realidades situadas no mesmo espaço. A contradição feita através das imagens não deixa dúvidas sobre as necessidades de intervenções na área de estudo, com implementações de novos motivos para conferir a todo o espaço um só contexto, visando o melhoramento de um dos lugares que merece a oportunidade de ser bem retratado, como também o é o espaço

que aparece na foto 09, a qual faz parte do Centro Histórico, conforme a delimitação elaborada pelo Projeto Reviver.



**Foto 07:** Barraca/ coberta de telhas de amianto e cerâmica, tapume em lâminas de zinco

**Fonte:** Dados da pesquisa



**Foto 08:** Barraca com cobertura de amianto e tapume de ripas e tijolos sem reboco.

**Fonte:** Dados da pesquisa



**Foto 09:** Vista parcial da Praça da Fé

**Fonte:** Dados da pesquisa

### 6.3 Plano Visual de Integração

A visão de cidade urbanizada está associada a propósitos que resultem em benefícios diretos para a sociedade. Nesse sentido, a participação social nos projetos a serem executados pelo poder público é de fundamental importância. Quando tal situação não é processada com cuidado, facilita o surgimento de conflitos gerados pela dinâmica política e cultural dessa sociedade.

O processo de urbanização é um empreendimento coletivo realizado por uma sociedade com seu capital humano e financeiro. Contudo, a maioria dos gestores entende que é o centro do poder e a lei, sua submissa. Parecem entender, também, que os recursos de sua administração são de sua propriedade e, por esse motivo, desconsideram a manifestação social em termos administrativos. Segundo Carvalho (1987, p. 43):

A participação direta da população nos empreendimentos, mesmo que, na maioria das vezes, tenha permanecido restrita a sua execução, indicava possibilidades de mudança no padrão de relacionamento entre Estado e sociedade. Em um primeiro momento, essas possibilidades eram remotas, fosse por decorrência do caráter muito específico das demandas, fosse porque ainda dependiam do comportamento dos atores que conduzissem a outra repartição dos recursos do poder e/ou a outro nível de organização dos segmentos populares.

A concepção de um projeto urbanístico deve passar por etapas que envolvam a contribuição das sugestões do universo social relacionado com a área da pesquisa. A atuação coletiva, ou dos principais segmentos representativos da administração de uma cidade, deve se manifestar desde o vilarejo que, na dinâmica morfológica, pode se transformar na maior dimensão possível. A cidade sempre será obra das pessoas e, nesse sentido, nunca deixará de ser coletiva; a partir dessa observação, deve existir sensibilidade na condução de sua política urbana, visando ao bem-estar de todos que dela fazem parte, direta ou indiretamente, devendo ser esse o foco de qualquer gestão urbana, seja ela cidade grande, seja pequena.

Na reconstrução do tecido urbano, há pelo menos duas formas a considerar: a primeira consiste em pensar que a cidade, como toda materialidade, sofre ação do tempo e das pessoas; a segunda é sempre processada após uma eventual desconstrução, motivada por eventos naturais, quando estes ultrapassam os limites de controle da ação humana ou aqueles favorecidos por ciclos comuns no âmbito da sazonalidade das intempéries. Não é irrelevante, também, pensar que esse processo de transformação é contínuo, embora possa variar em frequência e magnitude.

Mediante tais condições, é dever do poder público estar atento para a prevenção das adversidades, tentando evitar que o pior aconteça, mesmo entendendo-se que pode ocorrer descontrole de algumas situações. O mapeamento da memória da cidade é um procedimento que não pode ser esquecido, devendo-se considerar a variante dos níveis culturais e educacionais dos habitantes dos espaços urbanos.

Diversa da materialidade que está sempre necessitando de cuidados, a imaterialidade também pertence à cidade. Nela estão situados os valores simbólicos, vistos através da abstração ou do imaginário, lembrados por meio de narrativas, histórias ou contos. Situada no plano da ficção, se constitui de elementos importantes que se configuram pela subjetividade artística, expressa de forma diversificada através de escritores, historiadores, poetas, músicos, pintores, dentre outros.

Embora se pense que a cidade não necessita de reformas ou intervenções, os bens imateriais necessitam de atenção para que se mantenham “vivos” nas tradições da cultura. Nesse sentido, os incentivos culturais são de grande importância para a manutenção de cada diversidade dos elementos constituídos dessa ordem. A valorização desse acervo traz divisas e reconhecimento para cidades como São Luís, detentoras de significativa variação atrativa de elementos culturais relevantes. Portanto, conhecer todos os elementos materiais e imateriais que compõe no seu patrimônio histórico-arquitetônico é uma tarefa difícil, por mais que se tenha amplo conhecimento sobre seu tecido urbano, entendendo-se que algo pode escapar, mesmo a mais aguçada percepção.

Na linguagem técnica, conhecer uma cidade significa ter sobre ela legibilidade capaz de facilitar o entendimento de elementos importantes de seu conjunto, como sua escala real, movimentação e complexidade, identificando os pontos chaves da estrutura urbana que merecem cuidados especiais, em nível imediato e mediato, e que devem ser sinalizados para eventuais melhoramentos.

É dever dos gestores buscar o equilíbrio entre o contingente demográfico da cidade e as ações benfeitoras do desenvolvimento urbanístico. Nesse caso, a complexidade das situações tende a trazer dificuldades, pois, à medida que a população cresce, as variantes de necessidade se fazem presentes em frequência e magnitude, numa velocidade que supera a normalidade.

São Luís, capital do Estado do Maranhão, se insere no contexto desenvolvimentista, experimentando altas taxas de crescimento, mas sem expressar desenvolvimento real pelos índices de desenvolvimento humano. Como não poderia ser diferente, atingiu em pouco tempo um crescimento demográfico muito significativo por conta

de grandes empresas e indústrias que vêm se instalando na cidade, com ofertas de serviços e de mão-de-obra.

As gestões da cidade não têm acompanhado o processo de crescimento e desenvolvimento com qualidade, evidenciando o colapso de setores básicos, como: educação, habitação, saúde, segurança e transporte. Tal fracasso acarreta consequências graves para todo sistema de planejamento dos órgãos oficiais que lida com orçamento “restrito e insuficiente” para prover a infraestrutura compatível com a demanda.

A morosidade das intervenções em serviços essenciais, por “falta de recursos financeiros” ou outros problemas, atropela a cadeia de prioridades de outros serviços que trarão sustentabilidade para a cidade e, nessa esteira permanente de necessidade de recursos, a cidade vai sendo inviabilizada em outra questão principal e primordial: a qualidade de vida de seus habitantes.

Confirmando o histórico do planejamento urbano de São Luís, planos traçados vão sendo acumulados, postergados, até deixarem de ser prioritários. Essa dinâmica, em retrocesso, das gestões públicas de São Luís emperra o encadeamento dos bons serviços que podem e devem ser prestados à sua população de forma abrangente. Nessa esteira, estão os grandes e os pequenos serviços que, nem por isso, deixam de ser também importantes.

Pela situação descrita, reafirma-se a busca de elementos que fundamentam o alerta para recorrência de intervenções em apenas um trecho da cidade que, igual a tantos outros, há muito necessita e espera a reurbanização de modo coerente com a área-objeto da ação, valorizando a história e o patrimônio da cidade. Nessa perspectiva, a pesquisa elenca elementos fundamentais para embasar o plano visual de integração a partir de observações feitas no local da pesquisa. São necessários elementos estruturantes que deverão interagir com a morfologia histórica, conformando um visual homogêneo com a imagem formada pelos casarios tombados, pertencentes àquele tecido urbano.

Para quem observa a cidade de São Luís, a partir da Baía de São Marcos - face oeste, a visualidade mostra duas composições distintas, dois planos separados pela interseção do duplo estuário Anil-Bacanga: o primeiro plano é composto por uma massa vertical reduzida em relação ao segundo, sendo este originário das elevações<sup>5</sup> das edificações antigas do Centro Histórico, já o segundo é composto pelas elevações dos prédios da arquitetura modernista que possuem massa vertical em escala oblonga, totalmente diferente da arquitetura dos séculos XVIII e XIX.

---

<sup>5</sup> Termo utilizado na arquitetura para fachadas das edificações.

A pesquisa se baseia no visual do primeiro plano, constituído por prédios, a maioria originária da urbanização antiga. São edificações compostas de até três pavimentos, muitas com mirantes encimados, fachadas ostentando muitos detalhes nos ornamentos, como balcões com gradis, arcos com bandeiras, azulejos com desenhos de matizes diversos e cimbalhas, entre outros. Diante dessas observações, sugere-se um elenco de ações para harmonizar as construções novas ao cenário antigo, constituindo um plano visual integrado à imagem pré-existente, sendo necessária a construção de uma praça no terreno baldio situado entre o Convento das Mercês e o Anel Viário (foto 04), cuja morfologia integre com o visual de todo o espaço, na composição do imobiliário urbano, como bancos, lixeiras, postes, luminárias, dentre outros, com fisionomia de historicidade.

Quanto aos casarões antigos de números três e quarenta, onde funcionam, respectivamente, a Associação dos Aposentados da CEMAR e o Centro de Atendimento ao Servidor Público Municipal, dentre outros situados nas proximidades, sugere-se reformas para adequação e funcionamento de para funcionar escolas da rede pública. Adiante, a área adjacente ao Mercado do Peixe está totalmente comprometida com lixo e lama por todos os lados, além da falta de proteção contra a entrada de animais. No entorno, combater a venda informal de peixes e mariscos, cuja ação contribui para a frequência de urubus (Foto 10).



**Foto 10:** Área adjacente ao Mercado do Peixe com lamas, lixo e urubus  
**Fonte:** Dados da Pesquisa

A Praça do Pescador carece de intervenções com a contribuição de um novo design. Sugere-se que a composição do mobiliário seja tratada igual ao da praça sugerida para o terreno adjacente ao Convento das Mercês, por se situar num plano abaixo da secular Igreja

de São José do Desterro. São espaços agregados ao sítio, assim como outros listados neste trabalho.

Carece também de intervenções o canal que provém das proximidades do Mercado Central, o qual coleta toda a água pluvial e de esgotos, que desce das ruas adjacentes, inundando a chamada Praça do Mercado, passando por trás da concessionária Duvel e outras edificações, desembocando perto do Mercado do Peixe. Suas águas arrastam toda sujeira de efluentes que ficam nas proximidades, o qual contribui negativamente para a imagem daquela área, visto que os arbustos de suas margens crescem e não há o cuidado devido das autoridades para combater a precariedade da área.

O quiosque situado em frente à rotatória que possibilita a conexão para a Rua das Cajazeiras, Avenida Guaxenduba, Avenida Vitorino Freire e Avenida do Sambódromo necessita de ampla reforma, principalmente da cobertura feita em palha de carnaúba, a qual está parcialmente desfeita (Foto 11), assim como a recuperação do objeto para o qual foi construído ou novo uso compatível com a realidade do local.

Na área adjacente ao quiosque (Foto 11), um dos espaços mais críticos é o setor das paradas de ônibus do Anel Viário, conhecido popularmente como “rodoviária dos pobres,” no qual se propõem as seguintes intervenções: reformulação do traçado urbanístico; retirada de todas as estruturas existentes como barracas, restaurantes e similares para construir estruturas novas com plataformas para ônibus e vans; postos de táxi, com guarita; sistema de esgotos e escoamento de águas pluviais; um novo imobiliário urbano (postes de iluminação, bancos, lixeiras, hidrantes); elementos de informação como placas de sinalização e dotação de um projeto paisagístico coerente com a arquitetura do Centro Histórico.



**Foto 11:** Vista parcial do quiosque

**Fonte:** Dados da Pesquisa

Para a área da antiga Fábrica São Luís (Foto 12), construída no final do século XIX e que se encontra parcialmente em ruínas, atualmente de propriedade da Prefeitura de São Luís que tem a pretensão de executar um projeto de espaço multiuso com destinação cultural a ser gerenciada pela Fundação Municipal de Cultura (FUNC), está previsto, além da recuperação arquitetônica, a instalação de espaços museológicos, teatro e auditório, oficinas de cenários (marcenaria e metais), cerâmica, espaço para comercialização de artesanato, cinema e sala de dança/Expressão Corporal e café/restaurante. Na parte externa, há a previsão de anfiteatro e praça de eventos para a cultura popular.

A pretensão existe e vem sendo esperada pela população há quase duas décadas, e tudo leva a crer que há sempre a tendência para a não valorização da cultura por parte de alguns gestores, visto que, para esses, ela não traz retorno, principalmente voto. A desculpa é da falta de verbas, porém, quando há interesse, a verba aparece. É só pensar quanto se gasta em uma eleição para eleger o pretenso candidato a um cargo majoritário.



**Foto 12:** Ruínas da Fábrica São Luís

**Fonte:** Dados da Pesquisa

Defende-se que o projeto de adaptação da antiga Fábrica São Luís contemple toda a área do sopé do tabuleiro, com projetos de jardins e respectivo calçamento para a valorização da área. Trata-se de uma pequena encosta que acompanha o muro desde a descida que se inicia na Rua São Pantaleão até o Anel Viário, na divisa com o terreno do CEPRAMA, onde funcionou a Companhia de Fiação e Tecidos Cântamo, cujo prédio foi construído na mesma época, possuindo igual valor histórico, tendo sido adquirido pelo Governo do Estado para funcionar o Centro de Comercialização de Produtos Artesanais do Maranhão. Atualmente, o prédio está em bom estado de conservação, permanecendo como relíquia da arquitetura antiga de São Luís.

O êxito das sugestões apontadas para realização de um projeto que contemple todos os itens listados para melhoria daquele espaço resultará em nova fisionomia urbanística com comunicação visual integrada. Recomenda-se que, após a execução do projeto, o local seja dotado de serviços básicos e contínuos de conservação e limpeza. Nesse sentido a área passará a ter nova identidade, porque ganhará outra estrutura funcional com a exclusão do tecido insalubre que atualmente não serve às pessoas e nem à cidade, exceto alguns terrenos baldios que estão sendo utilizados para depósitos de lixo.

Sobre as circunstâncias da salubridade, os usuários devem exercer a percepção com acuidade em torno dessa realidade, denunciando o caos que transforma ambientes salubres para a população, devendo ser observada a saúde em primeiro lugar. Convém assinalar que as denúncias devem partir de quem é mais prejudicado, o povo, principalmente aquele da periferia, que é desassistido, onde se insere a maioria das insalubridades. Infelizmente, tais moradores são acomodados pela falta de condições para perceber e agir perante situações adversas.

Observa-se uma grande ênfase nas respostas dos moradores quanto à necessidade de controle, manutenção e informação à população pelo poder público a respeito dos potenciais agravos à saúde. Estes resultados indicam a existência de uma percepção relacionada com a emergência do problema e dos meios que enfatizam a ação governamental como principal agente interveniente para a solução do problema (JACOBI, 2000, p. 128).

#### **6.4 Análise visual do espaço urbano na área da pesquisa**

O foco de análise da pesquisa foi a estética visual do espaço urbano, especialmente a categoria percepção visual, enquanto um dos elementos fundamentais da motivação, o que primeiro possibilita às pessoas condições para estabelecerem relações com o mundo exterior. Nesse sentido, optou-se por um espaço do tecido urbano já qualificado, por integrar um conjunto de elementos que contrariam a lógica do conjunto tombado.

Na observação direta do espaço, foi identificado um cenário contraditório e conflitante, para o qual a pesquisa de campo possibilitou um diagnóstico que conduziu a indicação de ações de planejamento para a realização de intervenções por parte do poder público responsável pela reestruturação e urbanização da cidade. Ao planejar o início do trabalho, procurou-se pensar em estratégias que permitiriam identificar categorias e análise delineadas no âmbito da abordagem qualitativa.

Os informantes potenciais da pesquisa foram divididos nas categorias de moradores, empresários e transeuntes, em número representativo para caracterizar os aspectos mais importantes da realidade pesquisada, e as perguntas elencadas no questionário tinham como propósito detectar e reafirmar os pressupostos observados empiricamente na formulação da pesquisa.

Como procedimento base da pesquisa de campo optou-se pela técnica do informante chave. Porém, foi detectado que esse procedimento poderia trazer algum tipo de implicação na amostragem, no momento da tabulação dos dados, uma vez que geralmente essa categoria de pessoa por ser considerada como mais experiente e com faixa etária mais elevada. Portanto, para dar equilíbrio e confiabilidade à análise, o universo dos entrevistados foi mesclado com pessoas de idades diferentes.

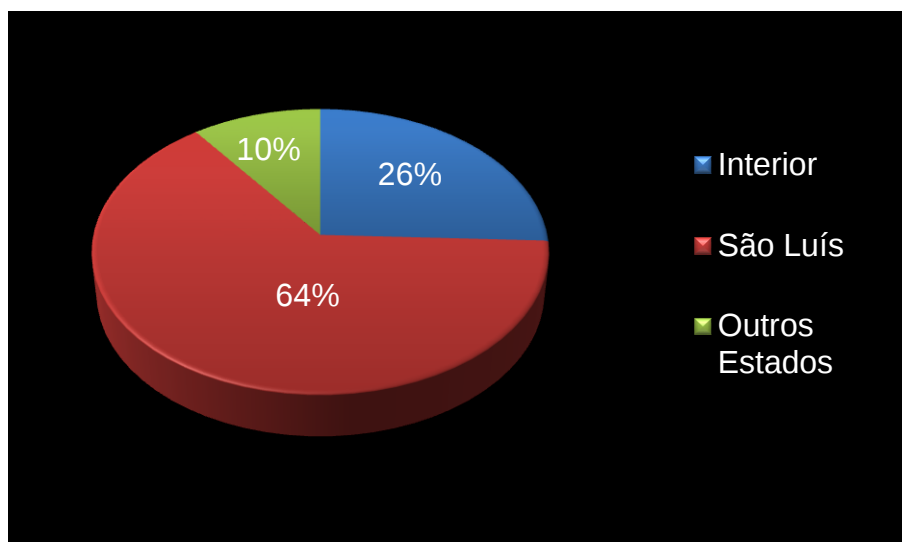
Para a obtenção de dados e de informações coerentes com a percepção do cenário da área pesquisada, em convergência com os objetivos da presente investigação, formulou-se um questionário com doze itens compreendendo perguntas e respostas que permitiram a construção de gráficos demonstrando a quantificação dos dados.

Dessa forma a abordagem das categorias foi orientada para os conjuntos de informações no âmbito dos grupos apresentados a seguir: dados de identificação, nível de conhecimento da área pesquisada e manifestação pessoal acerca da fisionomia da paisagem. Os dados de identificação incluíram: nome, idade, profissão, naturalidade e grau de instrução; conhecimento da área envolvida: tempo de conhecimento, tipo e frequência de uso e atividade desenvolvida. A manifestação pessoal foi pautada na referência a aspectos positivos e negativos, ligadas ao consumo alimentar, padrão de higiene e preservação ambiental e do patrimônio histórico e segurança.

Na tabulação dos dados do primeiro grupo, constatou-se o seguinte: quanto à naturalidade, 64% nasceram na capital, 26% no interior do estado e 10% em outros estados (Gráfico 01); e quanto ao grau de instrução: 58% possuem o ensino médio completo; 22%, o ensino fundamental; 8%, ensino superior incompleto; 8%, ensino superior completo, 2%, não são alfabetizados e 2% têm ensino médio incompleto (Gráfico 02).

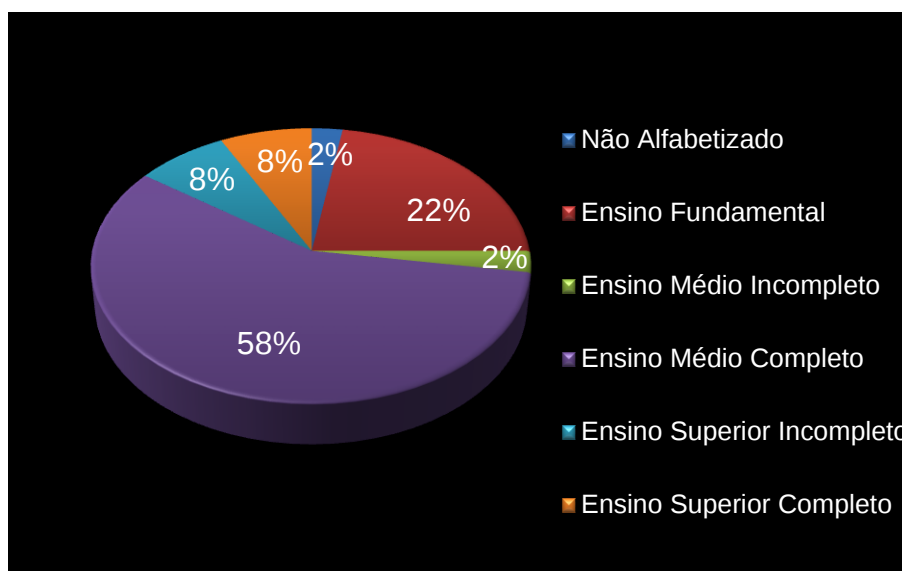
Com o resultado da amostra sobre o grau de instrução (Gráfico 02), percebe-se que, em um universo de um espaço restrito que é o desta pesquisa, são encontradas pessoas analfabetas em uma capital com escolas por todos os lados. Dois por cento parece pouco, porém o que tem que ser observado é a dimensão do espaço. Quanto ao ensino superior completo e incompleto, pode ser considerado compatível com as dificuldades enfrentadas para o ingresso em curso de graduação nas instituições públicas, pelo contingente de

candidatos, e nas particulares ou privadas, pelos custos das mensalidades. Já os 58% correspondente ao ensino médio completo, é uma média que pode ser considerada razoável para ser investigação: ao que parece, a maioria dessas pessoas deixa de estudar para trabalhar, embora esse fator não tenha sido objeto de análise.



**Gráfico 01:** Naturalidade dos entrevistados

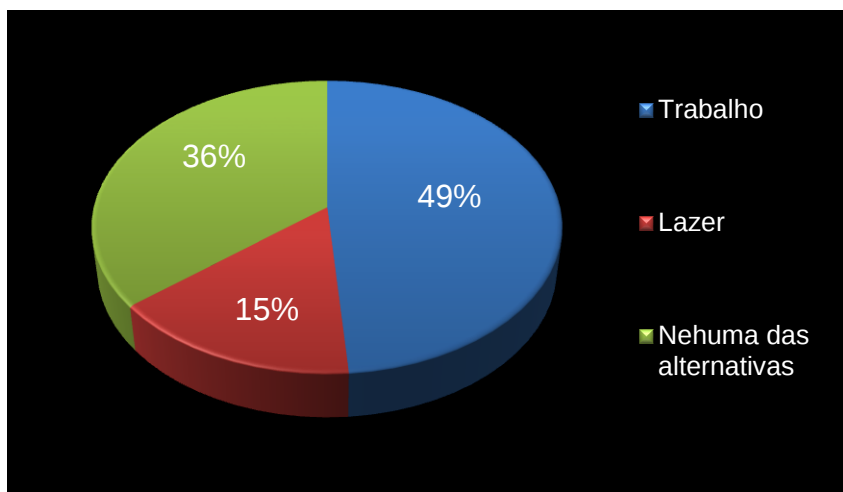
**Fonte:** Dados da pesquisa



**Gráfico 02:** Grau de instrução dos entrevistados

**Fonte:** Dados da pesquisa

Relativamente à utilização da área (Gráfico 03), obteve-se o seguinte resultado: 49% utilizam-na para o trabalho, 15% para o lazer e 36% para outras alternativas. Quanto às informações acerca do conhecimento da área, os resultados confirmam que 72% a conhecem detalhadamente e 28%, parcialmente, deixou de ser demonstrado em gráfico por possuir apenas duas variáveis.

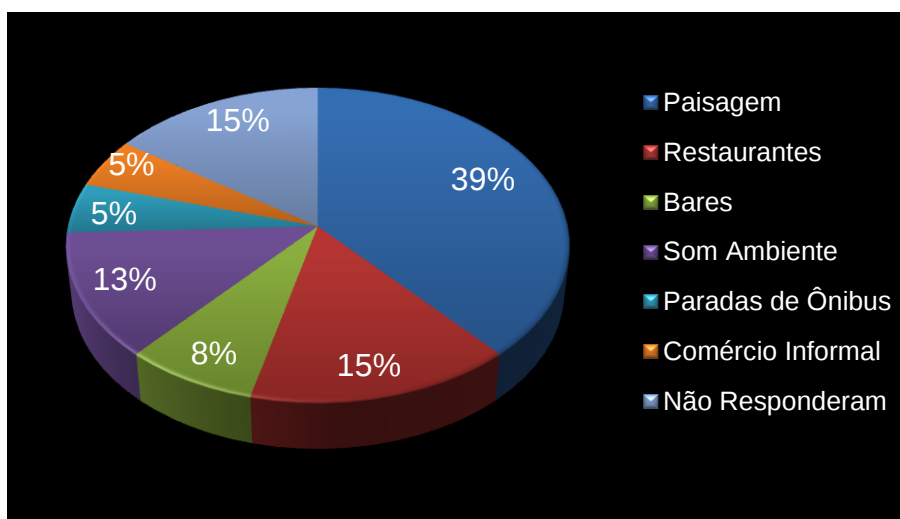


**Gráfico 03:** Utilização da área

**Fonte:** Dados da pesquisa

Com relação às pessoas que utilizam a área para trabalho (Gráfico 03), a observação dos dados evidencia a importância que a área possui para essa atividade, o que justifica sua revitalização, possibilitando oportunidade para que outras pessoas conquistem vaga de trabalho ou realizem empreendimentos, aumentando a perspectiva do percentual que utiliza a área para lazer. Os 36% que não a utilizam para o trabalho e para o lazer são os transeuntes que se valem de transportes para os bairros, municípios da ilha ou para o interior do Estado.

Quanto aos aspectos positivos da área (Gráfico 04), foram trabalhadas sete variáveis que estabeleceram os seguintes resultados: 39% valorizam a paisagem; 15%, os restaurantes; 8%, gostam dos bares; 13%, privilegiam o som ambiente; 5%, as paradas dos ônibus; 5%, o comércio informal e 15% não responderam.

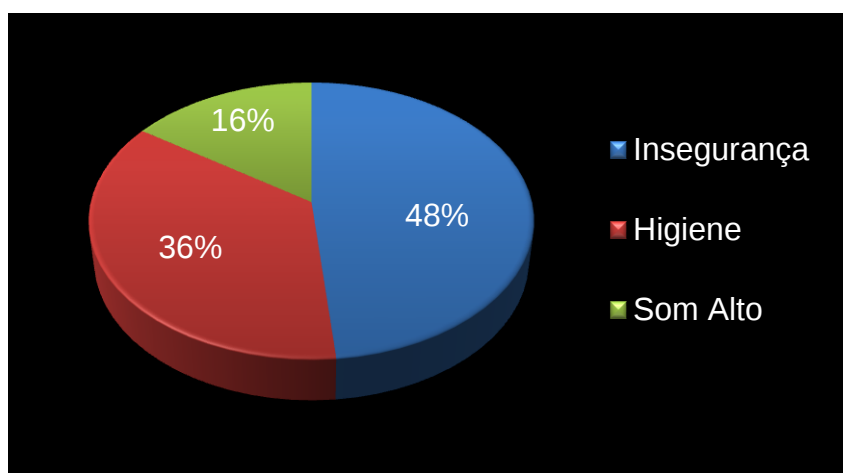


**Gráfico 04:** Aspecto positivo da área

**Fonte:** Dados da pesquisa

Quanto aos aspectos positivos demonstrados (Gráfico 04), destacam-se os 39% que responderam sobre a beleza da paisagem. Sobre esse aspecto não houve detalhamento na abordagem da paisagem referida e observada pelo entrevistado. Entende-se que essa observação proveio dos que foram questionados no espaço do Reviver. Chamam a atenção, também, os que classificam o som ambiente como aspecto positivo. Diante dessa situação, cogita-se que são os 8% das pessoas que pontificam nos bares do Terminal de Ônibus do Anel Viário onde a maioria usa bebidas ou outro produto similar, onde a altura do som ultrapassa os decibéis recomendados pela legislação que disciplina o assunto.

Quando indagados sobre os aspectos mais negativos da área, considerando sua importância para o conjunto do Centro Histórico (Gráfico 05), as respostas confirmaram as três variáveis consideradas importantes para a pesquisa, assim distribuídas: 48% se referiram à insegurança, 36% confirmaram a higiene e 16% acham que é o som alto.

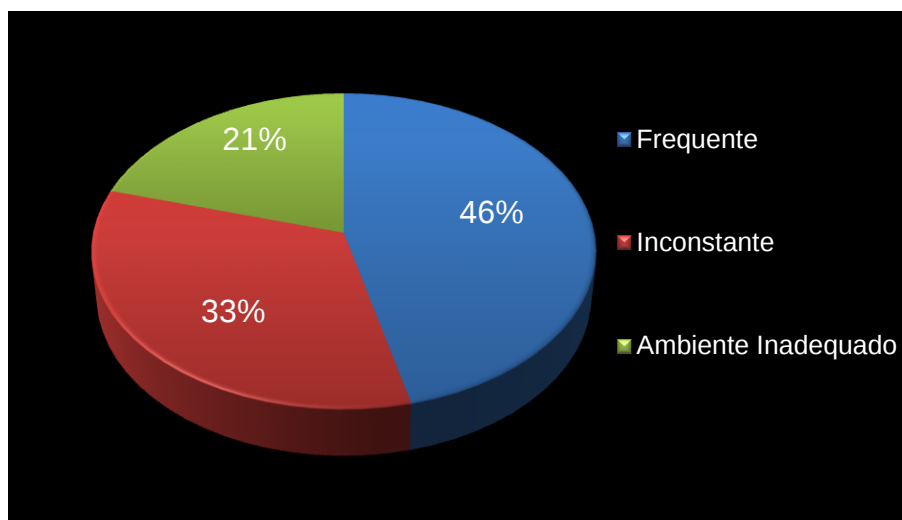


**Gráfico 05:** Aspectos negativos da área  
**Fonte:** Dados da Pesquisa

Relativamente aos dados em que se reafirma a preocupação da pesquisa com os cuidados que autoridades tanto da saúde como da segurança, (Gráfico 05), para coibir as ações negativas que permeiam todo espaço do Centro Histórico, deve-se considerar que a situação transcende o espaço escolhido para a pesquisa, tornando-se um caso preocupante em qualquer setor da cidade. Ao que tudo indica, as leis são ignoradas por aqueles que utilizam os espaços públicos para ganhar dinheiro. Não se observa ação de órgãos competentes como a Vigilância Sanitária para coibir os abusos.

Sobre o consumo de alimentos (Gráfico 06), 46% disseram que utilizam a área com frequência para essa finalidade; 33% são inconstantes e 21% acham o ambiente inadequado para o uso da alimentação.

Quanto ao padrão de higiene da área (Gráfico 7), foram realizadas cinco perguntas: 20% consideram bom padrão, 44% consideram satisfatório, 23% consideram ruim, 8% não consideram esse fator importante e 5% não responderam.

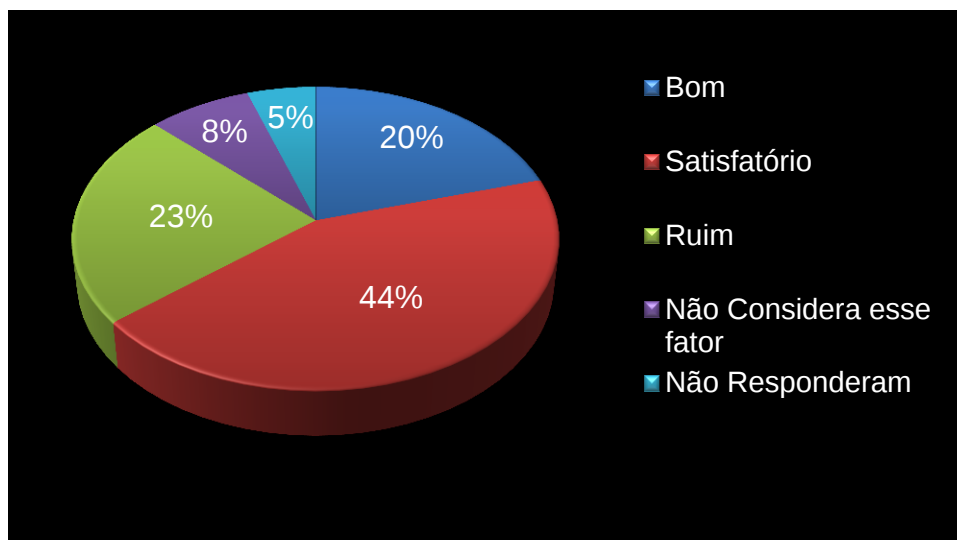


**Gráfico 06:** Consumo de alimentos na área

**Fonte:** Dados da Pesquisa

Comentando os 46% que utilizam a área com frequência, aproxima-se dos 49% dos que trabalham na área e fazem refeição no local (Gráfico 06). Os 33% compreendem são os que nem sempre fazem refeições naquele local por acharem o ambiente inadequado, mas que, mesmo assim, ainda o utilizam para essa finalidade. Os 21% que consideram o ambiente inadequado para o consumo de alimentos se aproximam dos 23% (Gráfico 07), abaixo, que considera ruim o padrão de higiene do ambiente.

No tocante ao padrão de higiene dos estabelecimentos (Gráfico 07), pode-se observar os 44% que consideram satisfatória essa variável, a qual se aproxima dos 49% dos que trabalham na área onde quase todos consomem alimentos ali produzidos, além do mais, tem os 8% que não levam em consideração esse fator higiênico para se alimentar. No caso específico dos 8%, é necessário observar o grau de instrução das pessoas (Gráfico 2), principalmente os 2% de analfabetos, os 22% que possuem só o ensino fundamental, os quais contribuem diretamente para o consumo de alimento nos “restaurantes” e bancas de lanches naquele logradouro.



**Gráfico 07:** Padrão de higiene dos estabelecimentos  
**Fonte:** Dados da Pesquisa

Acerca do item segurança da área, dentre as alternativas excelente, boa e deixa a desejar, 100% dos entrevistados indicaram a última alternativa.

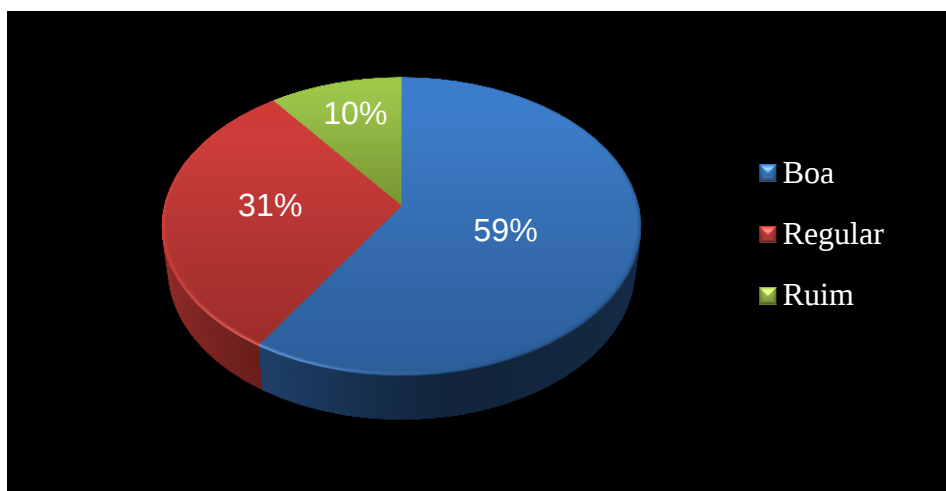
Este dado é fundamental para se analisar a questão da segurança urbana num setor como o Centro Histórico, considerado um dos pontos turísticos mais importantes de São Luís. A amostragem aponta para a tomada de providências urgentes, num pensamento conjunto com outros órgãos do poder público no momento da implementação do projeto de revitalização da área da pesquisa, a qual poderá servir de modelo para outras áreas. Este item é um dos mencionados no capítulo 6.3 (Plano Visual de Integração) como um dos mais importantes para conferir à cidade status de cidade grande bem administrada.

Sobre a última questão, que trata da avaliação da preservação ambiental e do patrimônio histórico (Gráfico 08), 59% responderam que as situações do ambiente e do patrimônio são boas, 31% consideram regular e 10% afirmaram que é ruim.

Dentre as pessoas entrevistadas que responderam à questão sobre a preservação ambiental (Gráfico 08), cuja avaliação foi positiva com 59%, chega-se à conclusão de que essa maioria fez suas observações apenas no espaço pertencente ao projeto Reviver na Praia Grande e os 31 % que consideram a preservação ambiental regular e 10% ruim são os que observaram o espaço situado do lado da Madre Deus, onde se situam os cenários mais preocupantes que necessitam de intervenções urgentes.

Foi importante observar que através do questionário aplicado surgiram respostas para perguntas que não têm peso equivalente àquelas que fundamentaram a pesquisa, uma vez que, diante do cenário apresentado, existiram questões cruciais que dialogaram de forma

direta com a percepção dos problemas existentes na área. Nesse sentido, o diagnóstico apresentado favorece a concepção do projeto pretendido.



**Gráfico 08:** Avaliação sobre a preservação ambiental e do Patrimônio Histórico

**Fonte:** Dados da Pesquisa

Verificou-se que determinadas respostas relevam o conhecimento, a educação e a cultura de alguns entrevistados, comprovados pelo seu grau de instrução. Nessa perspectiva, algumas questões refletem a problemática social da área, como, por exemplo: a não percepção imediata dos problemas, a visão de bem-estar deslocada para focos prejudiciais à saúde, como o volume do som acima do nível permitido. Sobre o visual da área, ainda que não sejam feitas reclamações formais, existem aqueles que observam que a paisagem do local é importante e, ainda, alguns que não se incomodam com a falta de higiene.

Mediante a aferição e a análise dos dados para o desenvolvimento da pesquisa comprova-se a importância do estudo apresentado, tendo por base a concepção de um design integrador, no âmbito da estética visual da área, incluindo os fatores econômicos e socioambientais. Entende-se que a temática apresentada não se esgota e, nessa perspectiva, pode ser explorada ainda dentro desta ou de outra linha de pesquisa em um grau que pode ser mais ou menos elevado em termos de pós-graduação.

A análise visual dos elementos urbanos, aferida por uma parcela de sujeitos que integram aquele espaço, considera três categorias associadas aos resultados das entrevistas realizadas para suscitar o resultado final do projeto, cuja finalidade será a recuperação daquele espaço, com o fim de revitalizar todos os seus elementos constitutivos, tanto de ordem socioeconômica, como de ordem estética, promovendo, assim, as políticas públicas necessárias para o bem coletivo de uma parcela da população que usufrui daquele tecido urbano que, por isso, deve merecer o respeito de todos.

## 7 CONCLUSÃO

A investigação realizada na perspectiva da redefinição do espaço urbano de São Luís, ao longo do segmento costeiro delimitado pela Praia Grande e a Madre Deus, compreendendo os dados e informações obtidos com o desenvolvimento de procedimentos teóricos e de pesquisa de campo, além das respectivas análises, possibilitou a apresentação das conclusões a seguir relacionadas.

O processo metodológico utilizado, apoiado no emprego de técnicas qualitativas e quantitativas, possibilitou a obtenção e a análise de dados e informações cuja apropriação subsidiou a identificação dos segmentos em desequilíbrio estético e funcional e evidenciou a necessidade de um conjunto significativo de intervenções diferenciadas em pontos específicos, com vista ao equilíbrio estático e funcional do espaço em sintonia com os marcos históricos mais representativos do segmento investigado.

A transformação do ambiente urbano, de cenário caótico para ambiente estético e funcional, não depende apenas dos reclames isolados de indivíduos ou de pequenos grupos, pois é necessário desenvolver e utilizar estratégias de envolvimento dos sujeitos, para que estes percebam seu espaço de sobrevivência e de ação, observando sua funcionalidade.

A dinâmica da paisagem estudada está sendo processada pela via do descaso dos gestores públicos enquanto agentes de fomento das políticas públicas, pela falta de educação, cultura, para exigir dos poderes constituídos intervenções para reorganizar aquele cenário a fim de que possa cumprir sua funcionalidade e contribuir com a beleza estética e bem-estar da população da cidade de São Luís.

Na lógica da qualidade do espaço urbano do Centro Histórico de São Luís, o estudo teórico-conceitual aplicado à percepção da estética, associada aos aspectos socioambientais, proporcionou os subsídios necessários e suficientes para a proposição de melhorias na qualificação do segmento ambiental estudado, conforme discriminação apresentada para os diferentes setores descritos na proposta do Plano Visual de Integração.

No conjunto da paisagem analisada, se diferenciam dois segmentos ambientais, um poético e outro simbólico, representados através da paisagem antiga e dos monumentos pertencentes àquele sítio. O ambiente poético manifesta os fatos históricos descritos nos poemas, poesias, contos, sonetos, dentre outras expressões literárias e artísticas que identificam aquela área, enquanto o simbólico está inscrito em cada detalhe dos conteúdos material e imaterial dos azulejos portugueses, estruturas de ferro fundidas na Inglaterra, o

imaginário barroco, a lembrança dos navios que ancoravam na baía de São Marcos para atracar no porto de São Luís, em frente ao Palácio dos Leões, os bondes, a primeira iluminação, dentre outros elementos que guardam significados especiais no panorama histórico de São Luís.

A localização do espaço da pesquisa evidenciou a condição equatorial do meio físico, marcada por elementos que conformam a vulnerabilidade da estrutura do meio físico com sua geologia friável, submetida a agentes climáticos cujos rigores modelaram a morfologia rebaixada e recortada com cobertura vegetal original condicionada a uma hidrodinâmica fortemente atuante na cobertura pedológica. Os elementos humanos foram referenciados no contexto do processo histórico da Cidade de São Luís, abrangendo desde os primeiros habitantes, os sucessos do processo de conquista e ocupação dos franceses, portugueses, holandeses até a ocupação portuguesa definitiva, povoado de estratégias e ações para vencer os opositores e equacionar os problemas representados pelos rigores do meio físico.

Do conjunto das intervenções para a organização do espaço, se sobressai o primeiro traçado urbanístico do Centro Histórico, o povoamento através de imigrantes açorianos, o processo de implantação das primeiras indústrias, serviços de transportes e iluminação, o primeiro porto, as primeiras tentativas de modernização da fisionomia urbana com influências da arquitetura modernista do século XX, a expansão urbana regida pela Lei Orgânica dos Municípios, de 1927, por fim a construção de grandes obras com destaque para a barragem do Bacanga, ponte José Sarney, Avenida Beira-Mar e Anel de contorno do Centro Histórico, cuja estrutura e configuração urbana contribuíram para favorecer a expansão da cidade nas direções norte, sul e leste.

Na estruturação da paisagem urbana, foram identificados os constituintes de ordem social, mencionando-se a evolução do processo de organização do espaço: da simplicidade das primeiras moradias à complexidade social urbana, no âmbito do planejamento urbano de São Luís, e a dificuldade de compor modelos em área especial, como o Centro Histórico, pelo desafio entre desenvolvimento e sustentabilidade e a falta de sintonia entre as partes para garantir bons serviços à sociedade, explicitadas nas intervenções dos sucessivos gestores cujas construções alteraram a imagem histórica da cidade, notadamente na década de 1930, com a destruição de vários casarões e outros monumentos, no intuito de imitar a reforma urbana do Rio de Janeiro.

O reconhecimento do valor histórico-arquitetônico do Centro Histórico de São Luís, que culminou com o título de Patrimônio Mundial outorgado pela UNESCO, situou São

Luís entre os mais importantes monumentos do mundo, mas implicou a responsabilidade de seus gestores e da população no sentido de conservar o design urbano do espaço da pesquisa, observando as formas existentes e ajustando as extensões das ruas que se alongaram para conectar ao Anel Viário.

O exercício da percepção visual, complementado com os resultados da pesquisa realizada junto aos principais segmentos da população que faz uso regular do espaço, possibilitou a identificação de diferentes imagens do espaço pesquisado com interferência negativa na imagem do tecido urbano tombado, cujo plano visual de integração, para a melhoria na qualidade de vida de sua população, exige a participação desta com subsídios às decisões dos gestores urbanos.

Finalmente, a lentidão nos processos de intervenção para sanar problemas que clamam por soluções objetivas e emergenciais, como a recuperação de prédios históricos e o saneamento básico, sugeriu um elenco de necessidades para estruturar e integrar de forma harmoniosa os elementos do espaço delimitado nesta pesquisa, que requer a soma de esforços de todos os atores envolvidos com o uso, a ocupação e a gestão do ambiente no sentido de recuperar sua condição de equilíbrio ambiental e social.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Ida Ferreira; FEITOSA, Marcia Manir Miguel (orgs.). **Literatura e Paisagem: perspectiva e diálogos**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010.
- ANDRÉS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. Roteiro 1: São Luís. **O Centro Antigo, introdução histórica**. In: **São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem**. São Luís – Sertvilha: Consejería de Obras Púlicas y Transportes, 2008.
- ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como história da cidade**. 5. Ed. São Paulo: Martins Editora, 2005.
- ARNHEIM, Rudolf. **Arte e percepção visual: uma psicologia da visão criadora**. Pioneira: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: 1986.
- BRAGA, Roberto, org.; CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. **Política urbana e cidadania**. Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal- Deplan – UNESP – IGCE, 2000.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A reprodução da cidade como “negócio”** In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e CARRERAS, Carles (orgs.). **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, 2010.
- CARVALHO, Irene Melo. **O processo didático**, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.
- COLLIER, John. **Antropologia visual: a fotografia como método de pesquisa**. São Paulo: EPU, 1973.
- d'ABEVILLE, Claude. **História da Missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão**. São Paulo: Ed. Itatiaia, 1975.
- DEL RIO, Vicente e OLIVEIRA, Livia de. (orgs.) **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo, Universidade Federal de São Carlos, 1996.

DOMINGUES, Diana. **A arte no século XXI: a humanização das tecnologias**. São Paulo: UNESP, 1997.

ESPÍRITO SANTO, José Marcelo (Org.). **São Luís: uma leitura da cidade**. Prefeitura de São Luís / Instituto de Pesquisa e de Planificação da Cidade. São Luís Instituto da Cidade, 2006.

FALCOSKI, Luiz Antonio N.: *In: Estatuto da Cidade: política urbana e cidadania/ organização de Roberto Braga e Pompeu Figueiredo de Carvalho*. Rio Claro- UNESP, 2000.

FARIAS FILHO, Marcelino Silva; CARVALHO NETA, Raimunda N. Fortes, *In: Espírito Santo. São Luís: uma leitura da cidade*. Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade. São Luís: Instituto da Cidade, 2006.

FEITOSA, Antonio Cordeiro; TROVÃO, José Ribamar. **Atlas Escolar do Maranhão: Espaço Geo-Histórico e Cultural**. João Pessoa: Grafset, 2006.

\_\_\_\_\_. Controvérsias na denominação dos canais do Anil e do Bacanga. Revista hu

\_\_\_\_\_. **Evolução morfogenética do litoral norte da ilha do Maranhão**. Dissertação, UNESP, Campus de Rio Claro, 1989.

FERRARA Lucrécia D' Alessio, *In: del RIO, Vicente e OLIVEIRA, Livia de (org.) Percepção ambiental: a experiência brasileira*. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1976.

GEDDES, Patrick. **Cidades em evolução**. Nova Iorque: Howard Fertig, 1968 (orig. 1915)

HENDERSON, William Otto. **A revolução industrial: 1780-1914**. São Paulo: Verbo Edusp, 1979.

HERNANDEZ, Fernando. **Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho**. Porto Alegre: Artes médicas sul, 2000.

HORTA, Luciana. **Percepção Individual**. Disponível in: <<http://catadoradepalavras.blogspot.com.br/2009/01/percepo-individual.html>>. Acessado em: 29/agos./2012.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda, 2009.

JACOBI, Pedro Roberto, 1950. - **Cidade e meio ambiente: percepções e práticas em São Paulo**, São Paulo: Annablume, 2000.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: UNB, 1996.

LAMAS, José Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 3. Ed. Lisboa: Gulbenkian, 2004.

LISBOA, João Francisco. **Crônica do Brasil colonial**: apontamentos para a História do Maranhão. Petrópolis: Vozes, 1976.

LYNCH, Kevin. **A imagem das cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

\_\_\_\_\_. **A boa forma da cidade**. 70. Ed. Lisboa: 1981.

LOPES, José Antonio Viana. História Urbana. In: **São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara**: guia de arquitetura e paisagem. São Luís- Servilha: Consejería de Obras Públicas y Transportes, 2008.

MARANHÃO. **Macrozoneamento do Golfão Maranhense**: diagnóstico ambiental do município de Alcântara, estudo socioeconômico e cultural. – São Luís: Sema/MMA/PNMA, 1998.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

MELO Vitor Andrade de; JUNIOR, Edmundo de Drummond Alves; BRETAS, Ângela. **Lazer e Cidade**: reflexão sobre o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Shape, 2008.

MENEZES, Luis Carlos Araujo e JANNUZZI, Paulo de Martino. In: **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana**: discussões teórico- metodológicas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MORIM, Edgar. **Ciência com consciência**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, suas transformações, suas perspectivas: Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 1965.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa. In: **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana**: discussões teórico – metodológicas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PENNA, Antonio Gomes. **Percepção e Realidade: introdução ao estudo da atividade perceptiva**. Editora Mercúrio Star Ltda. Rio de Janeiro, 1982.

PEREIRA, Elson Manoel (Org.). **Planejamento Urbano no Brasil**: conceitos, diálogos e práticas. Chapecó: Argos, 2008.

PEREIRA, Epitácio Cafeteira Afonso. **Reviver**. Teresina: Editora Aquarela, 1992.

PEREIRA, Sanatiel. **Seleção e organização**: Pequeno dicionário de ciência e tecnologia da madeira. São Luís: Edufma, 2010.

PIAGET, Jean. **Tratado de Lógica**. São Paulo: Editora Globo/ EDUSP, 1976.

QUINTO Jr., Luiz de Pinedo *In*. **Planejamento Urbano no Brasil**: conceitos, diálogos e práticas, Chapecó: Argos, 2008.

RIO, Vicente del; OLIVEIRA, Livia de. **Percepção ambiental**: a experiência brasileira. São Carlos: UFSC, 1996.

RIGOL, Sergi Martinez. *In*: **Urbanização e Mundialização**: estudos sobre a metrópole. -São Paulo: Contexto, 2010.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara**: guia de arquitetura e paisagem. São Luís – Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes, 2008.

SANTAELLA, Lucia. **O homem e as máquinas; in A arte no século XXI: a humanização das tecnologias**/ Diana Domingues organizadora. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia urbana**- São Paulo: NUCTEC, 1981.

SILVA, Olavo Pereira da. **Arquitetura luso-brasileira no Maranhão**. 2. Ed. Belo Horizonte: Formato, 1998.

SIMMEL, Georg. **A metrópole e a vida mental**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

THORNTWAITH, C. W. “**An approach toward a rational classification of climate**” The Geographycal Review, New York, XXXVIII, The American Geographycal Society, 1948

VITTE, Claudete de Castro Silva. *In*: **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana**: discussões teórico-metodológicas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

## APÊNDICE

## FORMULÁRIO

Questionário de coleta de dados para dissertação que aborda o tema Estética Visual do Espaço Urbano, - pesquisa entre Praia Grande e Madre Deus, Programa Cultura e Sociedade- PGCULT- UFMA.

**1 Nome:**

**Idade:**

**2 Profissão:**

**3 Naturalidade:** São Luís ( ) Interior ( ) Outro Estado ( )

**4 Grau de Instrução:** Não alfabetizado ( ) Ensino fundamental ( )

Ensino médio: Completo ( ) Incompleto ( )

Ensino superior: Completo ( ) incompleto ( )

**5 Utiliza a área para:** trabalho ( ) lazer ( ) nenhuma das alternativas ( )

**6 Conhecimento da área:** Detalhadamente ( ) Parcialmente ( ) Não conhece ( )

**7 Aspectos positivos na área:** Paisagem ( ) Restaurantes ( ) Bares ( )

Som ambiente ( ) Paradas de ônibus ( ) Comércio informal ( )

**8 Aspectos negativos na área:** Insegurança ( ) Higiene ( ) Som alto ( )

Paradas de ônibus ( ) Restaurantes ( ) Ambulantes ( )

**9 Consumo alimentar na área:** Frequente ( ) Inconstante ( )

Acha o ambiente inadequado ( )

**10 Padrão de higiene dos estabelecimentos:** Excelente ( ) Bom ( )

Satisfatório ( ) Ruim ( ) Não considera esses fatores ( )

**11 Segurança da área:** Excelente ( ) Boa ( ) Deixa a desejar ( )

**12 Avaliação da preservação ambiental e do patrimônio histórico:** Boa ( )

Regular ( ) Ruim ( )